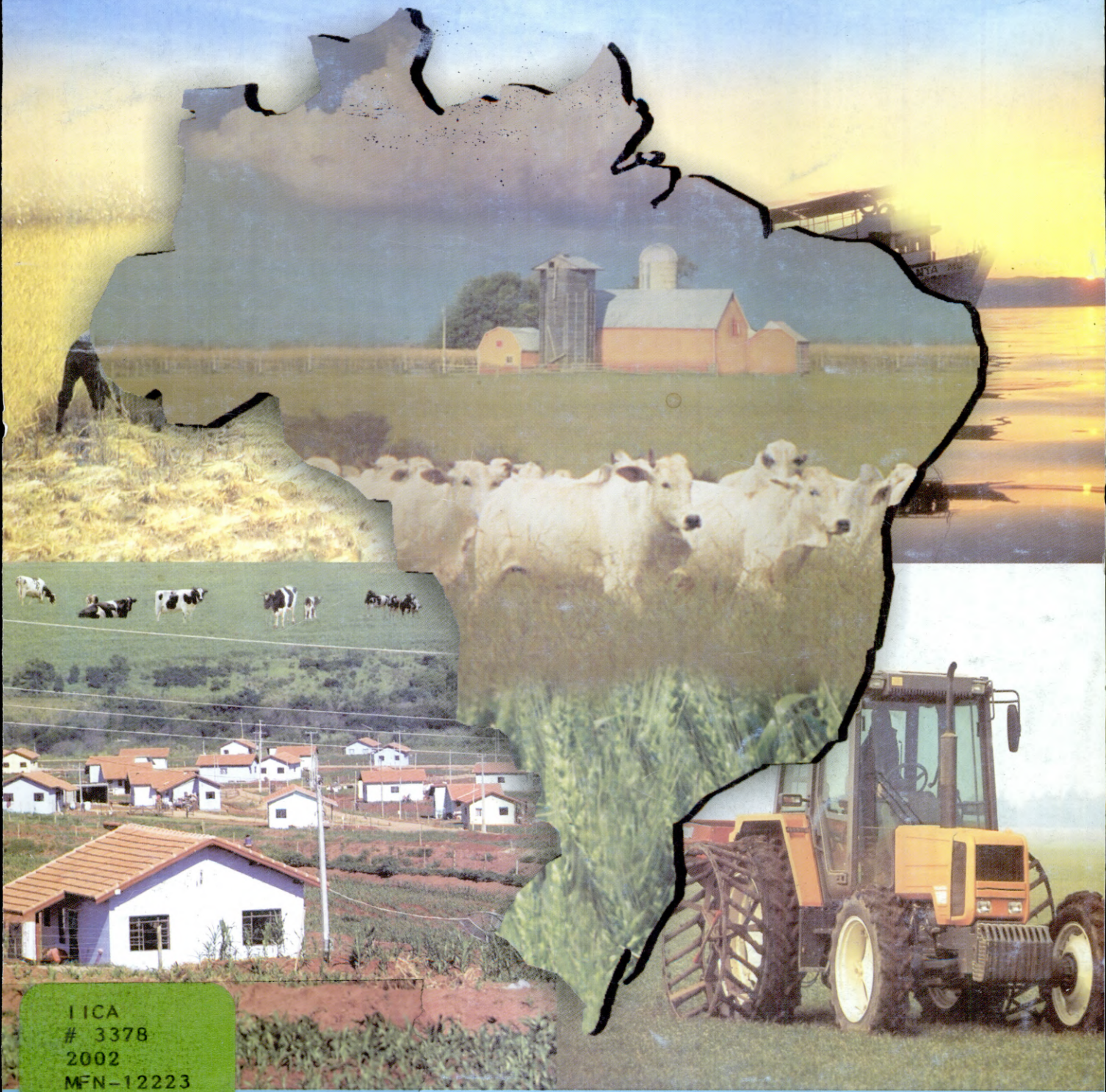


BOLETIM DO AGRONEGÓCIO

E DO DESENVOLVIMENTO RURAL



IICA
3378
2002
MFN-12223

PROPIEDAD DEL IICA
Oficina en Colombia

IICA – 60 ANOS (1942-2002)

“PROMOVENDO A PROSPERIDADE NAS COMUNIDADES RURAIS DAS AMÉRICAS”

CENTRO DE INFORMACION Y DOCUMENTACION
Marzo - 21/03
* RODRIGO PEÑA *
IICA - COLOMBIA

IICA – 60 ANOS (1942-2002)

Chelston W. D. Brathwaite
Diretor-Geral do IICA

Benedito Rosa do Espírito Santo
Representante do IICA no Brasil

This One



S6XA-SC2-URT7

Digitized by Google

Instituições Parceiras:

CNA Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
Presidente: ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento
Presidente: VILMONDES OLEGÁRIO DA SILVA

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Diretor-Presidente: ALBERTO DUQUE PORTUGAL

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Presidente: ROBERTO BORGES MARTINS

511 (12)
4778
0002
011123

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 A CONJUNTURA MACROECONÔMICA | 9 |
| 2 O PIB DA AGRICULTURA | 11 |
| 3 ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 2001/2002 – CONAB | 15 |
| 3.1 ESTIMATIVA DA ÁREA PLANTADA | 15 |
| 3.2 ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO | 16 |
| 3.3 AVALIAÇÃO DAS CULTURAS | 16 |
| 4 ANÁLISE DE PRODUTOS SELECIONADOS | 25 |
| 4.1 ARROZ (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO) | 25 |
| 4.2 CAFÉ (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO) | 31 |
| 4.3 MILHO (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO) | 35 |
| 4.4 SOJA (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO) | 39 |
| 4.5 TRIGO (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO) | 43 |
| 4.6 CARNE (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO) | 47 |
| 4.7 PECUÁRIA LEITEIRA (PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE) | 58 |
| 5 SANIDADE AGROPECUÁRIA E INOCUIDADE DE ALIMENTOS | 63 |
| 6 MATÉRIAS ESPECIAIS | 67 |
| 6.1 O ESTADO DO PIAUÍ E A COOPERAÇÃO DO IICA | 67 |
| 6.2 BIOTECNOLOGIA: A FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA | 71 |
| ANEXOS | 75 |

APRESENTAÇÃO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, através de suas atividades, tem sempre contribuído para aglutinar e divulgar informações, análises e comentários de temas considerados relevantes para a agricultura brasileira.

Ao comemorar seus 60 anos de cooperação técnica, está lançando o “Boletim do Agronegócio e do Desenvolvimento Rural”, de periodicidade trimestral, em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Com a presente publicação, o IICA visa contribuir para uma maior integração entre os diferentes setores e o fortalecimento do braço da cooperação técnica para o setor de agronegócios do Sistema Interamericano.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA foi criado em 1942, com o objetivo de estimular, promover e apoiar a cooperação técnica entre os 34 Países-Membros para ajudá-los a alcançar o desenvolvimento agrícola e o bem-estar social.

O Brasil tornou-se membro do IICA em 1964, intensificando sua presença no Brasil nos anos 70. Nessa época, o IICA colaborou intensamente para a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, Companhia de Financiamento da Produção – CFP e do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, que daria origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Para enfrentar os desafios do século XXI, o IICA, tendo por base uma nova visão, propõe-se ser uma agência que promova o desenvolvimento sustentável da agricultura, a segurança alimentar e a prosperidade das comunidades rurais das Américas. Para tanto, busca fortalecer as capacidades nas áreas do comércio e dos sistemas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos e a promoção dos agronegócios rurais, do uso racional dos recursos naturais e da inovação tecnológica.

Benedito Rosa do Espírito Santo
Representante do IICA no Brasil

1. A CONJUNTURA MACROECONÔMICA

Benedito Rosa do Espírito Santo
Representante do IICA no Brasil

A economia brasileira iniciou o ano 2002 com perspectiva de crescimento em torno de 4%. O Departamento Econômico do BACEN recentemente reviu essa projeção para 1,4%. Esse índice será garantido pela agricultura, que deverá expandir 4,3%, compensando o mau resultado do setor industrial, que ficará praticamente estagnado, crescendo tão-somente 0,4% durante o ano.

Durante o segundo trimestre, o cenário externo e interno afetou negativamente o desempenho da economia. Algumas variáveis cuja influência negativa tem sido mais significativa são: os efeitos da crise Argentina sobre as exportações brasileiras (houve uma perda de US\$ 2,5 bilhões durante os primeiros 9 meses do ano, representada por uma queda da ordem de 64% nas vendas àquele país); a diminuição no ritmo de crescimento da economia norte-americana e européia; e as incertezas do processo eleitoral brasileiro. Em decorrência, observa-se uma diminuição nos investimentos e na entrada de capital de risco no País e pressão sobre o câmbio.

Outros fatores externos que prejudicaram no terceiro trimestre foram as ameaças de guerra com o Iraque, o que provoca mais nervosismo no mercado e aumento de preços do petróleo. Esse cenário trouxe mais um efeito colateral negativo: o mercado de títulos dos países chamados “emergentes” caiu ao nível mais baixo desde a crise do México, em 1995.

A desvalorização do real acabou pressionando os índices de inflação nesse último trimestre do ano. A cotação do dólar médio mensal está acima de R\$ 3,00 (tendo alcançado R\$ 3,34 no mês de setembro). Segundo o Coordenador do Grupo de Acompanhamento de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Dr. Paulo Levy, “esse câmbio dificilmente vai cair abaixo dos R\$ 3,00 porque o financiamento externo está escasso e vai continuar assim por algum tempo”. O modelo de previsões do IPEA indica uma cotação de R\$ 3,26 no fim do ano. A maioria dos analistas projeta uma taxa de câmbio na faixa de R\$ 3,00 no período de final de ano e início de 2003 — o que significa uma depreciação de quase 40% no ano.

Não obstante todas as dificuldades, alguns índices mostram que os fundamentos da economia brasileira são positivos. O endividamento externo está decrescendo gradualmente. O estoque da dívida externa total e privada diminuiu de US\$ 241,5 e US\$ 140,8 bilhões, respectivamente, para US\$ 226,1 e US\$ 132,9 no período 1999 e 2001. A estimativa é que esse estoque caia para US\$ 190 e US\$ 75 no final de 2002. O risco Brasil e o nível da taxa para a rolagem aumentaram acentuadamente a partir do segundo semestre a dificuldade para o refinanciamento das dívidas. Nota-se por outro lado que em função da redução das taxas de juros internacionais os pagamentos de juros em 2002 têm sido inferiores — em cerca de US\$ 1 bilhão — aos de 2001. A melhora da balança comercial, comentada a seguir, e da balança de serviços produziu uma redução significativa do déficit em conta corrente, que de US\$ 23,2 bilhões em 2001 deve cair para US\$ 12,7 bilhões este ano e algo abaixo de US\$ 10 bilhões em 2003. Todavia, continua fundamental o recurso à poupança externa para aumentar a taxa de investimento em relação ao PIB.

Referida taxa vem se mantendo na faixa de 20%, o que é insuficiente para garantir um ritmo de crescimento da ordem de 5% a 7% ao ano.

Outro aspecto importante no “front” externo é o resultado positivo na balança comercial, graças não só ao crescimento interno mais lento mas também à renovação no comércio externo e à substituição de importações. O saldo positivo total, que fora estimado no início do ano em US\$ 5 bilhões, irá ultrapassar as expectativas mais otimistas, devendo ser o dobro da previsão anual inicial. O saldo acumulado nos 12 meses, anteriores a outubro, é de US\$ 9,3 bilhões, contra déficit de US\$ 157 milhões, em igual período do ano anterior.

O desempenho da balança comercial agrícola tem sido fundamental para o País lograr esses resultados expressivos. No mês de setembro, 50,4 % das vendas externas foram originárias do agronegócio. O valor total das exportações do setor, no período outubro de 2001 a setembro 2002 alcançou um montante de US\$ 23,6 bilhões, gerando um saldo positivo de US\$ 19,1 bilhões. Os destaques neste ano têm sido as vendas de carnes (que em conjunto ultrapassaram pela primeira vez o teto de US\$ 3 bilhões), soja e pasta de madeira.

Contudo, o efeito negativo do encarecimento das importações está pressionando os preços internos da gasolina, gás de cozinha, pão e massas, fertilizantes, bens de capital, etc, todos itens importantes no cálculo da inflação. Assim, a meta inicial de inflação, para o ano 2002, prevista em 4%, já foi revista pelo BACEN para 6,7%. A meta para 2003 também foi revista para 4,5 %.

A solidez dos fundamentos macroeconômicos se expressa principalmente na manutenção de uma política fiscal ajustada à necessidade de impedir um crescimento explosivo da dívida pública. O governo vem cumprindo há 4 anos as metas de superávit primário definidas no acordo com o FMI, produzindo resultado da ordem de 4% do PIB em 2002 inclusive nos estados e municípios, onde os desequilíbrios fiscais sempre foram mais acentuados. O crescimento da dívida pública, que se aproxima de 60% do PIB, tem refletido principalmente o impacto das variações cambiais, e tende a reduzir-se com a apreciação esperada da taxa de câmbio em termos reais.

Em síntese, o cenário macro-econômico do último trimestre de 2002 não é negativo como se chegou a temer em meados do ano, embora ainda apresente algumas incertezas que atrapalham os investimentos, com pequena elevação na inflação e diminuição no crescimento do PIB. A expectativa geral é de que após as eleições haverá uma re-acomodação, arrefecimento na especulação financeira e até um aumento no ritmo de crescimento econômico.

2. O PIB DA AGRICULTURA

Joaquim J.M. Guilhoto¹
Getúlio Pernambuco²

O agronegócio brasileiro fechou o semestre com desempenho positivo. Os resultados, nos seis primeiros meses do ano, mostram um crescimento de 2,73% no PIB do agronegócio brasileiro global da agropecuária e um crescimento de 0,60% no mês de junho. Esse desempenho, quando segmentado pelos seus dois grandes complexos (agricultura e pecuária), aponta um PIB nitidamente superior para o agronegócio global da agricultura, de 3,55% no semestre e de 0,90% em junho, contrastando com o PIB do agronegócio global da pecuária, queda de 0,07% em junho e crescimento acumulado de 0,89% no ano. Esse crescimento positivo está sendo impulsionado basicamente pelo PIB primário da agricultura, que teve crescimento de 1,42% em junho e recorde de 8,18% no acumulado do primeiro semestre deste ano. Em igual período de 2001, o resultado da agricultura foi de retração de 0,59%, e em 2000, queda de 1,66%. Com essa performance, o PIB da agricultura vai para R\$ 59,01 bilhões em 2002.

As consecutivas expansões da safra agrícola e das exportações juntamente com o aumento da produtividade e a recuperação dos preços levaram o campo a esse desempenho. Desde 1996 a produção brasileira de grãos acusa crescimentos contínuos, sem ampliação da área cultivada. A desvalorização do real frente ao dólar e a recuperação dos preços internacionais de algumas commodities têm auxiliado o produtor brasileiro nessa conquista.

A boa produção agropecuária e a recuperação de preços são a causa do bom desempenho, principalmente do subsetor da agricultura. A produção brasileira recorde de soja de 41,1 milhões de toneladas, aliada à recuperação de preços no mercado internacional, é o principal produto agrícola em termos de geração de renda. A boa comercialização da soja criou condições excepcionais para que haja novo aumento da área plantada dessa oleaginosa em detrimento do milho, na próxima temporada. A expectativa de plantio para a próxima safra é de que a soja também tire área plantada do arroz em Mato Grosso e do algodão no Paraná. O crescimento dos preços no mercado mundial deve-se à redução do plantio pelos Estados Unidos para a safra 2002/2003 em decorrência do rebalanceamento das políticas de suporte interno e da quebra de produtividade da safra 2001/2002, causada pela seca.

Arroz, feijão, trigo, cacau, laranja e milho também são produtos agrícolas que estão com bom desempenho de renda. A boa comercialização do arroz deverá influenciar positivamente o plantio do arroz irrigado no Rio Grande do Sul, na próxima safra.

A pecuária está sendo influenciada positivamente pela avicultura de postura e pela bovinocultura de corte. A produção recorde de frango, com 7,5 milhões de toneladas, é o principal indutor de renda nessa atividade.

¹ Economista, professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia – ESALQ da Universidade de São Paulo.

² Economista, chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

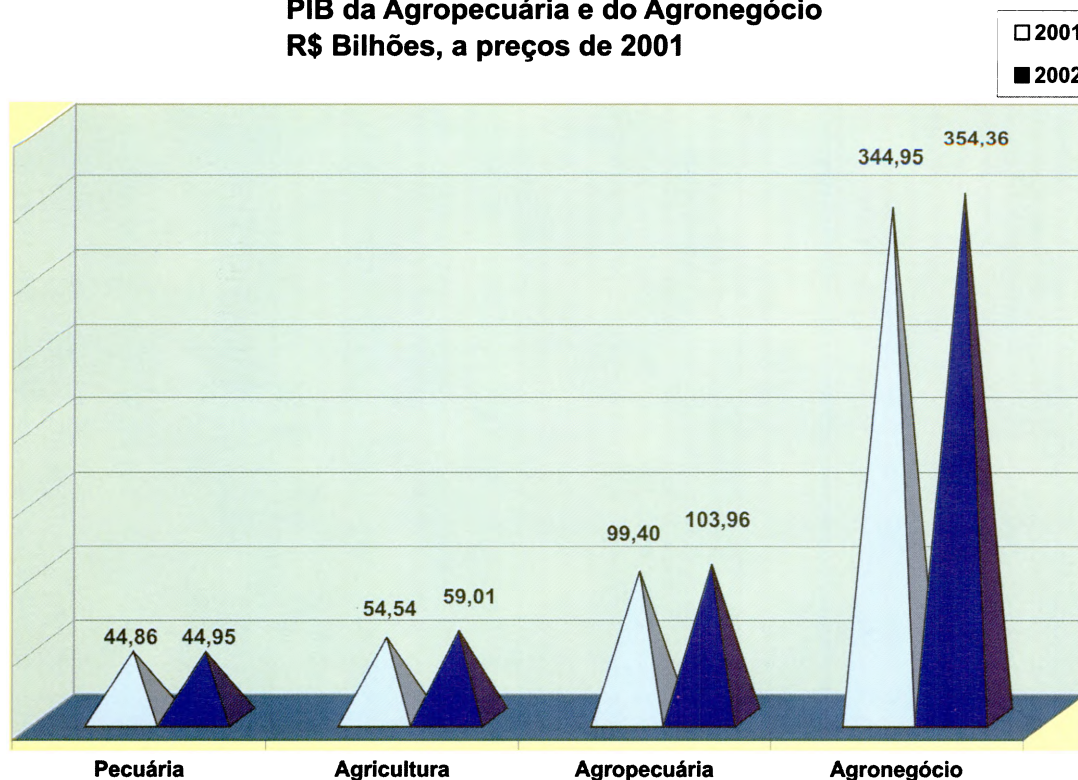
A bovinocultura de corte também teve aumento da produção. A produção no ano passado foi de 6,9 milhões de toneladas de carne, em equivalente carcaça, e neste ano a projeção é de uma produção de 7,1 milhões de toneladas.

O PIB da pecuária apresentou no mês de junho uma queda de 0,18%, sendo o terceiro mês consecutivo a registrar taxas negativas, resultando num crescimento acumulado no semestre de apenas 0,21%. Como resultado final, o PIB básico da agropecuária apresentou um crescimento acumulado de janeiro a junho de 4,59%, acusando um crescimento de 0,72% no mês de junho. Esses índices fazem que no acumulado do ano, em valores de 2001, a pecuária apresente um PIB de R\$ 44,95 bilhões e a agropecuária registre um PIB de R\$ 103,96 bilhões.

O crescimento dos insumos utilizados pela agricultura foi de 1,18% em junho e de 6,42% nos seis primeiros meses deste ano, taxas estas inferiores ao crescimento da agricultura. Já a pecuária apresentou um crescimento na utilização de insumos de 0,51% em junho e de 2,56% no semestre, taxas estas superiores às verificadas para o crescimento da pecuária, implicando dizer que está aumentando a participação dos insumos no PIB do agronegócio da pecuária. O crescimento do segmento de insumos industriais, para a agropecuária como um todo, foi de 4,92% no acumulado do ano de janeiro a junho e de 0,93% em junho. Deve-se lembrar que a acentuada valorização do dólar provavelmente terá impacto direto no preço dos insumos que são balizados por esta moeda, o que causa apreensão em torno da próxima safra.

O PIB do setor industrial do complexo do agronegócio da agropecuária, durante o ano de 2002, vem sistematicamente, mês a mês, apresentando as menores taxas de crescimento entre os componentes integrantes desse complexo. No mês de junho o seu crescimento foi de 0,48%, o que eleva a taxa acumulada do ano para 0,96%. A indústria processadora vegetal, embora registre em junho a sua maior taxa de crescimento do ano (0,61%) e sinalize para uma recuperação

PIB da Agropecuária e do Agronegócio
R\$ Bilhões, a preços de 2001



Fonte: CNA-Brasil/CEPEA-USP

PIB do Agronegócio - Brasil - Taxas de Crescimento Mensal (%)

| 2002 | AGROPECUÁRIA | | | | |
|--------------|-----------------------|-----------------------------------|---------|-----------|--------------|
| | Básico ^(A) | Agronegócio Global ^(B) | Insumos | Indústria | Distribuição |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Janeiro | 0,5677 | 0,2293 | 0,4827 | -0,0659 | 0,1913 |
| Fevereiro | 0,7127 | 0,3581 | 0,6419 | 0,0180 | 0,3404 |
| Março | 0,6832 | 0,3055 | 0,6612 | -0,0578 | 0,2687 |
| Abril | 1,0366 | 0,6411 | 1,1408 | 0,2424 | 0,5800 |
| Mai | 0,7767 | 0,5611 | 0,9745 | 0,3433 | 0,4835 |
| Junho | 0,7244 | 0,6013 | 0,9249 | 0,4750 | 0,5323 |
| Acum. no Ano | 4,5860 | 2,7261 | 4,9224 | 0,9576 | 2,4197 |

| 2002 | AGRICULTURA | | | | |
|--------------|-----------------------|-----------------------------------|---------|-----------|--------------|
| | Básico ^(C) | Agronegócio Global ^(D) | Insumos | Indústria | Distribuição |
| | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Janeiro | 0,9315 | 0,2479 | 0,6604 | -0,1206 | 0,1701 |
| Fevereiro | 1,1276 | 0,3675 | 0,8110 | -0,0616 | 0,3028 |
| Março | 1,0895 | 0,3417 | 0,7847 | -0,0952 | 0,2878 |
| Abril | 1,8758 | 0,8386 | 1,5281 | 0,2316 | 0,7352 |
| Mai | 1,4745 | 0,8086 | 1,2917 | 0,4252 | 0,7152 |
| Junho | 1,4212 | 0,8963 | 1,1814 | 0,6123 | 0,8244 |
| Acum. no Ano | 8,1832 | 3,5498 | 6,4197 | 0,9934 | 3,0722 |

| 2002 | PECUÁRIA | | | | |
|--------------|-----------------------|-----------------------------------|---------|-----------|--------------|
| | Básico ^(E) | Agronegócio Global ^(F) | Insumos | Indústria | Distribuição |
| | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Janeiro | 0,1252 | 0,1880 | 0,2024 | 0,2126 | 0,2358 |
| Fevereiro | 0,2042 | 0,3371 | 0,3738 | 0,4219 | 0,4196 |
| Março | 0,1807 | 0,2247 | 0,4645 | 0,1309 | 0,2285 |
| Abril | -0,0108 | 0,2006 | 0,5224 | 0,2968 | 0,2530 |
| Mai | -0,1108 | 0,0054 | 0,4627 | -0,0687 | -0,0072 |
| Junho | -0,1759 | -0,0661 | 0,5075 | -0,2188 | -0,0907 |
| Acum. no Ano | 0,2123 | 0,8923 | 2,5599 | 0,7758 | 1,0427 |

Fonte: CNA/CEPEA-USP

Obs.: (A) Somente o Setor Primário da Agropecuária; (B) Todo o Agronegócio da Agropecuária;

(C) Somente o Setor Primário da Agricultura; (D) Todo o Agronegócio da Agricultura;

(E) Somente o Setor Primário da Pecuária; e, (F) Todo o Agronegócio da Pecuária.

em comparação às taxas negativas do primeiro trimestre, no acumulado do ano seu PIB acusa uma elevação de 0,99%. Por sua vez, o setor industrial do complexo do agronegócio da pecuária, pelo segundo mês consecutivo, mostra um desempenho negativo, com queda de 0,22%, e um crescimento acumulado no ano de 0,78%. Esses resultados apontam para um ritmo menor da atividade industrial do agronegócio brasileiro.

No caso do setor de distribuição, vale ressaltar o comportamento favorável do PIB do setor de serviços do complexo do agronegócio da agricultura registrando a sua maior taxa percentual em

junho (0,82%), sendo que no acumulado do ano essa taxa acusa um crescimento de 3,07%. A pecuária apresentou no mês em análise uma queda do PIB do setor de serviços de 0,09%, sendo que no acumulado do ano essa taxa acusou um crescimento de 1,04%. Esses desempenhos estão refletidos no resultado final do setor de distribuição do complexo do agronegócio da agropecuária, que registra uma taxa acumulada de 2,42% de janeiro a junho e uma elevação de 0,53% no mês de referência.

Basicamente, do cenário apresentado do agronegócio brasileiro pode-se inferir que o comportamento favorável do PIB desse complexo está sendo garantido pelo subsetor agricultura, já que o desempenho do setor pecuarista ao longo deste ano tem sido modesto. Com os resultados do primeiro semestre, o PIB do agronegócio brasileiro apresenta um valor de R\$ 354,36 bilhões contra os R\$ 344,95 bilhões obtidos em 2001.

Vale ressaltar, no entanto, que o desempenho do setor agropecuário poderia ter sido ainda melhor se os produtores brasileiros não se deparassem com tantas barreiras e restrições ao comércio no mercado internacional.

3. ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 2001/2002 – CONAB

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou, no período de 14 a 20 de julho deste ano, o 6º Levantamento para acompanhamento da safra 2001/02, em todas as unidades da Federação.

O objetivo da pesquisa foi o de levantar informações acerca do desempenho das lavouras que estão em fase de colheita (algodão, amendoim 1ª e 2ª safras, arroz, feijão 1ª e 2ª safras, milho 1ª safra e soja), o acompanhamento do milho 2ª safra e o andamento do plantio das culturas de inverno (aveia, centeio, cevada e trigo). A produtividade estimada resulta de constatações em nível de campo e está condicionada ao comportamento do clima durante o ciclo das lavouras.

Agradecemos a prestimosa colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, de profissionais de Cooperativas, Secretarias de Agricultura e demais órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural das redes oficial e privada, de revendedores de insumos e dos agentes financeiros pelas informações prestadas.

3.1 - ESTIMATIVA DA ÁREA PLANTADA

A área cultivada no País, na safra 2001/2002, está estimada em 40,1 milhões de hectares, superior em 6,0%, ou 2,3 milhões de hectares, à safra anterior. Dos principais produtos analisados, o feijão 1ª, 2ª e 3ª safras, o milho 2ª safra, a soja e o trigo apresentaram variação positiva de 11,6%, 10,1%, 10,6, 18,9%, 16,9% e 17,1% respectivamente, destacando-se a área cultivada com a soja, que apresentou crescimento de 2,4 milhões de hectares. As culturas de algodão e milho 1ª safra tiveram redução de 13,9% e 10,2%, respectivamente.

Na Região Centro-Sul, para as culturas pesquisadas, observou-se crescimento de 5,9% na área, com destaque para a soja, cujo aumento foi de 16,6% (2,2 milhões de hectares). Esse aumento ocorreu em áreas ocupadas com milho, algodão e arroz na safra passada. A área do milho 2ª safra cresceu 19,4%, e a do feijão, nas três safras, 11,0%. O algodão, que nas últimas safras vinha apresentando expressivo crescimento, teve redução de 17,4%, resultado dos baixos preços da última safra e das perspectivas desfavoráveis de recuperação para a próxima safra. O milho 1ª safra apresentou redução de 14,9%, correspondendo a 1,1 milhão de hectares. O principal motivo de influência para a redução na área do milho foram os bons preços pagos à cultura da soja, principal concorrente.

3.2 - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO

A estimativa da produção nacional de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas) é de 98,7 milhões de toneladas, 1,6% ou 1,6 milhão de toneladas inferior à obtida na safra anterior. Entre as diversas culturas, o destaque é da safra de 41,9 milhões de toneladas de soja, representando aumento de 9,0% ou 3,5 milhões de toneladas em relação às 38,4 milhões de toneladas colhidas na safra 2000/01, e do trigo, com crescimento de 17,1% na área de plantio, a maior dos últimos 10 anos, e de 21,4% na produção, sendo que as lavouras de trigo estão em diversos estágios, desde a fase de desenvolvimento vegetativo à de maturação, e, portanto, sujeitas ao comportamento climático.

As adversidades climáticas, a estiagem e as altas temperaturas registradas a partir da primeira semana de dezembro/01 causaram perdas às culturas de verão nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A partir do mês de março, nos Estados da região sul, especialmente no Paraná, em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás, as poucas precipitações causaram atraso no preparo do solo e no plantio do milho 2ª safra (safrinha) e limitaram o crescimento de intenção de plantio dessa cultura que cedeu área para o plantio de trigo.

Especialmente neste levantamento, foi necessário retificar os dados anteriores relativos à safra 2000/01, de milho 1ª safra, para 35.833,0 e de milho para a 2ª safra, para 6.456,7 mil toneladas. O volume de 100,5 milhões de toneladas, estimado no levantamento realizado em fevereiro/02, não se confirmou, basicamente por ajustes de produtividade, em função de avaliações nos respectivos quadros de suprimento, mais especificamente nos dados de consumo e esmagamento dos respectivos produtos, e no comportamento dos preços na entressafra, que indicavam existência de maiores volumes de estoque.

3.3 – AVALIAÇÃO DAS CULTURAS

ALGODÃO

Na pesquisa realizada pela Conab (a última relativa à safra 2001/2002), a área ficou definida em 747,4 mil hectares, ou seja 13,9% inferior à superfície de 868,4 mil hectares cultivada na safra passada.

O que muda significativamente em relação ao levantamento anterior é o volume de produção, ora avaliado em 763,7 mil toneladas, contra 804,6 mil antes estimada. Em relação à safra de 2000/2001, a redução totaliza menos 174,3 mil toneladas, em valores absolutos (desse total, 83,4% se referem ao Estado de Mato Grosso), pois o volume produzido somou 938,8 mil toneladas.

A drástica redução foi liderada pelo Estado de Mato Grosso, que ocupa a liderança no processo produtivo. Na safra passada, a colheita totalizou 533,9 mil toneladas de pluma e na atual temporada deverá atingir cerca de 388,4 mil toneladas, ou seja, -27,3%, o que, em valores absolutos, equivale a 145,3 mil toneladas.

Em Mato Grosso foram excessivas as precipitações pluviométricas em janeiro e fevereiro, quando a cultura estava no estágio de desenvolvimento vegetativo. Nesse período, o céu esteve muito nublado, e a redução de luminosidade afetou a fotossíntese nas plantas. Já no final de março e durante todo o mês de abril, não houve chuvas e as plantas não se desenvolveram adequadamente na parte superior, deixando as maçãs mais leves.

Os problemas de ordem climática também ocasionaram perdas mais significativas no oeste da Bahia (região de Barreiras) e, em menor escala, no Paraná e em Goiás. Em Mato Grosso do Sul, o impacto do veranico ocorrido em maio pouco afetou as lavouras, e a produtividade média de algodão em caroço deverá fechar o ano com valor superior ao da safra passada, embora ligeiramente inferior ao número estimado na penúltima pesquisa (realizada em maio). Em termos de Brasil, a pesquisa está indicando que, após o fim da colheita, a produtividade média deverá totalizar cerca de 2.690 kg/ha de algodão em caroço, contra 2.834 kg/ha obtidos na safra passada.

Os trabalhos de colheita estão bastante adiantados e já foram concluídos no Paraná, em São Paulo e na região sul de Mato Grosso do Sul. Nos demais Estados, eles ainda estão em andamento. Na Região Centro-Oeste, o pico ocorre em junho/julho, com encerramento previsto para agosto. No Nordeste, dada a diversificação do calendário de plantio, os trabalhos têm início em março e acabam em novembro. Até o final de julho, estima-se que 91% da área total do Brasil tenham sido colhidas.

Algodão Mercosul

No ano safra 2001/2002, a área plantada com algodão no Mercosul totalizou cerca de 1,067 mil hectares. Em comparação com a safra passada, houve decréscimo aproximado de 31,9%, tendo sido cultivados cerca de 1.566 mil hectares. O quadro mostra que a retração foi generalizada, e os recuos mais acentuados ocorreram na Argentina, com -57,6%, e no Paraguai com -49,3%.

Os resultados financeiros desfavoráveis obtidos na comercialização da safra 2000/2001, a falta de recursos para custeio das lavouras, de forma mais incisiva no Paraguai e Argentina, além das constantes previsões que indicavam grande aumento de área mundial e conseqüentemente de produção para o ano safra 2001/2002 constituíram os principais fatores que desmotivaram os agricultores e fizeram com que eles optassem pela redução de área na temporada atual.

No Paraguai e na Argentina os trabalhos de colheita da safra 2001/2002 já foram encerrados. No Brasil eles estão em andamento e estima-se que 91% do total da área cultivada tenham sido colhidos.

Esta foi uma safra caracterizada pela irregularidade do clima, com excesso de chuvas na Argentina, entre janeiro e março, e veranicos de até 40 dias em diversas regiões produtoras do Paraguai. As lavouras cultivadas no Brasil também foram prejudicadas, inicialmente pelas excessivas precipitações pluviométricas ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro em Mato Grosso e mais tarde por períodos de estiagem na maioria dos Estados produtores, sobretudo na região de Barreiras/BA e Mato Grosso.

Por conta desses problemas, os resultados finais foram diferentes daqueles inicialmente esperados. A estimativa de produção total atualmente estimada é de 867,5 mil toneladas, insuficientes para suprir a demanda total do bloco, projetada em 900,0 mil toneladas. Na safra passada, o volume produzido totalizou cerca de 1.196 mil toneladas, suficiente para atender à demanda interna de 946,0 mil toneladas e gerar excedente de exportação extra-Mercosul equivalente a cerca de 269,0 mil toneladas aproximadamente.

ARROZ

No sexto levantamento de acompanhamento da safra 2001/02, realizado para a cultura de arroz, foi observado o que segue.

Área Cultivada

A área plantada apresentou redução de 0,4%. Esse resultado decorre dos bons preços da soja, na época do plantio, sobretudo na Região Centro-Oeste, segunda maior produtora, com participação de 16% na produção, onde predomina a cultura de sequeiro, e é caracterizada como cultura de abertura de área para o cultivo de milho e soja. Nessa região a redução foi de 5,1%. Na Região Sudeste, com participação de 3,5%, a redução foi de 11,3%. Já na Região Nordeste, onde o arroz não concorre com a soja, a área cresceu 19%. Nos Estados do Sul do País, sobretudo Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a produção totaliza 6,6 milhões de toneladas, ou 62,0% do volume produzido no País, com acréscimo de 4,8%. Nesses Estados a cultura é praticamente toda irrigada e não sofre concorrência com a soja. Esse incremento se deve, principalmente, aos bons níveis de preços alcançados pelos produtores na comercialização de sua produção.

Produção

A produção está estimada em 10,7 milhões de toneladas, 2,6% ou 270,1 mil toneladas superior à obtida na safra passada.

No Rio Grande do Sul a deficiência hídrica e as baixas temperaturas em alguns municípios reduziram a produtividade para 5.462 kg/ha, quando, em safras normais, ela é superior a 5.500 quilos. Já no Centro-Oeste do País, onde predomina a cultura de sequeiro, o clima favorável elevou a produtividade para 2.754 kg/ha, contra 2.680 kg obtidos em 2000/01.

Nos Estados da Região Nordeste, a alta produtividade observada na maioria dos Estados se deve ao cultivo em áreas irrigadas. No Maranhão e Piauí, o cultivo é praticamente de sequeiro, e neste ano a estiagem causou perdas significativas, com produtividade de 1.300 e 490 kg/ha, respectivamente.

FEIJÃO 1ª SAFRA

Nesta 1ª safra, cultivada na Região Centro-Sul do País e no Estado da Bahia, houve incremento de 11,6% na área plantada, quando comparado à safra anterior, motivado pelos preços remuneradores no decorrer de 2001.

O volume de produção foi reavaliado para 1.327,6 mil toneladas, apresentando redução de 34,8 mil toneladas, ficando abaixo da avaliação inicial, devido a problemas climáticos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Minas Gerais e Goiás. Nesses dois últimos Estados esperava-se uma boa colheita nas principais regiões produtoras, em virtude das condições climáticas favoráveis durante o desenvolvimento das lavouras, mas o excesso de chuvas na colheita, além de prejudicar o rendimento das plantas, afetou bastante a qualidade do produto.

FEIJÃO 2ª SAFRA

A avaliação apresentou acréscimo de 10,1% na área e de 23,6% na produção, passando para 2.049,1 mil hectares e 1.068,6 mil toneladas, respectivamente. O aumento na área se deve aos bons preços de mercado. A expansão não foi maior devido à falta de chuva e à baixa umidade do solo, no período do plantio. As baixas precipitações no decorrer do ciclo da cultura foram o principal fator responsável pela redução de produtividade. A colheita está encerrada

na Região Centro-Sul, tendo sido colhidos cerca de 65% da área plantada, e a conclusão está prevista para o mês de julho.

FEIJÃO 3ª SAFRA

A área cultivada teve incremento de 10,6%, em relação à safra anterior, passando de 733,1 mil hectares para 810,9 mil hectares. Esse incremento foi em função dos bons preços e das condições climáticas favoráveis. No momento a situação predominante da lavoura é o desenvolvimento vegetativo (40%), a floração (50%) e a frutificação (10%), sendo que as condições são ótimas (15%), boas (70%) e regulares (15%). A colheita começa em agosto, intensificando-se a partir do mês de setembro.

Produção

O aumento registrado na produção ficou em torno de 36,7%, passando de 572,1 mil toneladas para 782,2 mil toneladas, em decorrência das boas condições climáticas e por ser o cultivo desse cereal (grande parte) feito por meio de irrigação. Considerando esses fatores, houve reflexos positivos na produtividade, que cresceu 23,7%, saindo de 780 kg/ha para 965 kg/ha.

MILHO 1ª SAFRA

A sexta pesquisa da safra 2001/02, realizada na segunda semana de julho, indica uma produção de 29,7 milhões de toneladas, para o milho 1ª safra, contra 35,8 milhões na safra 2000/01. A redução foi provocada pela diminuição de 14,9% na área cultivada nos Estados da Região Centro-Sul, e pelas condições climáticas adversas nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A cultura teve desenvolvimento dentro da normalidade, com o clima beneficiando as lavouras, e a produtividade ficou 8% abaixo da obtida na safra passada, que foi recorde. As chuvas excessivas em dezembro/01 e em janeiro/02, em parte dos Estados das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, causaram prejuízos financeiros, devido à maior utilização de insumos para combater a incidência de pragas e doenças.

No Estado do Rio Grande do Sul e no oeste de Santa Catarina, a falta de chuva no período de 5 de dezembro a 22 de janeiro causou grandes perdas à lavoura de milho. No Rio Grande do Sul a expectativa de produção no início da safra, considerando as condições climáticas normais, era de 5,4 milhões de toneladas. Atualmente, espera-se uma produção de 3,9 milhões, ou seja, redução de 1,5 milhão de toneladas no Estado. Os plantios realizados em fins de agosto e no início de setembro tiveram desenvolvimento normal. O clima beneficiou as lavouras e, em dezembro, quando começou a estiagem, as plantas não precisavam mais de tanta água, pois estavam em fase de maturação. Já os plantios de fins de setembro até dezembro, no período da estiagem, estavam em fase crítica, principalmente floração e formação de grãos, e houve produtores com perda total de suas lavouras.

Para os Estados da Região Nordeste a previsão é de 2,3 milhões de toneladas, 131 mil abaixo da previsão anterior, devido à escassez de chuvas, notadamente no Estado do Piauí.

MILHO 2ª SAFRA

A primeira previsão para a atual safra indicava uma produção de 8,1 milhões de toneladas. O comportamento atípico do clima nos meses de março e abril, com deficiência

hídrica e temperaturas elevadas, causou danos severos à cultura. No Estado do Paraná, maior produtor, com cerca de 35% da área total, nas áreas semeadas na primeira quinzena de março a falta de umidade no solo prejudicou a emergência e o desenvolvimento das plantas, comprometendo o rendimento das lavouras. Nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Mato Grosso e Goiás, a estiagem também afetou a cultura, com maior intensidade no primeiro Estado (-39%), e os demais com perdas de 14,9% e 10,2%, respectivamente.

A produção deverá se consolidar em 6,0 milhões de toneladas, 7,0% inferior à obtida na safra anterior e 35,0% inferior à estimativa inicial para a presente safra.

SOJA

A área plantada em 16,3 milhões de hectares representa um acréscimo de 16,9%, ou 2,4 milhões de hectares. Os bons preços recebidos pelos produtores na safra passada e a expectativa de boa comercialização foram as principais causas que motivaram o produtor a optar pelo plantio da soja, em detrimento das culturas do milho 1ª safra e do algodão.

A produção, estimada em 41,9 milhões de toneladas, constitui recorde da cultura. A conscientização do produtor em se adequar às novas tecnologias e em acompanhar as épocas de plantio indicadas pela assistência técnica, aliada às boas condições climáticas, explica os bons níveis de produtividade até então estimados.

No Rio Grande do Sul, devido ao longo período de estiagem (5 de dezembro a 22 de janeiro), a perda foi de 20,3% sobre a previsão de dezembro. As maiores perdas concentraram-se nas lavouras de ciclo precoce, que tiveram a floração antecipada e apresentaram porte bem abaixo do normal. A produção no Estado, estimada em dezembro em 7,0 milhões de toneladas, caiu para 5,6 milhões, ou seja, uma redução de 1,4 milhão de toneladas.

Em Santa Catarina, também em função da estiagem no oeste do Estado, houve redução de 5,8% sobre a estimativa de dezembro, e a produção, prevista em 627,4 mil toneladas, foi reduzida para 546,5 mil toneladas.

TRIGO

Concluída a fase de plantio, a área cultivada, estimada em 2,0 milhões de hectares, 17,1% ou 293,0 mil hectares acima da área plantada na safra anterior, representa a maior dos últimos 10 anos. O incremento se deve ao incentivo governamental através do preço mínimo (R\$ 285,00/t para os Estados da Região Sul, e de R\$ 300,00 para os das Regiões Sudeste e Centro-Oeste), e também às boas perspectivas de comercialização. A cultura está em diversas fases, desde desenvolvimento vegetativo até início de maturação.

No Paraná, maior produtor nacional, as lavouras vêm apresentando situações diferentes. No norte do Estado, o período de estiagem do final de maio ao início de julho trouxe consequências negativas, enquanto nas demais regiões do Estado o fator climático vem favorecendo as lavouras. As primeiras colheitas deverão ser feitas a partir da segunda quinzena de agosto.

**BRASIL - ESTIMATIVA DE ÁREA PLANTADA
SAFRAS 2000/01 e 2001/02**

| CULTURA | SAFRA | | (em 1.000 ha) VARIÇÃO | |
|-----------------------|-----------------|-----------------|--------------------------|-------------------|
| | 2000/01 (a) | 2001/02 (b) | PERCENTUAL (b/a) | ABSOLUTA (b-a) |
| ALGODÃO | 868,4 | 747,4 | -13,9 | -121,0 |
| AMENDOIM TOTAL | 102,4 | 93,9 | -8,3 | -8,5 |
| AMENDOIM 1ª SAFRA | 78,5 | 68,4 | -12,9 | -10,1 |
| AMENDOIM 2ª SAFRA | 23,9 | 25,5 | 6,7 | 1,6 |
| ARROZ | 3.250,3 | 3.238,9 | -0,4 | -11,4 |
| AVEIA | 248,5 | 253,0 | 1,8 | 4,5 |
| CENTEIO | 7,2 | 5,7 | -20,8 | -1,5 |
| CEVADA | 140,6 | 151,0 | 7,4 | 10,4 |
| FEIJÃO TOTAL | 3.878,7 | 4.294,4 | 10,7 | 415,7 |
| FEIJÃO 1ª SAFRA | 1.285,1 | 1.434,4 | 11,6 | 149,3 |
| FEIJÃO 2ª SAFRA | 1.860,5 | 2.049,1 | 10,1 | 188,6 |
| FEIJÃO 3ª SAFRA | 733,1 | 810,9 | 10,6 | 77,8 |
| GIRASSOL | 37,0 | 45,6 | 23,2 | 8,6 |
| MAMONA | 161,4 | 126,2 | -21,8 | -35,2 |
| MILHO TOTAL | 12.972,5 | 12.350,2 | -4,8 | -622,3 |
| MILHO 1ª SAFRA | 10.546,1 | 9.465,2 | -10,2 | -1.080,9 |
| MILHO 2ª SAFRA | 2.426,4 | 2.885,0 | 18,9 | 458,6 |
| SOJA | 13.969,8 | 16.324,4 | 16,9 | 2.354,6 |
| SORGO | 502,0 | 499,5 | -0,5 | -2,5 |
| TRIGO | 1.713,3 | 2.006,3 | 17,1 | 293,0 |
| BRASIL | 37.852,1 | 40.136,5 | 6,0 | 2.284,4 |

Fonte: CONAB

No Rio Grande do Sul, onde o plantio se concentra entre 20 de maio e fins de junho, nesta safra a ocorrência de chuvas no período atrasou sobremaneira os trabalhos iniciais de preparo do solo e plantio, encerrado no mês de julho. A situação climática está permitindo bom desenvolvimento das lavouras.

Nos Estados de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul o clima também está favorecendo as lavouras.

Considerando as condições climáticas normais, a produção está estimada em 3,9 milhões de toneladas, 2,4% acima da obtida na safra anterior.

BRASIL - ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO DE GRÃOS – SAFRAS 2000/01 e 2001/02
(em 1.000 t)

| CULTURA | SAFRA | | VARIÇÃO | |
|-------------------|------------------|-----------------|---------------------|-------------------|
| | 2000/01 (a) | 2001/02 (b) | PERCENTUAL (b/a) | ABSOLUTA (b-a) |
| CAROÇO DE ALGODÃO | 1.521,9 | 1.246,0 | -18,1 | -275,9 |
| AMENDOIM TOTAL | 196,7 | 189,4 | -3,7 | -7,3 |
| AMENDOIM 1ª SAFRA | 168,5 | 157,7 | -6,4 | -10,8 |
| AMENDOIM 2ª SAFRA | 28,2 | 31,7 | 12,4 | 3,5 |
| ARROZ | 10.386,0 | 10.656,1 | 2,6 | 270,1 |
| AVEIA | 330,7 | 385,4 | 16,5 | 54,7 |
| CENTEIO | 8,6 | 6,8 | -20,9 | -1,8 |
| CEVADA | 283,0 | 358,7 | 26,7 | 75,7 |
| FEIJÃO TOTAL | 2.592,2 | 3.178,4 | 22,6 | 586,2 |
| FEIJÃO 1ª SAFRA | 1.155,7 | 1.327,6 | 14,9 | 171,9 |
| FEIJÃO 2ª SAFRA | 864,4 | 1.068,6 | 23,6 | 204,2 |
| FEIJÃO 3ª SAFRA | 572,1 | 782,2 | 36,7 | 210,1 |
| GIRASSOL | 56,3 | 63,0 | 11,9 | 6,7 |
| MAMONA | 79,9 | 82,2 | 2,9 | 2,3 |
| MILHO TOTAL | 42.289,7 | 35.739,2 | -15,5 | -6.550,5 |
| MILHO 1ª SAFRA | 35.833,0 | 29.736,4 | -17,0 | -6.096,6 |
| MILHO 2ª SAFRA | 6.456,7 | 6.002,8 | -7,0 | -453,9 |
| SOJA | 38.431,8 | 41.906,9 | 9,0 | 3.475,1 |
| SORGO | 895,7 | 1.002,1 | 11,9 | 106,4 |
| TRIGO | 3.194,2 | 3.879,3 | 21,4 | 685,1 |
| BRASIL | 100.266,7 | 98.693,5 | -1,6 | -1.573,2 |

Fonte: CONAB

**BRASIL – COMPARATIVO DA ÁREA PLANTADA E DA PRODUÇÃO
SAFRAS 2000/01 E 2001/02**

| REGIÃO | ÁREA (em 1.000 ha) | | | | PRODUÇÃO (EM 1.000 t) | | | |
|--------------------------------|--------------------|-----------------|-------------|-------------------|-----------------------|-----------------|-------------|-------------------|
| | 2000/01 (a) | 2001/02 (b) | % (b/a) | Absoluta (b-a) | 2000/01 (a) | 2001/02 (b) | % (b/a) | Absoluta (b-a) |
| 1- REGIÃO CENTRO-SUL | 29745,2 | 31.491,0 | 5,9 | 1.155,8 | 91.974,5 | 89.376,7 | -2,8 | -2.597,8 |
| 1.1 CULTURAS DE VERÃO | 27.435,5 | 28.834,8 | 2,9 | 809,3 | 87.841,6 | 84.283,9 | -4,1 | -3.557,7 |
| ALGODÃO | 714,2 | 590,0 | -100,0 | -714,2 | 1.392,3 | 1.097,0 | -21,2 | -295,3 |
| AMENDOIM 1ª SAFRA | 78,5 | 68,4 | -12,9 | -10,1 | 168,5 | 157,7 | -6,4 | -10,8 |
| AMENDOIM 2ª SAFRA | 17,5 | 19,3 | 10,3 | 1,8 | 22,8 | 26,1 | 14,5 | 3,3 |
| ARROZ | 1.967,3 | 1.951,3 | -0,8 | -16,0 | 8.277,0 | 8.558,5 | 3,4 | 281,5 |
| FEIJÃO 1ª SAFRA | 914,6 | 1.008,6 | 10,3 | 94,0 | 1.025,3 | 1.131,9 | 10,4 | 106,6 |
| FEIJÃO 2ª SAFRA | 514,1 | 564,2 | 9,7 | 50,1 | 549,8 | 583,9 | 6,2 | 34,1 |
| MAMONA | 5,8 | 2,9 | -50,0 | -2,9 | 6,7 | 4,3 | -35,8 | -2,4 |
| MILHO 1ª SAFRA | 7.687,8 | 6.540,9 | -14,9 | -1.146,9 | 33.049,1 | 26.579,2 | -19,6 | -6.469,9 |
| MILHO 2ª SAFRA | 2.145,9 | 2.562,4 | 19,4 | 416,5 | 6.336,1 | 5.738,3 | -9,4 | -597,8 |
| SOJA | 12.915,5 | 15.062,8 | 16,6 | 2.147,3 | 36.139,3 | 39.451,9 | 9,2 | 3.312,6 |
| SORGO | 474,3 | 464,0 | -2,2 | -10,3 | 874,7 | 955,1 | 9,2 | 80,4 |
| 1.2 CULTURAS DE INVERNO | 2.309,7 | 2.656,2 | 15,0 | 346,5 | 4.132,9 | 5.092,8 | 23,2 | 959,9 |
| AVEIA | 248,5 | 253,0 | 1,8 | 4,5 | 330,7 | 385,4 | 16,5 | 54,7 |
| CENTEIO | 7,2 | 5,7 | -20,8 | -1,5 | 8,6 | 6,8 | -20,9 | -1,8 |
| CEVADA | 140,6 | 151,0 | 7,4 | 10,4 | 283,0 | 358,7 | 26,7 | 75,7 |
| FEIJÃO 3ª SAFRA | 163,1 | 194,6 | 19,3 | 31,5 | 260,1 | 396,6 | 52,5 | 136,5 |
| GIRASSOL | 37,0 | 45,6 | 23,2 | 8,6 | 56,3 | 66,0 | 17,2 | 9,7 |
| TRIGO | 1.713,3 | 2.006,3 | 17,1 | 293,0 | 3.194,2 | 3.879,3 | 21,4 | 685,1 |
| 2 - REGIÃO NORTE | 1.407,8 | 1.362,1 | -3,2 | -45,7 | 2.353,6 | 2.474,1 | 5,1 | 120,5 |
| ALGODÃO | 2,6 | - | -100,0 | -2,6 | 2,3 | - | -100,0 | -2,3 |
| ARROZ | 553,4 | 554,9 | 0,3 | 1,5 | 1.094,5 | 1.144,0 | 4,5 | 49,5 |
| FEIJÃO 1ª SAFRA | 2,0 | 2,0 | - | - | 0,7 | 0,8 | 14,3 | 0,1 |
| FEIJÃO 2ª SAFRA | 199,5 | 168,4 | -15,6 | -31,1 | 123,3 | 120,2 | -2,5 | -3,1 |
| MILHO 1ª SAFRA | 558,6 | 500,3 | -10,4 | -58,3 | 916,2 | 850,1 | -7,2 | -66,1 |
| SOJA | 91,7 | 136,5 | 48,9 | 44,8 | 216,6 | 359,0 | 65,7 | 142,4 |
| 2- REGIÃO NORDESTE | 6.699,1 | 7.283,4 | 8,7 | 584,3 | 5.938,6 | 6.845,7 | 15,3 | 907,1 |
| ALGODÃO | 151,6 | 157,4 | 3,8 | 5,8 | 127,3 | 149,0 | 17,0 | 21,7 |
| ARROZ | 729,6 | 732,7 | 0,4 | 3,1 | 1.014,5 | 953,6 | -6,0 | -60,9 |
| AMENDOIM 2ª SAFRA | 6,4 | 6,2 | -3,1 | -0,2 | 5,4 | 5,6 | 3,7 | 0,2 |
| FEIJÃO 1ª SAFRA | 368,5 | 423,8 | 15,0 | 55,3 | 129,7 | 194,9 | 50,3 | 65,2 |
| FEIJÃO 2ª SAFRA | 1.146,9 | 1.316,5 | 14,8 | 169,6 | 191,3 | 364,5 | 90,5 | 173,2 |
| FEIJÃO 3ª SAFRA | 570,0 | 616,3 | 8,1 | 46,3 | 312,0 | 385,6 | 23,6 | 73,6 |
| MAMONA | 155,6 | 123,3 | -20,8 | -32,3 | 73,2 | 77,9 | 6,4 | 4,7 |
| MILHO 1ª SAFRA | 2.299,7 | 2.424,0 | 5,4 | 124,3 | 1.867,7 | 2.307,1 | 23,5 | 439,4 |
| MILHO 2ª SAFRA | 280,5 | 322,6 | 15,0 | 42,1 | 120,6 | 264,5 | 119,3 | 143,9 |
| SOJA | 962,6 | 1.125,1 | 16,9 | 162,5 | 2.075,9 | 2.096,0 | 1,0 | 20,1 |
| SORGO | 27,7 | 35,5 | 28,2 | 7,8 | 21,0 | 47,0 | 123,8 | 26,0 |
| BRASIL | 37.852,1 | 40.136,5 | 4,5 | 1.694,4 | 00.266,7 | 8.696,5 | -1,6 | -1.570,2 |

Fonte: CONAB

4. ANÁLISE DE PRODUTOS SELECIONADOS

4.1 - ARROZ (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO)

Paulo Magno Rabelo - CONAB

PANORAMA INTERNACIONAL

A produção média de arroz em casca, no mundo, nos últimos cinco anos foi de 590,0 milhões de toneladas, equivalentes a 395,6 milhões de toneladas de produto beneficiado.

Arroz Suprimento e Demanda Mundial (Base Beneficiado)

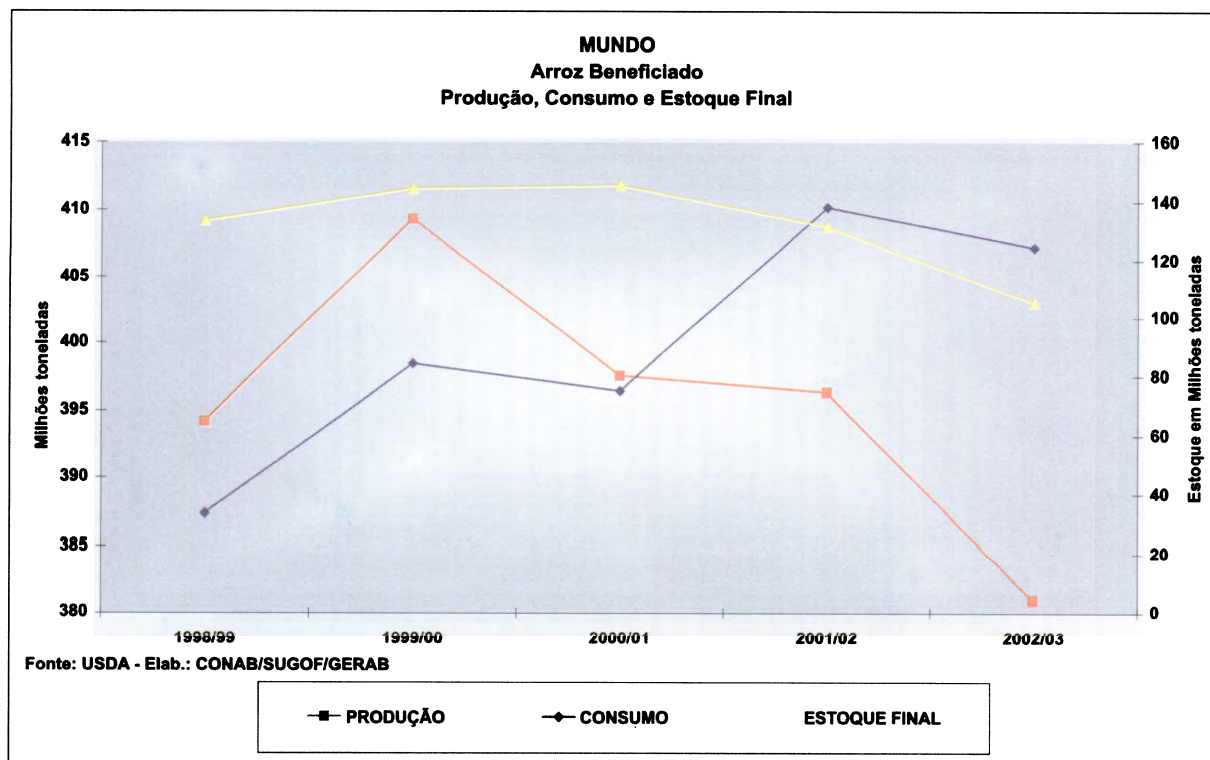
| SAFRA | ESTOQUE INICIAL | PRODUÇÃO | COMÉRCIO | CONSUMO | ESTOQUE FINAL |
|---------|-----------------|----------|----------|---------|---------------|
| 1998/99 | 126,5 | 394,1 | 24,9 | 387,3 | 133,3 |
| 1999/00 | 133,3 | 409,3 | 22,8 | 398,4 | 144,2 |
| 2000/01 | 144,2 | 397,5 | 24,5 | 396,4 | 145,3 |
| 2001/02 | 145,3 | 396,3 | 25,2 | 410,2 | 131,4 |
| 2002/03 | 131,4 | 380,9 | 25,7 | 407,2 | 105,1 |

Fonte: USDA

Elaboração: CONAB/SUGOF/GERAB

A partir da safra 1999/2000, a produção recuou cerca de 28,4 milhões de toneladas, enquanto o consumo evoluiu em 19,9 milhões de toneladas, entre 1998/1999 e 2002/03.

A diferença entre a produção e o consumo mundial de arroz tem elevado o comércio entre os países, alcançando cerca de 26,0 milhões de toneladas e, em consequência, reduzido os estoques em 39,1 milhões de toneladas, a partir de 1999/2000. A tabela e o gráfico detalham o balanço de oferta e demanda mundial de arroz beneficiado.



MERCOSUL

A produção de arroz no Mercado Comum do Sul registra redução de 12,0%, passando de 14,5 para 12,7 milhões de toneladas. Esse montante representa 1,75 milhão de toneladas a menos do que na safra de 1998/99. O aumento de 4,7% previsto para a safra 2002/03 se deve aos bons preços no Brasil, em nível de produtor.

Arroz

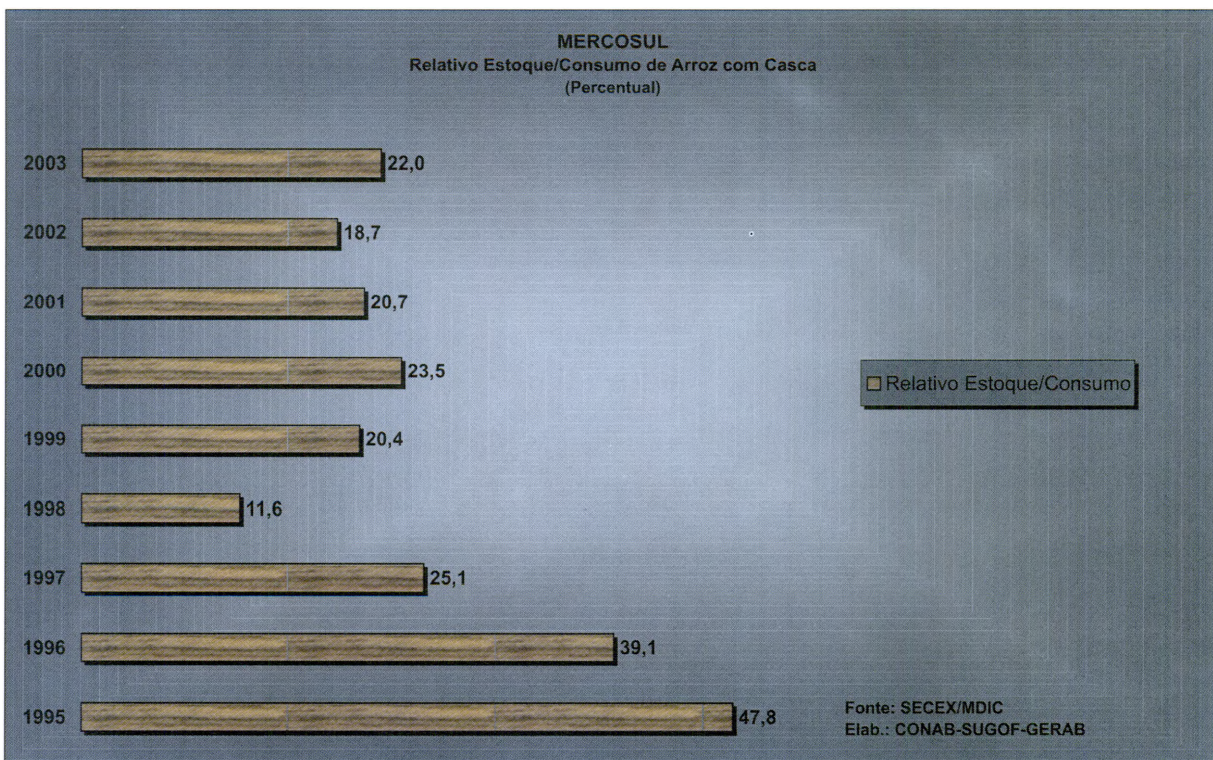
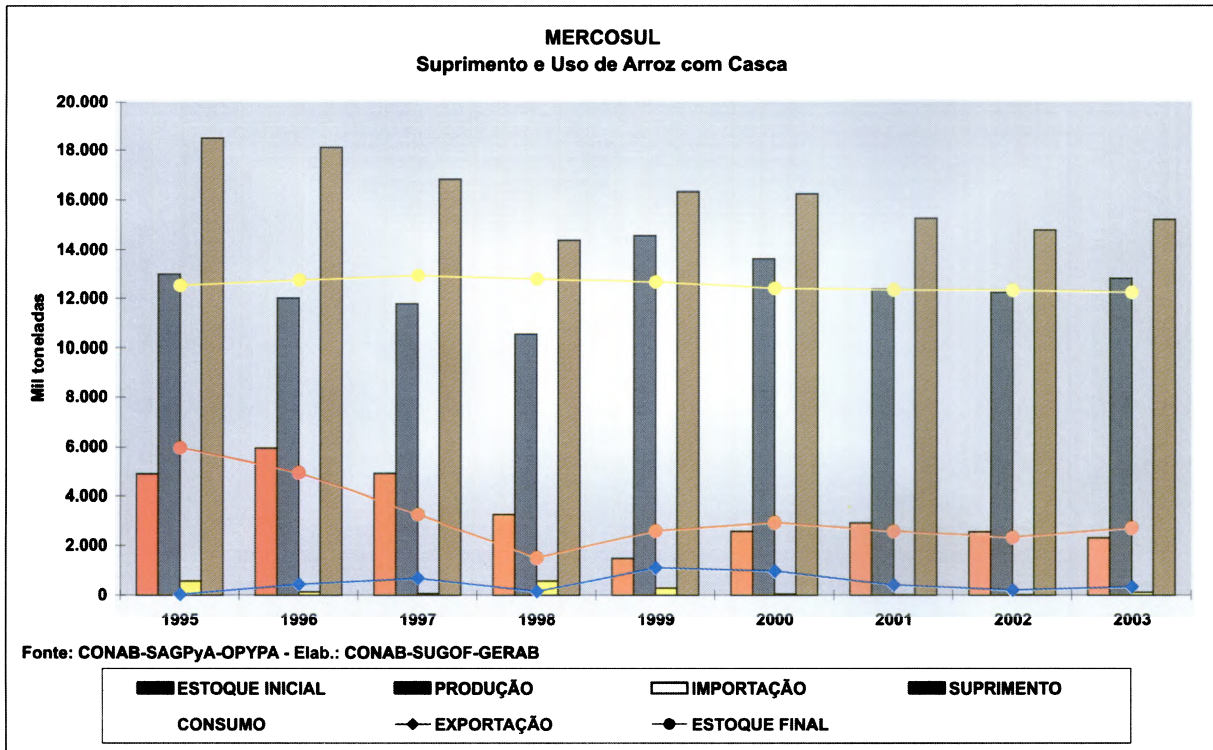
Produção de Arroz em Casca no MERCOSUL

| Produção | 1998/99 | 1999/00 | 2000/01 | 2001/02 | 2002/03 |
|--------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Brasil | 11.582,2 | 11.423,1 | 10.386,0 | 10.655,6 | 11.114,2 |
| Argentina | 1.658,2 | 903,6 | 859,1 | 710,0 | 780,0 |
| Uruguai | 1.301,8 | 1.221,0 | 1.030,2 | 850,0 | 895,0 |
| Total | 14.542,2 | 13.547,7 | 12.275,3 | 12.215,6 | 12.789,2 |

Fonte: CONAB - SAGPyA - OPYPA

Elaboração: CONAB/SUGOF/GERAB

O suprimento de arroz no Mercosul é feito basicamente através de sua produção. A Argentina e o Uruguai, com destaque para o último, detêm posição privilegiada no mercado internacional de arroz, exportando para dezenas de países consumidores, não obstante ser o Brasil seu importante parceiro comercial. As exportações para terceiros países, fora do Mercosul, alcançaram 1,0 milhão de toneladas em 1999, declinando a partir deste ano. O consumo no Uruguai é de apenas 11% da produção e na Argentina de 53%.

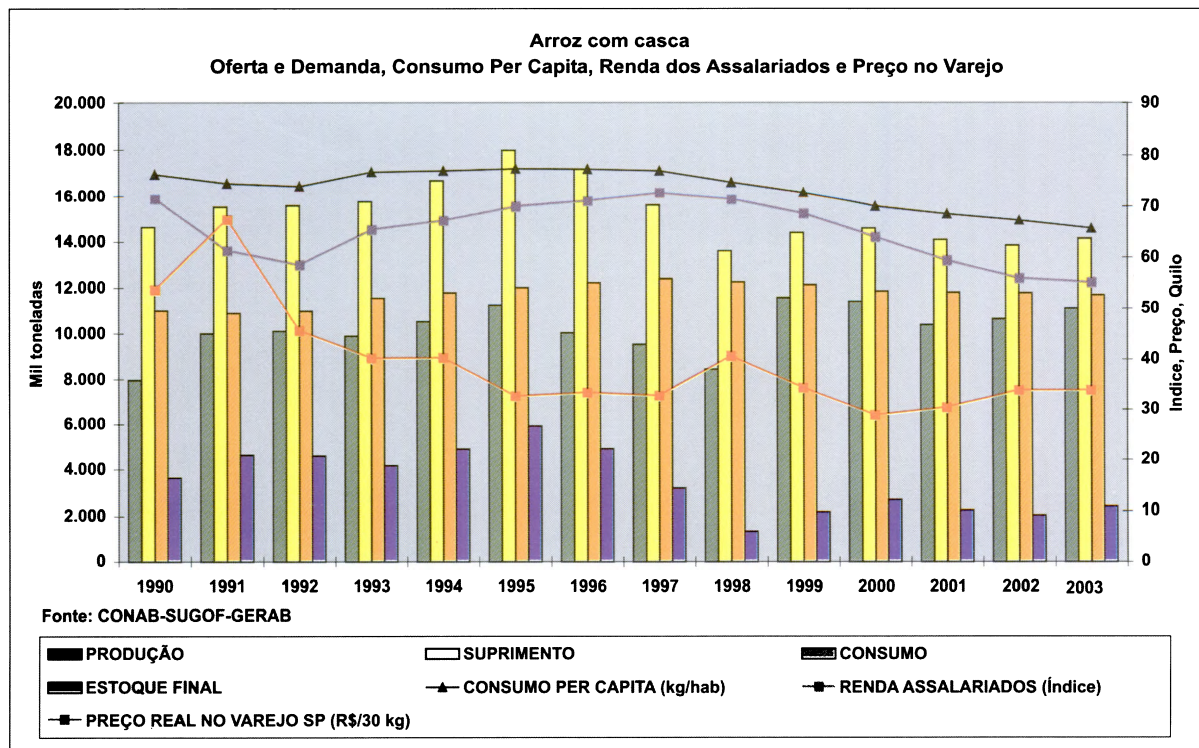


A queda de produção constatada de 1995 a 1998 resultou em reduções sucessivas dos estoques de passagem no bloco. A partir de 1998 manteve-se em um patamar médio de 2,5 milhões de toneladas e o relativo Estoque X Consumo manteve-se em torno de 21%, tendo sido de 47% em 1995.

BRASIL

O suprimento nacional de arroz é feito pela produção interna, complementada pelas importações:

Entre 1990 e 2002, a produção aumentou cerca de 33,7%, passando de 7,9 para 10,6 milhões de toneladas, enquanto a área média cultivada foi de 3,88 milhões de hectares. Nesse período a área plantada recuou 21,5%, passando de 4,2 para 3,3 milhões de hectares, evidenciando expressivos ganhos de produtividade.



A melhoria da renda dos assalariados brasileiros, no estrato até cinco salários mínimos, observada de 1992 até o ano de 1997, impulsionou o consumo do cereal no período. A partir desse ano, constata-se perda do poder de compra dos assalariados, ocorrendo reversão da tendência e resultando em queda contínua do consumo.

O gráfico retrata a situação do suprimento nacional (base casca), da evolução do consumo *per capita*, da renda dos assalariados brasileiros e do preço real no varejo em São Paulo.

O preço do arroz beneficiado com 10% de quebrado, FOB Bancoc, está cotado em US\$ 184,00 por tonelada. Esse produto posto no atacado de São Paulo, em fardos de 30 quilos, equivale a R\$ 33,41, ao câmbio de R\$ 3,10, com tarifa de importação de 18%, enquanto o arroz nacional fica em torno de R\$ 32,50 nesta praça. Pode-se afirmar que, aos preços atuais do mercado do Rio Grande do Sul, já se viabilizam as importações de produto asiático.

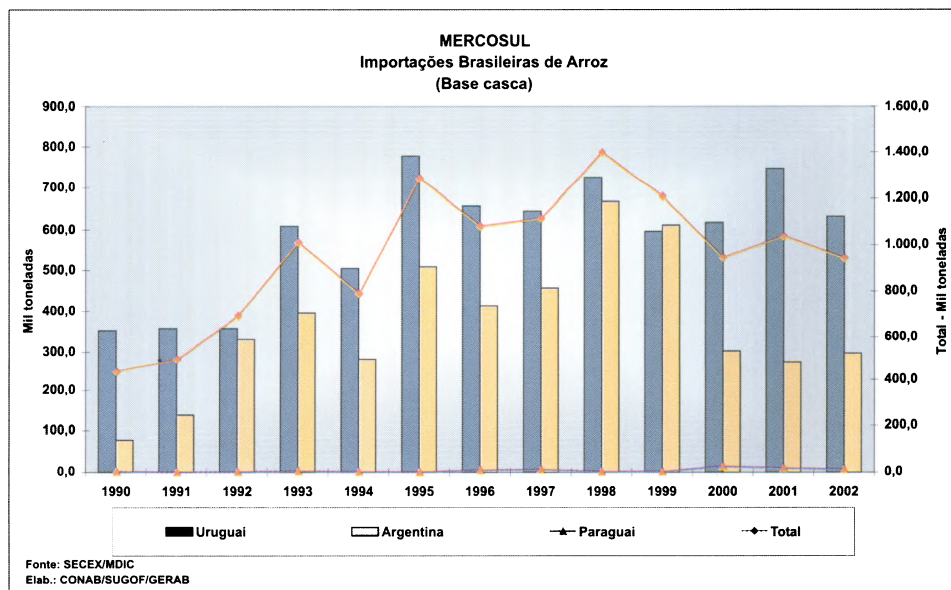
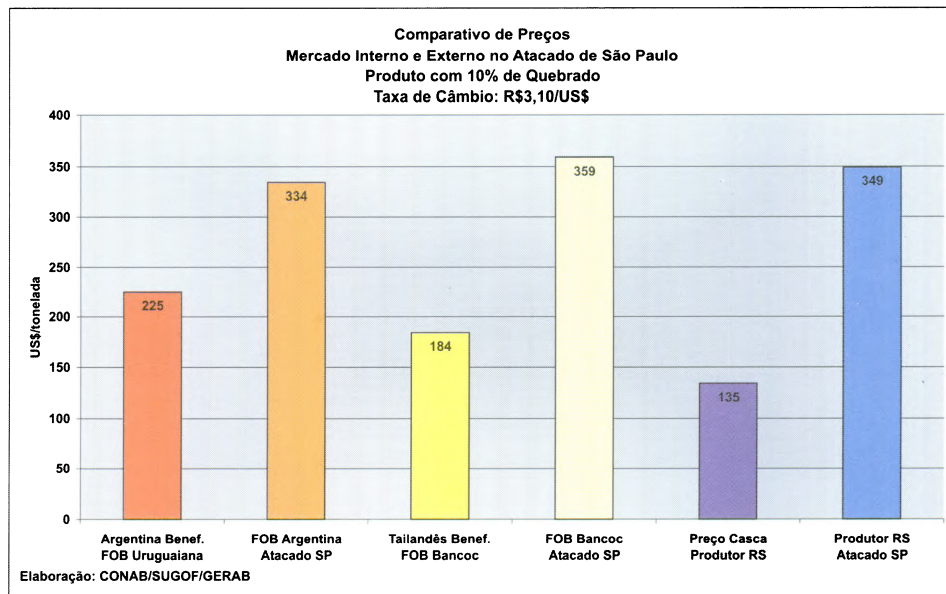
O produto em casca, com origem nos Estados Unidos, está cotado a US\$ 100,00 por tonelada, FOB Golfo. Posto na Região Nordeste do Brasil, esse cereal chega a Recife em saca de 50 quilos, ao custo de R\$ 22,91, apenas 9,1% acima da cotação atual do produto com origem no Estado do Rio Grande do Sul. O imposto de importação de arroz com casca é de 14%.

O arroz elaborado ensacado, com 10% de quebrados, e com origem na Argentina e Uruguai, tem o preço de US\$ 225,00, com custo e frete em Uruguai/RS e Jaguarão/RS. O cereal do Mercosul não tem incidência de imposto, quando internado no País.

O gráfico retrata o comparativo de preços de arroz nos mercados da Argentina, Tailândia e do Rio Grande do Sul posto no atacado de São Paulo.

A partir de 1990, as importações médias foram de 1,3 milhão de toneladas/ano, para compensar quedas de produção ocasionadas por problemas climáticos.

O Uruguai sempre ocupou posição de destaque no fornecimento de arroz ao Brasil. Entretanto, a partir de 1990, a produção da Argentina cresce e torna-se importante fornecedor ao mercado brasileiro. No ano de 1999, ultrapassa o Uruguai em volume exportado ao Brasil. A partir de 2000 constata-se brusco declínio do fornecimento de arroz por parte daquele produtor, em decorrência de profunda crise econômica que se abateu sobre a nação Argentina.

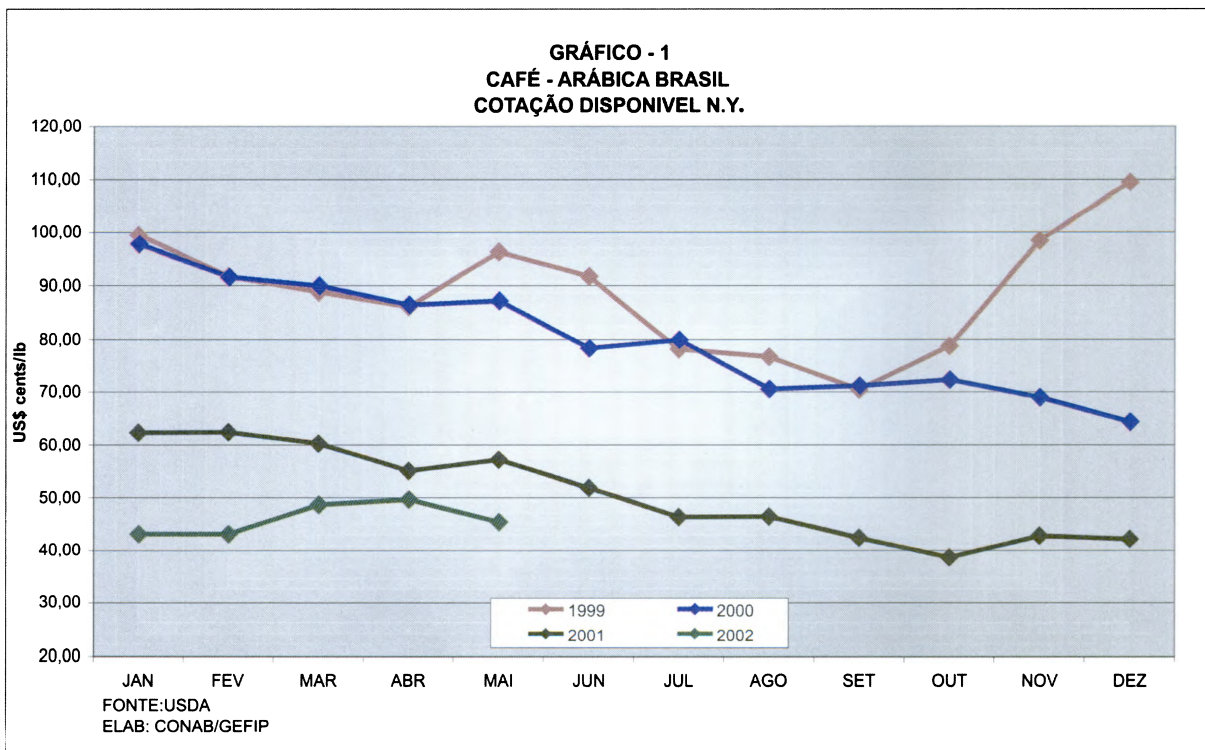


4.2 - CAFÉ (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO)

João Paulo de Moraes Filho - CONAB

PANORAMA INTERNACIONAL

Nas últimas cinco safras, devido à elevação da oferta, resultado de incremento na produção em países tradicionais e, principalmente, em países que, até então, não eram importantes exportadores, o mercado passou a apresentar reduções contínuas nas cotações internacionais (Gráfico 1). No final do ano de 2001 e início de 2002, os preços do café no mercado internacional atingiram os menores níveis em 30 anos.

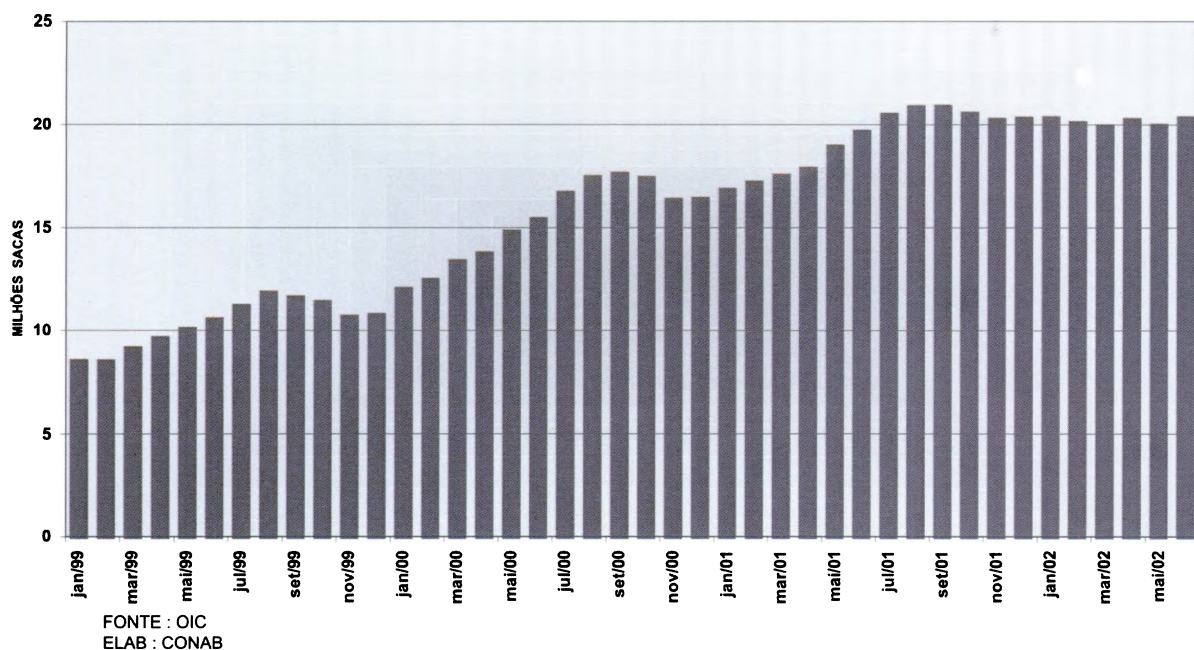


A partir da safra 98/99, com a única exceção da safra 01/02, a produção mundial de café foi bem superior ao consumo, o que permitiu a rápida recomposição dos estoques nos países importadores (Gráficos 2 e 3).

Como forma de adequar a oferta à demanda, os países produtores, em reuniões realizadas no âmbito da APPC - Associação dos Países Produtores de Café, resolveram, em 2000, implementar uma política de retenção de estoques. Tal programa não obteve o resultado esperado

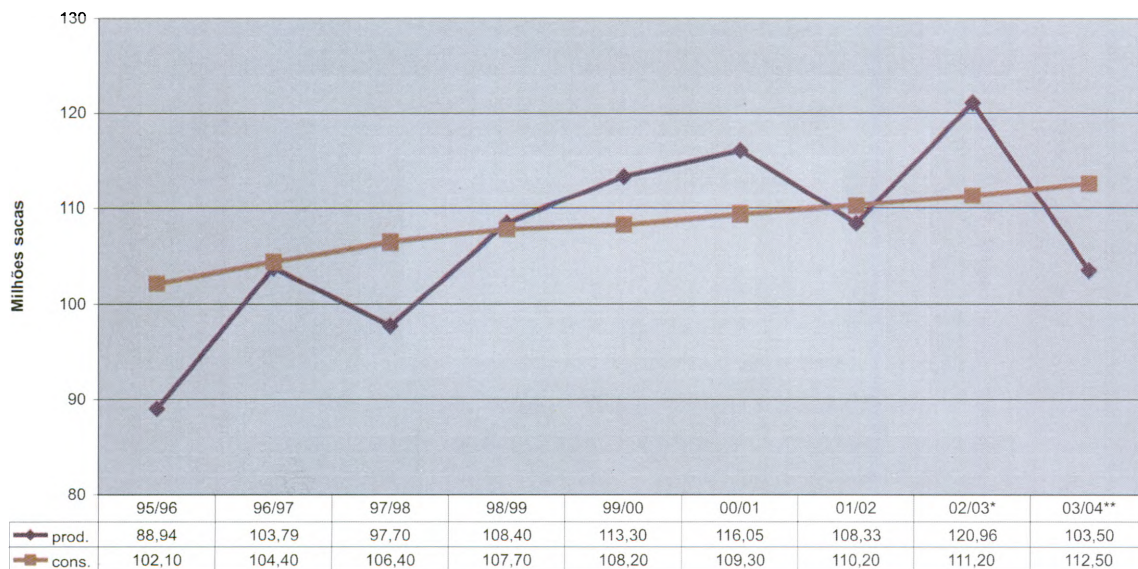
devido à adesão e efetiva atuação ficar restrita a poucos exportadores, o que contribuiu para agravar o quadro de redução de preços, mostrando ao mercado a falta de organização e de capacidade de vários países em executar a operação e manter a oferta de café sob controle.

GRÁFICO - 2
CAFÉ
ESTOQUES PAÍSES CONSUMIDORES



Como consequência dessa conjuntura de preços baixos, a perspectiva é de redução significativa na produção mundial de café para a safra 2003/2004, principalmente no Brasil e no Vietnã, que são o primeiro e o segundo exportadores mundiais. Deverá ocorrer redução nas áreas de café em produção, com a adoção de práticas culturais como a recepa, e o efetivo abandono e a erradicação de lavouras, o que resultará, pelo menos para os próximos dois anos, em oferta bem inferior ao consumo. Caso esse cenário se concretize, haverá boa possibilidade de recuperação nas cotações internacionais.

GRÁFICO - 3
CAFÉ
EVOLUÇÃO - PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAL



O mercado internacional sempre trabalha observando as condições da safra e consumo futuros. Com isso, a inversão na tendência de queda nos preços, que era esperada somente para o início de 2003, já se verifica atualmente. Essa situação de melhoria dos preços deverá perdurar até o final de 2004, quando serão conhecidas as expectativas de safra e de consumo para o período 2004/2005.

Cabe observar que os preços no mercado internacional certamente serão mais elevados a partir de setembro de 2002 até o final de 2004. Entretanto, não se deve esperar cotações extremamente altas, como as verificadas entre 1984 e 1986, e 1995 e 1997, devido principalmente aos estoques existentes nos países importadores, a não ser que condições climáticas adversas contribuam para maiores reduções na próxima colheita.

PANORAMA NACIONAL

A produção brasileira de café, para a safra 2002/2003, está estimada em 44,69 milhões de sacas beneficiadas. Desse total, 34,94 milhões são de café arábica e 9,75 milhões de robusta. Essa será a maior produção da história do Brasil.

Esse recorde de produção é consequência das ótimas condições climáticas no período de floração e formação dos grãos e, principalmente, das profundas mudanças ocorridas no perfil do parque (sistema/estrutura produtiva) cafeeiro nacional.

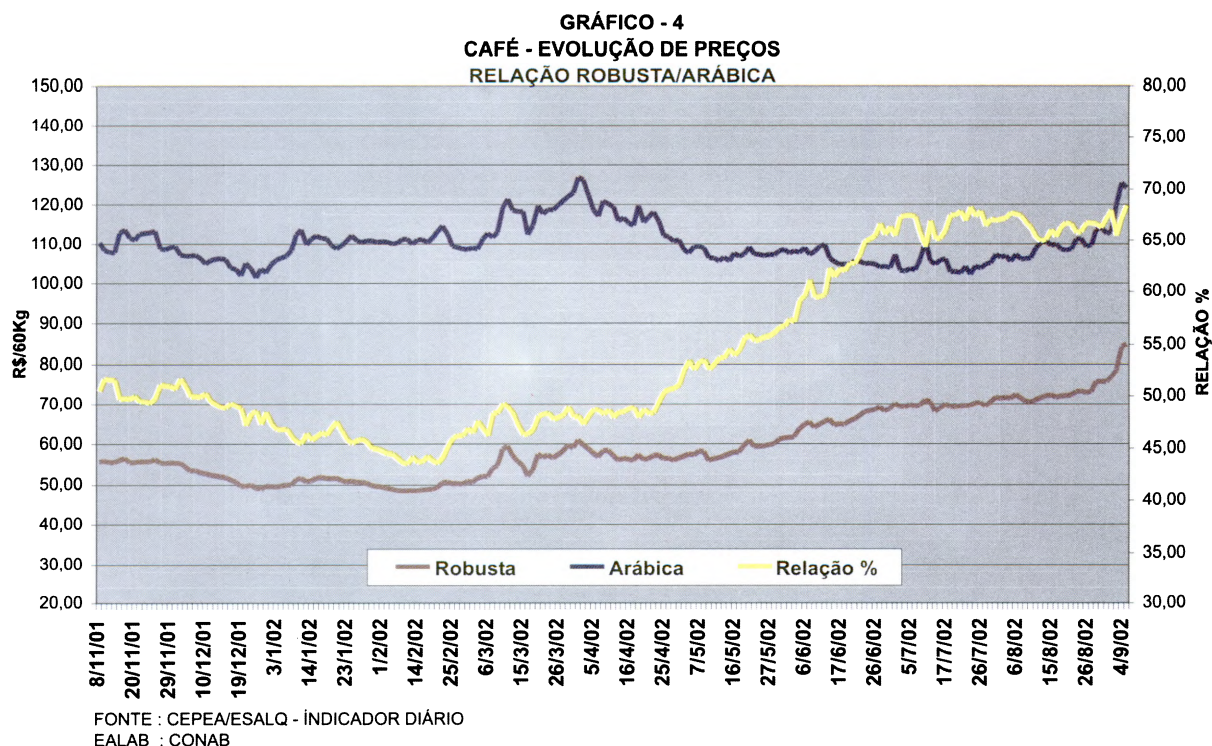
No Brasil, a formação dos preços do café está diretamente ligada ao comportamento dos preços no mercado internacional. Nos últimos dois anos, os preços internos foram bastante deprimidos, face à conjuntura mundial do produto, não remunerando adequadamente o produtor e contribuindo decisivamente para a queda das receitas com as exportações.

QUADRO - 1
CAFÉ - BENEFICIADO
SAFRA 2002/2003
SEGUNDA ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO

| UF/ REGIÕES | PARQUE CAFEIEIRO | | | | PRODUÇÃO | | | PRODUTI- VIDADE (Sacas /ha) |
|--------------------------|------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|---------------------------|--------------|---------------|-----------------------------------|
| | EM FORMAÇÃO | | EM PRODUÇÃO | | (Mil sacas beneficiadas) | | | |
| | ÁREA (ha) | CAFEIROS (Mil covas) | ÁREA (ha) | CAFEIROS (Mil covas) | Arábica | Robusta | TOTAL | |
| Minas Gerais | 142.000 | 534.900 | 1.062.000 | 2.295.300 | 22.675 | 40 | 22.715 | 21,39 |
| Sul/Oeste | 84.700 | 291.200 | 545.000 | 1.174.000 | 12.020 | | 12.020 | 22,06 |
| Triângulo/Alto Paranaíba | 18.500 | 91.400 | 177.000 | 475.000 | 4.250 | | 4.250 | 24,01 |
| Z. da Mata/Jequitinhonha | 38.800 | 152.300 | 340.000 | 646.300 | 6.405 | 40 | 6.445 | 18,96 |
| Espírito Santo | 60.560 | 161.256 | 538.960 | 1.130.920 | 2.500 | 6.490 | 8.990 | 16,68 |
| São Paulo | 29.170 | 96.844 | 228.520 | 418.120 | 5.560 | | 5.560 | 24,33 |
| Paraná | 16.000 | 61.000 | 120.000 | 284.000 | 1.950 | | 1.950 | 16,25 |
| Bahia | 11.823 | 53.580 | 101.440 | 276.378 | 1.890 | 490 | 2.380 | 23,46 |
| Rondônia | 45.000 | 108.000 | 208.000 | 302.500 | | 1.960 | 1.960 | 9,42 |
| Mato Grosso | 4.300 | 7.950 | 36.900 | 77.500 | 50 | 350 | 400 | 10,84 |
| Pará | 3.300 | 10.500 | 19.500 | 38.100 | | 290 | 290 | 14,87 |
| Rio de Janeiro | 1.010 | 2.830 | 12.480 | 26.200 | 250 | 15 | 265 | 21,23 |
| Outros | 960 | 3.360 | 18.980 | 36.060 | 60 | 120 | 180 | 9,48 |
| BRASIL | 314.123 | 1.040.220 | 2.346.780 | 4.885.078 | 34.935 | 9.755 | 44.690 | 19,04 |

CONVÊNIO : MAPA - S.P.C / CONAB

Mesmo com as condições adversas no mercado externo, o Brasil está conseguindo reconquistar parte da fatia de mercado que havia perdido. O País continua sendo o maior exportador mundial de café e, atualmente, os produtores não pensam somente em quantidade mas principalmente em qualidade.



Das exportações mundiais de 92,03 milhões de sacas de café para o ano safra 2002/03, o Brasil participará com 28,6 milhões, correspondendo a 31,1% do mercado. Nas safras anteriores a participação brasileira foi em média de 25%

Em termos de política interna, a grande novidade foi a inclusão do café, em agosto/02, na pauta dos produtos amparados pela PGPM (Política de Garantia de Preço Mínimo), utilizando o instrumento de Contrato de Opção de Venda. Com isso o café passou a dispor de recursos do orçamento das operações oficiais de crédito, além dos do FUNCAFE, para fazer face aos programas de sustentação de preços e de comercialização.

Para 2002, existe a disponibilidade de recursos oriundos das operações oficiais de crédito suficientes para o lançamento de 33.650 contratos, o que corresponde a 3,365 milhões de sacas que o produtor poderá vender ao Governo, caso o preço de mercado não atinja o valor de exercício fixado. Para 2003, serão, em princípio, lançados 26.350 contratos, correspondentes a 2,635 milhões de sacas, perfazendo um total de 60.000 contratos ou 6,0 milhões de sacas.

No Brasil, a adoção de medidas de apoio à comercialização (financiamento para a estocagem de 7,0 milhões de sacas) e de sustentação de preços (contratos de opção de venda para 6,0 milhões de sacas), aliadas às condições conjunturais do mercado mundial foram fatores decisivos para a elevação das cotações do café. Do início de agosto/02 até meados de setembro, os preços internos do produto apresentaram incremento de 28,1%.

4.3 - MILHO (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO)

Rocilda Santos Moreira CONAB

Oferta e Demanda Mundial e Nacional

Em seu relatório de setembro/2002, o Departamento de Agricultura dos EUA –USDA anunciou a previsão da safra mundial de milho em 585,78 milhões de toneladas, 7,61 milhões a menos do que a produção da safra anterior. O consumo, previsto em 621,22, crescerá cerca de 2,43 milhões de toneladas, puxado, sobretudo, pela China. Assim, os estoques mundiais no fim da safra 2002/03 estarão em torno de 89,83 milhões de toneladas, ou seja, 35,44 milhões a menos do que os do ano anterior e os menores nos últimos anos (ver Quadro I).

Quadro I
OFERTA E DEMANDA MUNDIAL (EUA, CHINA E BRASIL)

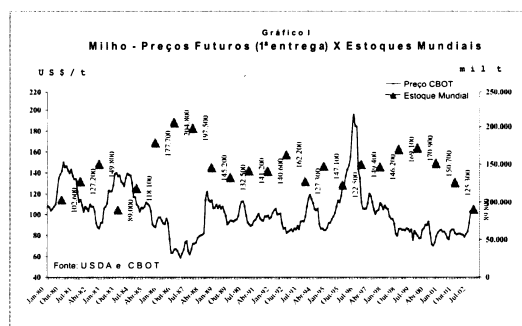
| DISCRIMINAÇÃO | MUNDO | | | EUA | | | CHINA | | | BRASIL | | |
|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 00/01 | 01/02 | 02/03 | 00/01 | 01/02 | 02/03 | 00/01 | 01/02 | 02/03 | 00/01 | 01/02 | 02/03 |
| EST. INICIAL | 170,9 | 150,7 | 125,3 | 42,9 | 48,6 | 41,7 | 102,3 | 81,1 | 63,2 | 3,5 | 4,2 | 3,1 |
| PRODUÇÃO | 585,9 | 593,4 | 585,8 | 251,9 | 241,5 | 224,8 | 106,0 | 114,0 | 125,0 | 42,3 | 35,7 | 40,0 |
| IMPORTAÇÃO | 76,3 | 76,2 | 75,5 | 0,1 | 0,3 | 0,5 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,5 | 0,6 | 0,5 |
| CONS. DOMÉSTICO | 606,1 | 618,8 | 621,2 | 198,1 | 200,2 | 197,4 | 120,0 | 124,0 | 126,0 | 36,2 | 36,0 | 37,0 |
| EXPORTAÇÃO | 76,3 | 76,2 | 75,5 | 48,2 | 48,5 | 51,0 | 7,3 | 8,0 | 9,5 | 5,9 | 1,5 | 4,5 |
| EST.FINAL | 150,7 | 125,3 | 89,8 | 48,6 | 41,7 | 18,5 | 81,1 | 63,2 | 52,8 | 4,2 | 3,1 | 2,1 |

FONTE: USDA . Grain: World Markets and Trade e SAGPyA

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GEOLE

A produção americana foi a principal responsável pela queda na safra mundial. Prevista, inicialmente, para crescer 7,19 milhões de toneladas, devido às condições climáticas desfavoráveis no cinturão do milho nos EUA, ela apresenta, hoje, previsão de queda de 16,72 milhões de toneladas. Em contrapartida, a China deverá aumentar sua produção em 11 milhões de toneladas, enquanto a Argentina deverá reduzir em 1,9 milhão de toneladas.

A queda no volume da safra e nos níveis dos estoques mundiais está refletida nas cotações da Bolsa de Chicago. O Gráfico I apresenta o comparativo entre os preços em Chicago e o nível dos estoques mundiais e mostra claramente a relação entre eles.



Os preços, que estavam em queda até abril de 2002, a partir de maio iniciaram escalada, devendo manter tal comportamento durante o ano de 2003.

Quadro II
MILHO
COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
SAFRAS 2000/01 e 2001/02

| U.F. | ÁREA (Em mil ha) | | | PRODUÇÃO (Em mil t) | | | PRODUTIVIDADE (kg/ha) | | |
|----------|------------------|----------|---------|---------------------|----------|---------|-----------------------|-------|---------|
| | 00/01 | 01/02 | Var (%) | 00/01 | 01/02 | Var (%) | 00/01 | 01/02 | Var (%) |
| Norte | 558,6 | 500,3 | -10,4 | 916,2 | 850,1 | -7,2 | 1.640 | 1.699 | 3,6 |
| Nordeste | 2.580,2 | 2.746,6 | 6,4 | 1.988,3 | 2.571,6 | 29,3 | 771 | 936 | 21,5 |
| Sul | 5.353,2 | 4.762,3 | -11,0 | 22.559,0 | 16.465,7 | -27,0 | 4.214 | 3.458 | -18,0 |
| Sudeste | 2.451,9 | 2.339,7 | -4,6 | 8.591,9 | 8.871,6 | 3,3 | 3.504 | 3.792 | 8,2 |
| C-Oeste | 2.028,6 | 2.001,3 | -1,3 | 8.234,3 | 6.980,2 | -15,2 | 4.059 | 3.488 | -14,1 |
| N/NE | 3.138,8 | 3.246,9 | 3,4 | 2.904,5 | 3.421,7 | 17,8 | 925 | 1.054 | 13,9 |
| C-Sul | 9.833,7 | 9.103,3 | -7,4 | 39.385,2 | 32.317,5 | -17,9 | 4.005 | 3.550 | -11,4 |
| Brasil | 12.972,5 | 12.350,2 | -4,8 | 42.289,7 | 35.739,2 | -15,5 | 3.260 | 2.894 | -11,2 |

FONTES: CONAB
Posição: jul/02

O quadro no Brasil, com queda no volume dos estoques finais e aumento das exportações, favorece igualmente a alta dos preços internos, que, no período da safra 2002/03, deverão permanecer nos mesmos patamares do mercado internacional.

Estimativa da Safra Brasileira

O plantio de milho, especialmente na Safra de Verão, concorre diretamente com o da soja, que apresenta grande liquidez de comercialização nos mercados interno e externo. Na safra 2000/01 a produção brasileira atingiu o nível recorde de 42,29 milhões de toneladas, provocando queda nos preços ao produtor, no mercado interno, apesar do grande volume exportado, de 5,92 milhões de toneladas (ver Quadro I). Na safra 2001/02, os produtores optaram por aumentar o plantio de soja, em detrimento do milho, que teve sua produção reduzida em 6,55 milhões de toneladas (ver Quadro II). Esperava-se que a produção da safrinha recuperasse parte da queda, mas a seca que atingiu as lavouras provocou quebra na produtividade, e a produção, inicialmente prevista em 8 milhões de toneladas, caiu para 6 milhões.

Os preços no mercado interno responderam com alta à queda na produção e têm estado em patamares bastante elevados, muito próximos aos níveis da paridade de exportação.

Quadro III
MILHO
IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

| UNIDADE | IMPORTAÇÕES | | | EXPORTAÇÕES | | | SALDO | | |
|---------------|-------------|-----------|-----------|-------------|------------|------------|--------------|------------|------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 (*) | 2000 | 2001 | 2002 (*) | 2000 | 2001 | 2002 (*) |
| MIL TONELADAS | 1.770,14 | 622,05 | 145,91 | 6,70 | 5.628,98 | 1.542,62 | (1.763,44) | 5.006,93 | 1.396,71 |
| MIL US\$ | 178.193,80 | 57.436,81 | 12.937,12 | 9.365,42 | 497.328,10 | 146.387,07 | (168.828,37) | 439.891,29 | 133.449,95 |
| US\$/t | 100,67 | 92,33 | 88,67 | 1.398,01 | 88,35 | 94,90 | | | |

Para a safra 2002/03, acredita-se na manutenção da área plantada na safra atual, com aumento na produção, em consequência do aumento na produtividade pelo uso de tecnologias mais adequadas e pelo clima favorável. Os preços deverão permanecer em patamares elevados, uma vez que o quadro para o abastecimento interno será muito semelhante ao atual.

Balança Comercial Brasileira

O Brasil, que sempre foi importador líquido de milho, passou para a condição de exportador (ver Quadro III). Em 2000/01, ele foi o 4º maior exportador mundial. Na safra em curso, apesar da escassez na oferta interna, o País já exportou cerca de 1,2 milhão de toneladas de 1º de fevereiro a 18 de agosto.

Esse quadro está provocando mudanças estruturais na comercialização do milho no mercado interno, trazendo maior liquidez e configurando novas alternativas para o produtor, como, por exemplo, a venda antecipada da produção, tão comum na soja.

4.4 - SOJA (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO)

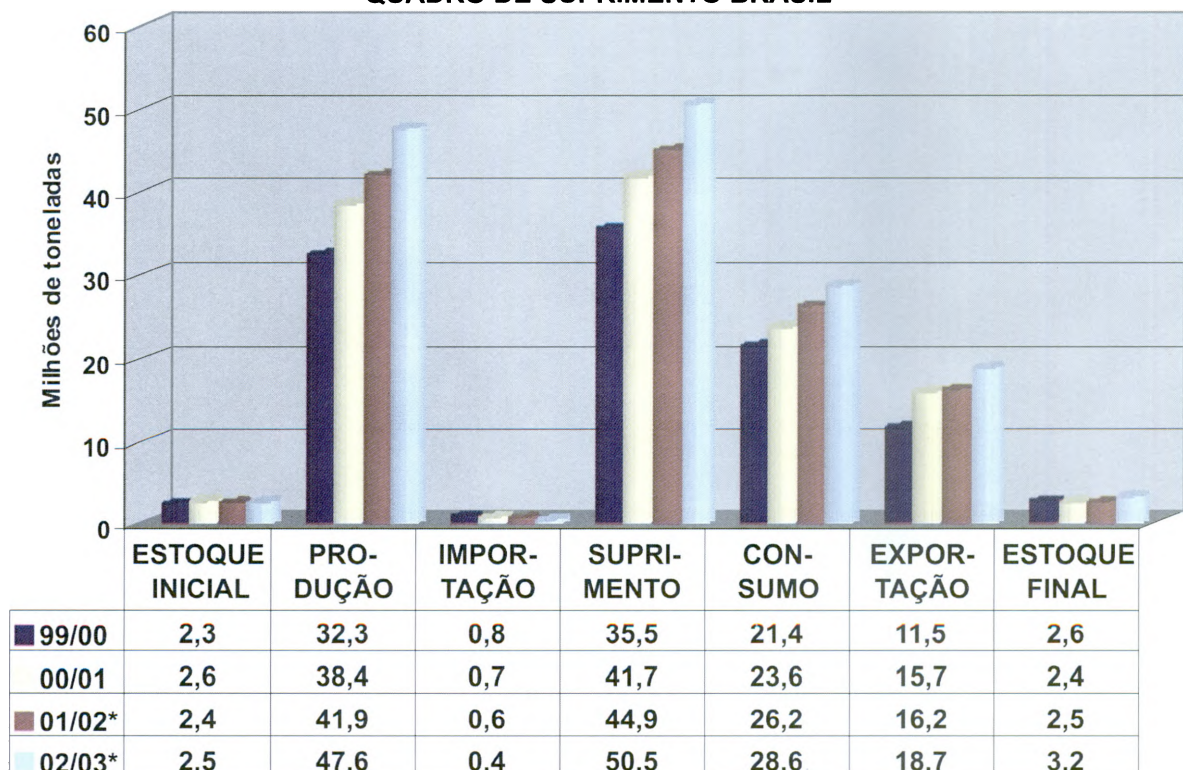
Carlos Eduardo Cruz Tavares - CONAB

Mercado Interno

A safra 2001/02 de soja no Brasil foi estimada pela Conab, no mês de julho/2002, em 41,9 milhões de toneladas, 9,0% superior à produção da safra 2000/01. A previsão é de queda de 6,7% na produtividade média comparada ao do ano anterior, que foi de 2.751kg/ha. A perspectiva para 2002/03 é de um quantitativo de mais de 47,6 milhões de toneladas, com crescimento da exportação e do consumo interno (Gráfico 01).

A soja corresponde a 42% da produção agrícola nacional, sendo responsável por 22% das exportações do agronegócio, seguida da carne, que equivale à metade do valor das remessas internacio-

GRÁFICO 01
SOJA
QUADRO DE SUPRIMENTO BRASIL



(*) Estimativa.

Fonte: USDA, Conab, Abive e Agropuerto

nais do complexo soja, com 11%. Basicamente, 72% da produção brasileira destina-se à exportação, e no Produto Interno Bruto do agronegócio, a cadeia produtiva da soja participa com 16%.

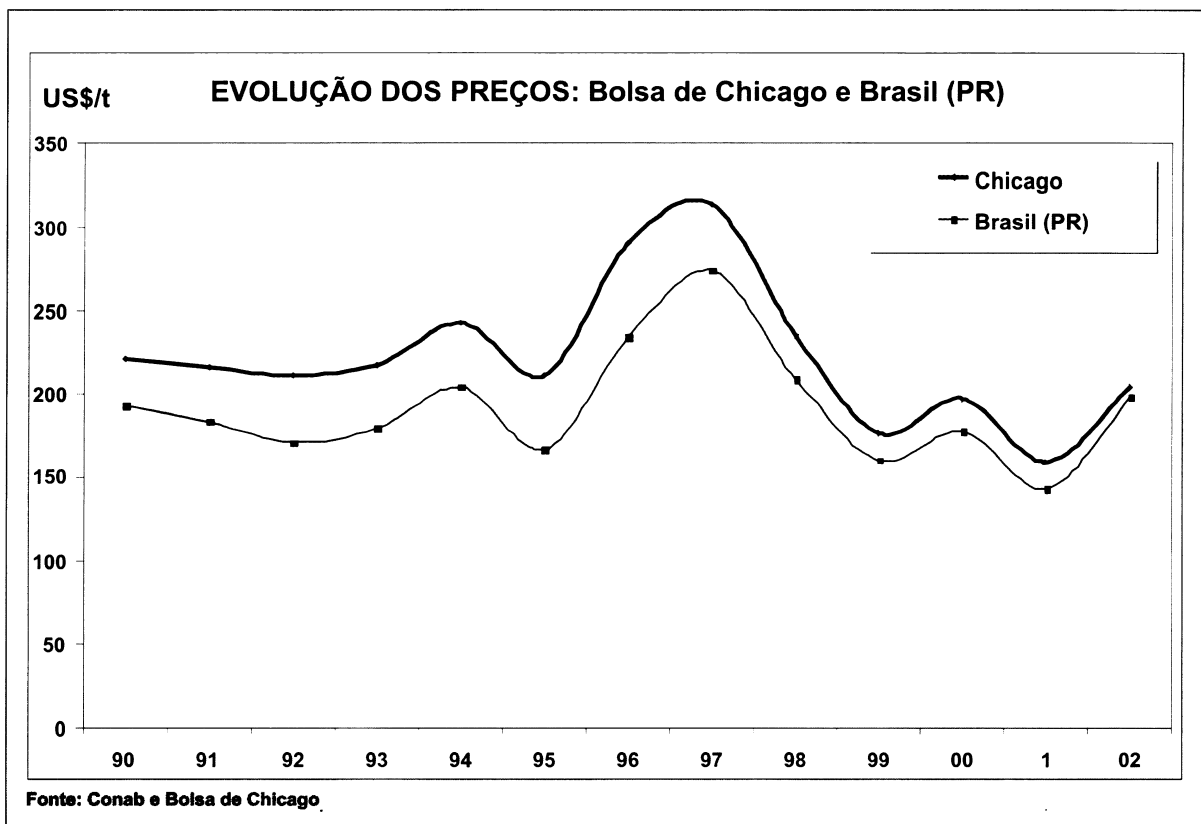
Com o custo de produção em torno de 40% inferior ao dos Estados Unidos, com a produtividade do sistema agrícola superior em quase 10% e com rentabilidade que varia entre 12 e 15%, o produtor nacional tem todas as condições de competitividade para conseguir aumentar sua participação no mercado mundial, em relação aos americanos. Somente o “Custo Brasil” pode fazer o produtor ter reduzida a sua sustentabilidade, em consequência da matriz de transporte atualmente utilizada, condições dos portos para recebimento, estocagem e expedição, além dos aspectos burocráticos, como também no frete marítimo, considerado elevado em função das condições de atracamento e carregamento das plataformas de exportação.

Comportamento dos Preços

Os preços internos continuam com tendência de elevação, ocasionados pela quebra da produção norte-americana, pela desvalorização cambial e pela demanda aquecida por parte dos exportadores. O valor da soja está duas vezes maior quando comparado ao do milho, nesse momento de definição de plantio. Dessa forma, há uma perspectiva favorável à expansão da área plantada de soja, em detrimento especialmente da cultura de arroz e do milho no Mato Grosso e do algodão no Paraná.

Outro fator responsável pela manutenção dos preços elevados é a expectativa de redução dos estoques mundiais. Com os preços internacionais altos, os norte-americanos desembolsarão menores incentivos governamentais que, atualmente, chegam a mais de US\$ 32 milhões e são os maiores responsáveis pelo excesso da oferta e pela compressão dos preços internacionais (Gráfico 02).

GRÁFICO 02
SOJA
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS: BRASIL E EUA



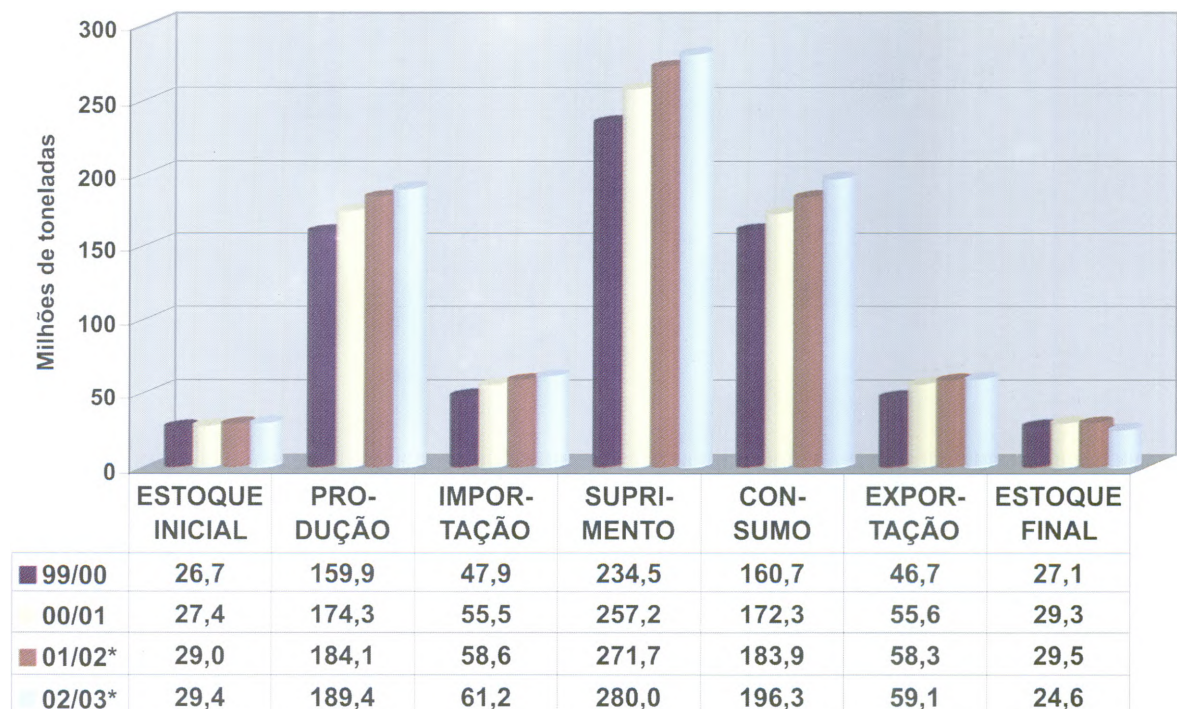
Mercado Externo

Tudo indica que a quantidade da safra do Brasil e Argentina (Mercosul), estimada em 76 milhões de toneladas, irá superar a norte-americana em pelo menos 5%, face à estiagem que prejudica o desenvolvimento vegetativo da cultura. Os produtores dos EUA revelam certo receio do grau de competitividade do Brasil, e o Mato Grosso passa a ter importância significativa nesse desempenho, com constante crescimento da área plantada e contínuo incremento da quantidade produzida por hectare plantado.

Na Europa, a substituição dos farelos de carne e de osso para suprir a produção pecuária vem proporcionando uma real possibilidade de aumento das exportações de soja e farelo nacionais. A entrada mais forte da China no mercado, com a implantação de novas indústrias de esmagamento, a normalização dos embarques pelo adiamento da implementação das regras que exigiam certificado de segurança para a entrada do grão e a redução de alíquotas de importação de derivados de soja colaboram para elevação do número de transações comerciais no mercado internacional e a redução dos estoques mundiais (Gráfico 03).

Com o custo de produção em torno de 40% inferior ao dos Estados Unidos, com a produtividade do sistema agrícola superior em quase 10% e com rentabilidade que varia entre 12 a 15%, o produtor nacional tem todas as condições de competitividade para conseguir aumentar sua participação no mercado mundial, em relação aos americanos. Somente o “Custo Brasil” pode fazer o produtor ter reduzida a sua sustentabilidade, em consequência da matriz de transporte atualmente utilizada, condições dos portos para recebimento, estocagem e expedição, além dos aspectos burocráticos, como também no frete marítimo, considerado elevado em função das condições de atracamento e carregamento das plataformas de exportação.

GRÁFICO 03
SOJA
QUADRO DE SUPRIMENTO MUNDIAL



(*) Estimativa. Fonte: USDA, Conab, Abive e Agropuerto

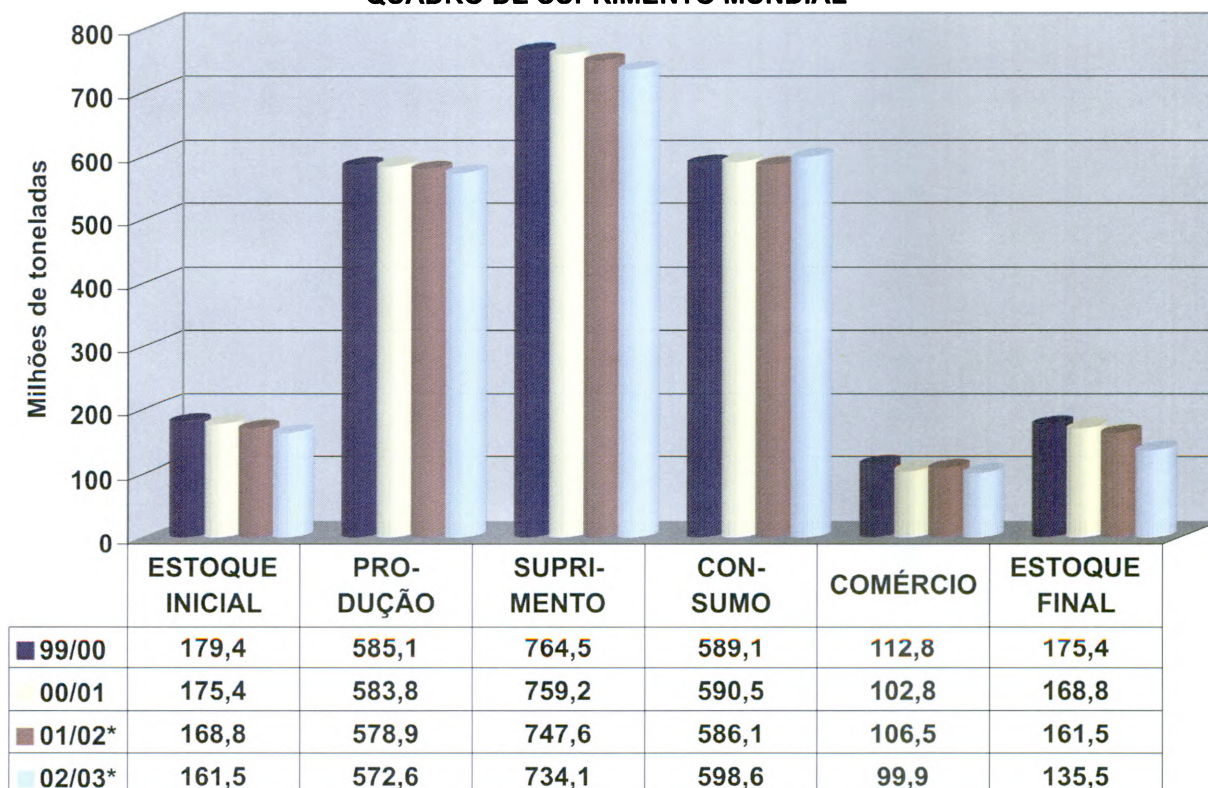
4.5 - TRIGO (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO)

Asdrúbal de Carvalho Jacobina - CONAB

PANORAMA INTERNACIONAL

Conforme se observa no Gráfico 01, para o ano safra 2002/2003, as últimas projeções apontam para diminuição de 26,0 milhões de toneladas nos estoques mundiais, passando de 161,5 milhões de toneladas para 135,5 milhões de toneladas, correspondente à redução de 19,2% em relação ao ano-safra 2001/2002

Gráfico 01
TRIGO
QUADRO DE SUPRIMENTO MUNDIAL

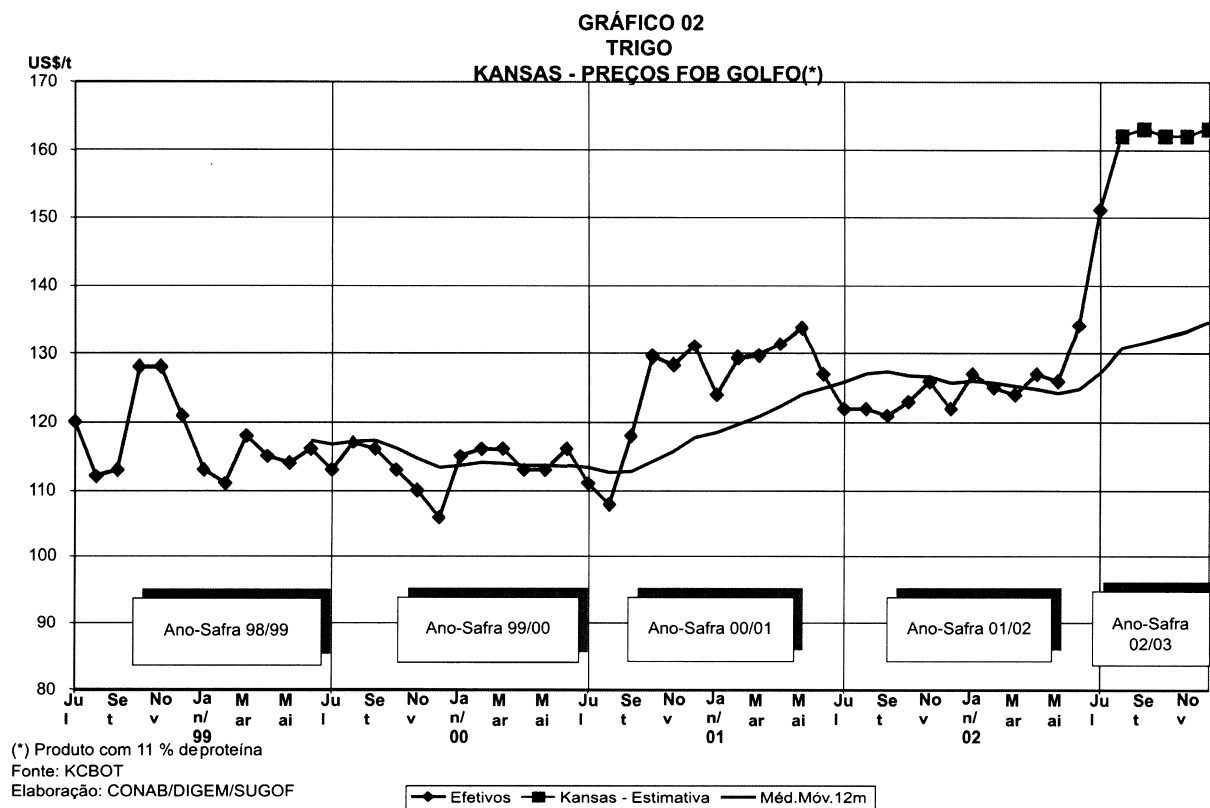


(*) Estimativa. Fonte: USDA. Mês: Ago/02. Obs: ano-safra: 01 de julho a 30 de junho.
Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF

Tal situação se deve às quebras de safra na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos e às perspectivas de redução de área plantada na Argentina. Cabe salientar que um possível aumento na oferta de trigo por parte dos países do Leste Europeu pouco altera a situação, tendo em vista que se trata de trigo “soft”, de qualidade inferior, e as quebras concentraram-se no trigo “hard”, próprio para panificação.

Esse quadro vem provocando altas acentuadas nas cotações internacionais, com os preços atingindo patamares superiores aos observados nos últimos cinco anos-safra. O Gráfico 02 mostra a evolução dos preços (FOB-Golfo do México) do trigo comercializado na Bolsa de Kansas City, nas últimas cinco safras.

Até a entrada da próxima safra de inverno no hemisfério norte, prevista para ser comercializada a partir de fins de maio de 2003, o cenário de escassez de oferta, especialmente de trigo “hard”, no mercado internacional deverá permanecer inalterado, permitindo supor que os atuais patamares de preços deverão ser facilmente ultrapassados nos próximos meses. Nem a entrada da safra argentina, prevista para dezembro próximo, trará alguma alteração, em virtude do pequeno volume previsto.

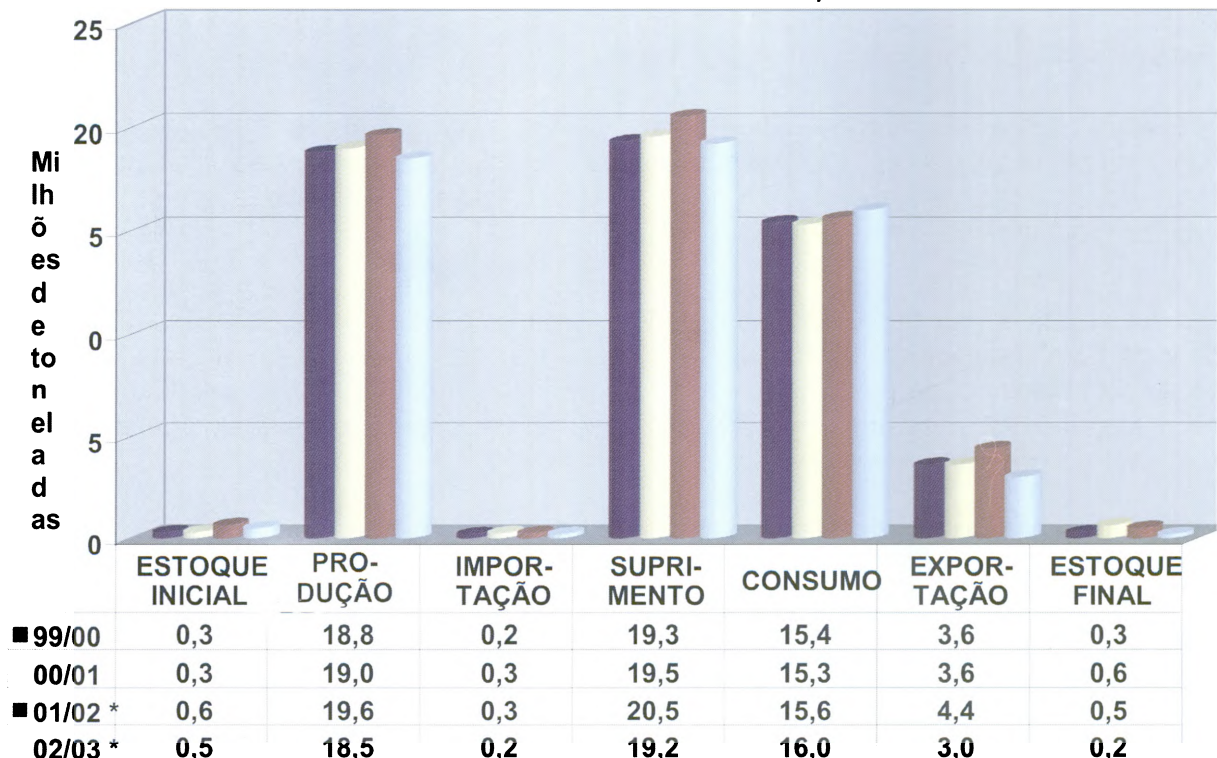


MERCOSUL

Por conta dos vários problemas econômicos, a Argentina ofertará menor quantidade de trigo, já que teve sua área plantada reduzida em torno de 16%. O quadro negativo refletiu imediatamente na alta dos preços e afetará o suprimento de trigo no Mercosul.

Quanto ao quadro de suprimento, o Gráfico 03 mostra a evolução da oferta e demanda no Mercosul nas últimas safras, cujos números demonstram o aperto na disponibilidade para este ano-safra.

GRÁFICO 03
TRIGO
QUADRO DE SUPRIMENTO DO MERCOSUL

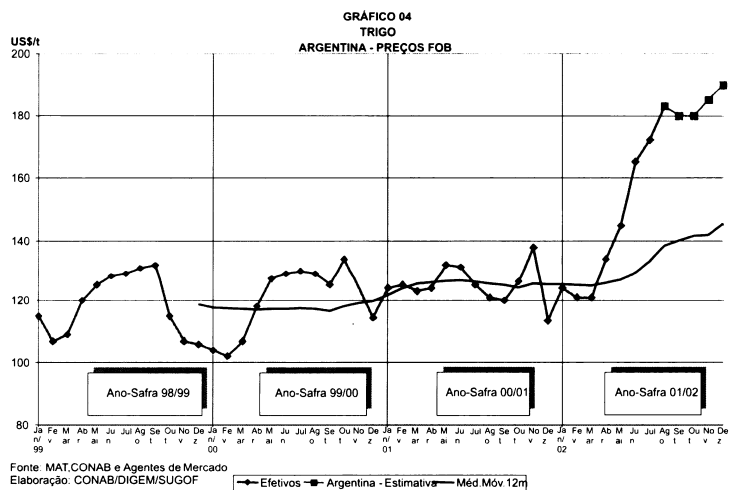


(*) Estimativas. Obs: ano-safra: 01 de dezembro a 30 de novembro.
Fonte: SAGPyA, USDA, agentes de mercado.
Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF

Para se ter uma idéia da magnitude dos movimentos de alta do trigo argentino, nos últimos trinta dias os preços médios semanais passaram de US\$ 147,80/t para US\$ 189,50/t – FOB portos do sul da Argentina, o que corresponde a uma elevação de 28,2%. Na época da safra, a expectativa é de que os preços oscilem em torno de US\$ 175,00/t. Nesse nível de cotação, o produto argentino chegará em SP a R\$ 640,00/t. O Gráfico 04 mostra o comportamento dos preços na Argentina.

Essa situação fez com que parte dos compradores brasileiros, principalmente aqueles com maior poder aquisitivo, procurasse novos mercados, uma vez que os elevados preços do produto argentino tornaram viáveis as compras fora do Mercosul, apesar da incidência da TEC (Tarifa Externa Comum) de 11,5% e do AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante) de 25% sobre o valor do frete contratado.

Esse quadro não deverá se alterar, mesmo com a entrada da safra brasileira, pois problemas climáticos afetaram as lavouras e já se espera



quebra de produção e colheita de trigo com qualidade inferior. O volume total da safra no Brasil será significativamente menor, em virtude da seca e das fortes geadas ocorridas no Paraná, e devido, também, às chuvas de granizo ocorridas em algumas localidades do Rio Grande do Sul.

BRASIL

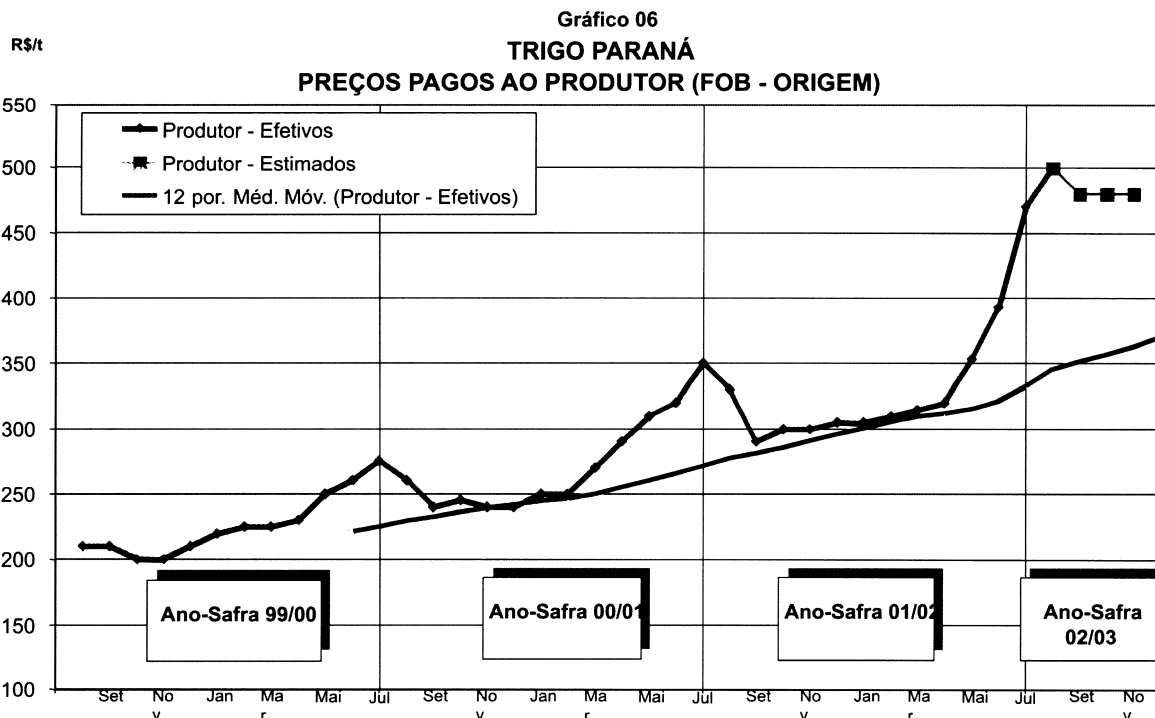
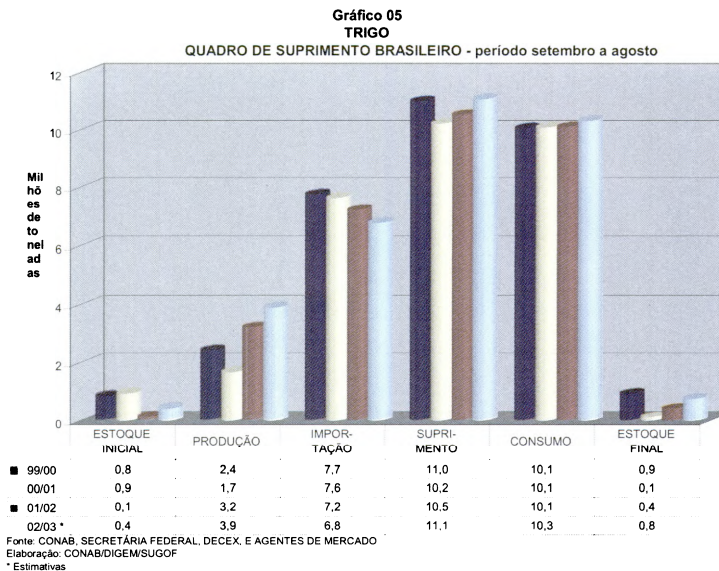
O Gráfico 05 retrata o quadro de suprimento nacional, registrando que as importações poderão chegar a 6,8 milhões de toneladas, com dispêndio de mais de US\$ 1 bilhão, com base nas cotações atuais.

O mercado do trigo nacional vem acompanhando a evolução dos preços do produto importado, animando todo o setor produtivo.

Segundo informações de mercado, para entrega em setembro no Paraná as propostas de compra giram em torno de R\$ 500,00/t e no Rio Grande do Sul em R\$ 480,00/t para novembro. O Gráfico 06 mostra a evolução dos preços no Estado do Paraná.

Tal cenário demonstra a preocupação dos moinhos em programar suas aquisições, ante as incertezas com o câmbio e com as importações oriundas da Argentina.

A se confirmarem as projeções de preços para o Golfo do México e da Argentina, o trigo no mercado interno poderá chegar a cotações nunca antes registradas, refletindo direta e negativamente nos preços de produtos panificáveis e na balança comercial brasileira.



Fonte: CONAB e Agentes de Mercado
Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF

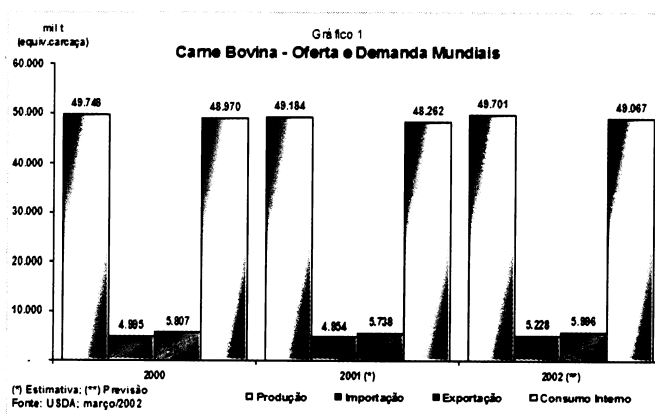
4.6 - CARNE (ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO)

Rogério Dias Coimbra - CONAB

CARNE BOVINA

PANORAMA INTERNACIONAL

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção mundial de carne bovina, no ano de 2002, poderá alcançar 49.701 mil toneladas, representando elevação de 1,05% sobre o volume do ano passado (Gráfico 1). Aos Estados Unidos cabem 23,67% da produção mundial, vindo em seguida a União Européia, com 14,55% e o Brasil, em terceiro lugar, com 14,18%.



O consumo interno dos principais países e blocos regionais deverá perfazer 49.067 mil toneladas no ano 2002, ou 98,72% da produção mundial, sendo que 45.374 mil toneladas, ou 92,47% desse consumo, estão distribuídos entre os quinze principais consumidores. Os Estados Unidos encabeçam, mais uma vez, a lista, com o quantitativo de 12.324 mil toneladas, isto é, 25,12% desse consumo destacado.

Para este ano, o fluxo do comércio internacional da carne bovina deverá perfazer 5.996 mil toneladas, significando crescimento de 4,5% sobre o fluxo de 2001, bem como representando 12,06% da produção mundial prevista para 2002.

Se forem consideradas as taxas médias geométricas de crescimento anual do período 1997/2002 para o cálculo dos montantes de produção, consumo interno e fluxo do comércio internacional, para o ano de 2003, a produção mundial será aumentada em 0,54%, alcançando 49.969 mil toneladas; o consumo interno nos principais países e regiões consumidoras crescerá 0,75%, atingindo 49.435 mil toneladas; e o fluxo do comércio internacional será ampliado em 1,43%, perfazendo 6.082 mil toneladas.

O Brasil tem participado do mercado mundial da carne bovina de maneira crescente nos últimos anos. Entre 1999 e 2001, as exportações brasileiras aumentaram 47%, sendo que em 2001 essa elevação foi recorde (mais 41,54%).

Alguns fatores podem ser apontados como indutores desse aumento da participação brasileira no cenário internacional da carne bovina. Em primeiro lugar, o processo de reorganização interna da pecuária bovina brasileira, levado a efeito ao longo da década de 90, com grandes esforços tanto da iniciativa privada quanto do governo, principalmente no aspecto sanitário do rebanho, que resultaram nos denominados Circuitos Pecuários, sendo os mais importantes o Centro-Oeste, o Leste e o Sul, abrangendo os principais estados produtores e detentores de 71,5% do rebanho nacional, estimado em 176,4 milhões de cabeças.

Os Circuitos Pecuários destacados já alcançaram o *status* de zona livre de febre aftosa, com vacinação. Como o nosso rebanho é criado extensivamente, alimentando-se basicamente de capim, e não recebe ração à base de restos de outros animais – fato que gerou os primeiros surtos da doença da “vaca louca” no continente europeu –, a febre aftosa é a restrição mais importante para que o País consiga exportar para os principais compradores mundiais.

A reorganização da pecuária brasileira, iniciada na década passada e ainda em andamento, obteve o mérito de prepará-la para assumir papel de maior destaque ao final dos anos 90 no contexto internacional, quando a crise da “vaca louca” e o reaparecimento da febre aftosa em rebanhos de boa parte dos países da Comunidade Européia se tornaram mais agudos e cujo auge se deu em 2001, bem como os surtos de aftosa ocorridos nos rebanhos da Argentina e do Uruguai – alijando-os do mercado internacional no ano passado – permitiram que o Brasil apresentasse o recorde anual de vendas externas em 2001. No ano 2002, tanto a Argentina quanto o Uruguai vêm recuperando, paulatinamente, seus antigos clientes, contudo, o Brasil também conseguiu cativar novos adquirentes, antes cativos de nossos parceiros no Mercosul, para os quais mantém regular fluxo de embarques.

Outro ponto importante que merece realce, com relação à maior participação brasileira no mercado internacional da carne bovina, diz respeito ao menor preço do boi produzido no Brasil, comparativamente aos preços praticados nos principais parceiros do Mercosul – Argentina e Uruguai, nossos principais concorrentes. A desvalorização cambial, iniciada em janeiro de 1999, vem dando ao País o suporte necessário para aumentar sua competitividade externa. No caso da pecuária de corte, a convergência entre preços mais competitivos e o reconhecimento da qualidade da carne brasileira, devido à alimentação ecologicamente adequada do rebanho (pastagem) e à substancial melhoria da sanidade (controle das principais doenças, com destaque para a febre aftosa), têm trazido ao País diversas missões técnicas de potenciais compradores de nossa carne, com resultados expressivos para as vendas externas.

Neste ano de 2002, computados os dados acumulados do período janeiro/julho, divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior – Secex, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as vendas externas brasileiras de carne bovina têm o seguinte desempenho: das 502,1 mil toneladas de equivalente carcaça embarcadas, 40,8% foram de carne industrializada, cujo faturamento correspondeu a 27,92% dos US\$ 597,985 milhões auferidos com as vendas externas do período. A carne *in natura* (congelada e resfriada) – que totaliza as carnes com osso e sem osso, miúdos e salgadas – fez os 59,2% restantes, em termos quantitativos, e 72,08% da receita total. Esses números dão suporte à projeção dos totais de volume e faturamento deste ano – na suposição de que seja mantido o desempenho do período janeiro/julho em termos de quantidade, bem como os preços médios de US\$ 815/ tonelada para a carne industrializada e US\$ 1.450/ tonelada para a carne *in natura*.

A projeção é de que se chegue ao faturamento de US\$ 1,025 bilhão com a exportação de carne bovina brasileira em 2002, representando decréscimo de 0,27% sobre a receita de 2001 e volume de 861 mil toneladas em equivalente carcaça, isto é, mais 4,73% sobre o número

final do ano passado. O preço médio da carne industrializada está 0,49% superior à média anual de 2001, enquanto a cotação média relativa à carne *in natura* apresenta queda de 3,78%. A volta da Argentina e do Uruguai à cena internacional e a retomada das vendas externas de países europeus, que são tradicionais exportadores de carne bovina, trazem uma perspectiva menos auspiciosa aos preços a serem recebidos pelas empresas brasileiras no mercado externo, no decorrer de 2002.

PANORAMA NACIONAL

Tabela 1
Carne Bovina
Oferta e Demanda Nacionais
(mil t equivalente carcaça)

| Ano | Produção | Importação | Exportação | Disponibilidade Interna | Disponibilidade "per capita" |
|--------|----------|------------|------------|-------------------------|------------------------------|
| 2000 | 6.578,8 | 76,5 | 580,7 | 6.074,6 | 35,8 |
| 2001* | 6.754,1 | 42,2 | 821,9 | 5.974,4 | 34,7 |
| 2002** | 6.957,0 | 40,0 | 847,0 | 6.150,0 | 35,1 |

(*) Estimativa: (**) Previsão

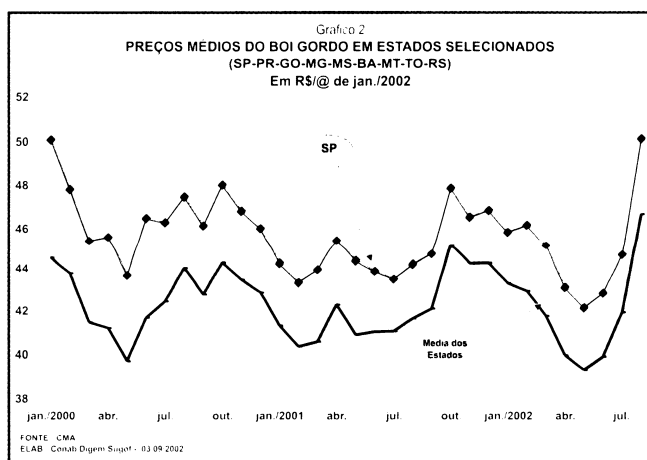
Fonte: Conab, Secex e IBGE

Elaboração: Conab/Digem/Sugof - 28/01/2002

A estimativa da Conab para a produção brasileira de carne bovina no ano 2002, atualizada em 28/01/2002, atinge 6.957 mil toneladas em equivalente carcaça, significando um acréscimo de 3% sobre o quantitativo obtido no ano 2001 (Tabela 1).

Quanto à disponibilidade interna – representada pela produção anual, adicionada das importações e reduzindo-se as exportações –, foi estimada em 6.150 mil toneladas em equivalente carcaça, representando elevação de 2,94% sobre o total registrado no ano passado. Essa disponibilidade será certamente mais alta, pois os dados de janeiro/julho para as importações já apontam o volume de 53.288 toneladas, que poderão alcançar 91 mil toneladas ao final do ano, se mantido o atual ritmo de aquisições no exterior, possibilitado por um preço médio bastante inferior: menos 29,7% para a carne industrializada e menos 33,24% para a carne *in natura*, o que elevaria a disponibilidade per capita de 35,1 kg/habitante, conforme anteriormente estimada (em 28/01/2002), para 35,3 kg/habitante, a partir da projeção dos dados de importação e exportação computados no período janeiro/julho.

Os preços do boi gordo nos oito principais estados produtores, abrangendo as regiões Sul (RS e PR); Sudeste (SP e MG); Centro-Oeste (MS, MT e GO); Norte (TO) e Nordeste (BA), se apresentam, em 2002, em patamares superiores aos



observados em 2001 (Gráfico 2). No primeiro semestre de 2002, considerando-se a cotação média desses estados, a arroba de boi gordo foi negociada a R\$ 41,16, posicionando-se 0,27% acima da média para idêntico período no ano passado. Quanto ao segundo semestre, a média julho/agosto de 2002 alcança R\$ 44,27/arroba, que se coloca 7,48% superior à praticada em idêntico bimestre de 2001. Esses patamares são, certamente, remuneradores e induzem à manutenção da atividade, não só em termos numéricos, mas, sobretudo, em bases qualitativas, dando continuidade ao processo de reorganização da pecuária de corte brasileira, iniciada nos primórdios da década passada.

Se as condições atuais do mercado doméstico – no que concerne ao poder aquisitivo da massa consumidora – não são as ideais, o setor produtor nem por isso está abdicando de manter firme o propósito de evoluir na sanidade, manejo, produtividade etc. do rebanho bovino nacional, com vistas a aumentar o potencial de venda dessa carne, a mais barata e ecologicamente correta produzida no mundo. Tanto isso é verdade que a questão da rastreabilidade (identificação de todo o percurso do animal que deu origem à carne, desde o seu nascimento até o abate), condição imposta pela União Européia para continuar importando a carne bovina brasileira, vigente a partir de 02/09/2002, tem suscitado intensa negociação entre frigoríficos e pecuaristas, objetivando encontrar o melhor caminho para atender à exigência do importador de 50% das nossas vendas externas, sem interromper o fluxo mensal dos embarques. Não obstante, outros mercados já estão sendo gradualmente sondados e poderão ser conquistados em curto espaço de tempo. São eles: os Estados Unidos, no tocante à carne *in natura*, vez que já são os nossos principais clientes para a carne industrializada; o México e o Canadá, que respondem por, respectivamente, 8% e 6% das importações mundiais de carne bovina.

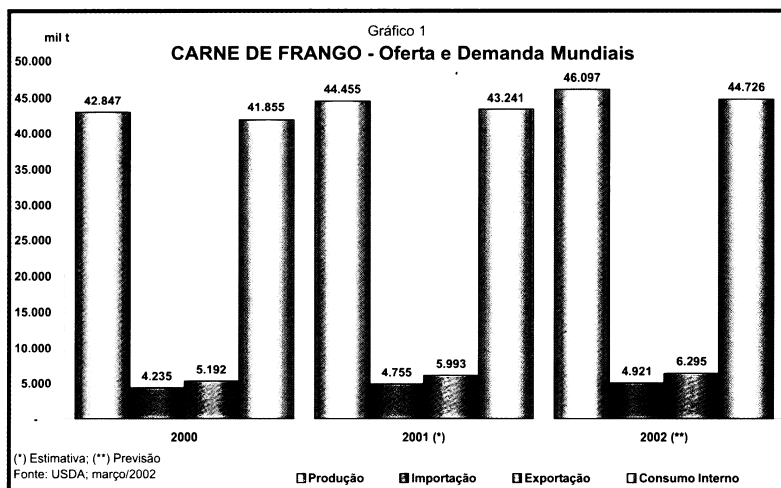
Além disso, o próprio mercado consumidor brasileiro vem evoluindo e já começa a demonstrar, pelo menos nos grandes centros urbanos, sua preferência por cortes mais elaborados, com boa apresentação visual nas prateleiras dos supermercados ou das botiques de carnes. Esse consumidor não se importa em pagar um preço maior para obter um produto de melhor aparência e com identificação da procedência. Não é à toa que as principais cadeias de supermercados do País iniciaram parcerias com pecuaristas e frigoríficos, visando obter um produto de maior qualidade.

Em suma, as perspectivas para a carne bovina brasileira são bastante interessantes e conduzem à projeção de continuidade no crescimento de sua oferta – interna e externa – e qualidade para os próximos anos.

CARNE DE FRANGO

PANORAMA INTERNACIONAL

Segundo o relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), de março de 2002, a produção mundial de carne de frango, neste ano, tem previsão de 46.097 mil toneladas, representando um acréscimo de 3,69% sobre o volume estimado para o ano passado (Gráfico 1). Os Estados Unidos aparecem como o principal produtor, com 31,2% do total esperado.



O consumo interno, no rol de países e regiões abordados pelo USDA, deverá perfazer 44.726 mil toneladas, sendo que 86,43%, ou 38.658 mil toneladas, estão distribuídos entre os doze principais consumidores, com os Estados Unidos encabeçando a lista (11.511 mil toneladas), seguido pela União Européia (6.675 mil toneladas), China (5.791 mil toneladas) e Brasil (5.686 mil toneladas).

Quanto ao fluxo de comércio internacional da carne de frango, este poderá atingir 6.295 mil toneladas no ano em curso, representando 13,66% da produção mundial.

Se forem consideradas as taxas médias geométricas de crescimento anual do período 1997/2002 para o cálculo dos montantes de produção, consumo interno e fluxo do comércio internacional, para o ano de 2003, a produção mundial será aumentada em 5,04%, alcançando 48.420 mil toneladas; o consumo interno nos principais países e regiões consumidoras crescerá 4,61%, atingindo 46.788 mil toneladas; e o fluxo do comércio internacional será ampliado em 7,99%, perfazendo 6.798 mil toneladas.

Nos últimos anos, o Brasil tem participado do mercado mundial da carne de frango de maneira crescente. Entre 1999 e 2001, as exportações brasileiras aumentaram 63%, sendo que em 2001 essa elevação foi de 38,18%. Se as quantidades embarcadas vêm crescendo ano a ano, o mesmo ocorre com relação aos destinos, ou seja, o número de clientes para a nossa carne exportada: em 1999 foram atendidos 75 destinos; em 2000 esse número chegou a 81; e em 2001, as nossas vendas externas atingiram 92 destinos. Isso bem demonstra a importância que a carne de frango brasileira adquiriu no cenário internacional.

Para que o frango produzido no Brasil chegasse a um número tão elevado de clientes externos, muito trabalho foi e continua sendo desenvolvido nos segmentos produtivo e comercial, a fim de que o produto adquira as características almejadas pela clientela, deveras diferenciada, mas mantenha a qualidade requerida por distintos padrões de exigência encontrados no mercado internacional. Desde o peso final da carcaça, até as formas de abate – os muçulmanos exigem que o abate seja feito sob determinadas condições especiais, inclusive em termos de horário e localização: voltados para Meca – outros mercados, como o japonês, demandam cerca de 60 cortes especiais, exigindo dos frigoríficos um grau extraordinário de especialização.

Em termos de produção, o Brasil vem se adequando ao que existe de mais moderno em termos da avicultura industrial mundial. Para se ter uma idéia, o peso médio da ave abatida vem sofrendo substancial incremento, a partir de 1997, quando as empresas de genética avícola iniciaram a substituição das antigas linhagens de frango de corte, devido à contaminação de uma delas pela doença “leucose aviária”. As novas linhagens, denominadas “de conformação”, têm como principal característica o expressivo ganho de peso das aves na idade de abate (cerca de 50 gramas diários). A sua utilização no País, em substituição às linhagens tradicionais, vem ocorrendo desde 1998.

A concorrência no mercado internacional é bastante acirrada, pois os vendedores têm poucas opções de fornecimento, em se tratando de grandes volumes para um só destino. Dentre os principais importadores temos: a Rússia, que deverá absorver, em 2002, 1.350 mil toneladas; o Japão, outras 720 mil toneladas; a China, 900 mil toneladas; a União Européia, 380 mil toneladas; e o México, 240 mil toneladas. Só esses importadores deverão comprar do exterior 72,95% das 4.921 mil toneladas que comporão as importações mundiais de carne de frango no período.

O Brasil tem como principal concorrente, no mercado mundial do frango, os Estados Unidos, responsáveis por 45,75% das 6.295 mil toneladas que totalizam o fluxo de exportação mundial do ano em curso. Os norte-americanos têm na Rússia e no Japão os principais destinos para

suas vendas dessa carne e não medirão esforços para mantê-los cativos. Em outras regiões do globo, o Brasil tem como concorrentes a União Européia, a China e a Tailândia, também grandes ofertantes no cenário mundial. Não obstante, nosso País tem logrado êxito em receber encomendas de países considerados clientes cativos de outros fornecedores. É o caso da Rússia, que durante todo o ano de 2001 comprou do Brasil 96.946 toneladas de carne de frango (7,66% de nossas vendas externas) e, no período janeiro/julho de 2002, já adquiriu 116.807 toneladas do nosso frango, transformando-se, até aqui, no segundo principal adquirente, com participação de 15,29% nas quantidades vendidas ao exterior, ficando atrás apenas da Arábia Saudita, um tradicional comprador do Brasil, com 16,66% do volume endereçado ao exterior.

Os números da exportação brasileira, no período janeiro/julho de 2002, mostram que o volume embarcado somou 764,1 mil toneladas, para um faturamento de US\$ 705,186 milhões. Esses números ensejam a projeção – mantidos os mesmos parâmetros até aqui observados – do quantitativo de 1,31 milhão de toneladas, ao final de 2002, bem como a receita de US\$ 1,209 bilhão, significando decréscimo de 3,48% em volume e retração de 9,36% no faturamento, confrontando-se essa projeção com os dados finais do ano passado.

No entanto, essa projeção é bastante otimista, vez que não considera a possibilidade de um grande recuo, a partir de setembro, nas vendas para a União Européia, responsável por 29% do faturamento e 18% das vendas efetuadas pelo Brasil no período janeiro/julho. A razão é o aumento de 15% para 70% na sobretaxa de importação do frango brasileiro, imposta pelo Comitê Europeu, nivelando a taxa que anteriormente discriminava o frango com um pequeno teor de sal, que recebia a sobretaxa inferior (de 15%), ao passo que a carne de frango sem sal recebia a sobretaxa maior (de 70%). O nivelamento da sobretaxa decorreu de pressões dos avicultores europeus.

O preço médio do frango exportado no período janeiro/julho caiu nos três segmentos: inteiro, partes e industrializado. No segmento de frango inteiro, que apresentou cotação média de US\$ 701/ tonelada, a queda foi de 18,96%, frente à média anual obtida em 2001; no mercado do frango em partes, cuja cotação média alcançou US\$ 1.054/ tonelada, a retração foi de 10,68%; no segmento de frango industrializado, com preço médio de US\$ 2.261/tonelada, a redução do preço médio atingiu 10,95%. A participação desses segmentos em termos das quantidades embarcadas foi de 42,01% para o frango inteiro; 56,56% para o frango em partes e 1,42% para o industrializado. Tal distribuição mostrou um aumento da participação do frango em partes, cuja representação em 2001 ficou em 52,85%. Esse ganho ocorreu em detrimento do frango inteiro, que, no ano passado, representou 45,84% das nossas vendas externas. O frango industrializado também aumentou sua participação, vez que em 2001 alcançou 1,31% das transações.

PANORAMA NACIONAL

A estimativa da Conab para a produção brasileira de carne de frango no ano 2002, atualizada em 28/01/2002, alcança 7.096 mil toneladas, significando acréscimo de 8% sobre o quantitativo obtido em 2001 (Tabela 1).

Para a disponibilidade interna – representada pela produção anual, adicionada das importações e deduzindo-se as exportações – foi estimado o volume de 5.716 mil toneladas, o que possibilitará uma oferta “per capita” de 32,6 quilos, ou seja, mais 6,19% sobre o dado de 2001.

O alojamento de pintos de corte – distribuído pelas regiões Sul: 56%; Sudeste: 26%; Centro-Oeste: 9%; Nordeste: 8%; e Norte: 1% - alcançou, no período janeiro/julho, 2,194 bilhões de cabeças, com média mensal de 313,4 milhões de cabeças, ou seja, mais 8,28% sobre a

Tabela 1
Carne de Frango
Oferta e Demanda Nacionais
(mil t)

| Ano | Produção | Importação | Exportação | Disponibilidade Interna | Disponibilidade "per capita" |
|--------|----------|------------|------------|-------------------------|------------------------------|
| 2000 | 5.980,6 | 0,3 | 916,1 | 5.064,5 | 29,9 |
| 2001* | 6.563,9 | 0,1 | 1.265,9 | 5.298,1 | 30,7 |
| 2002** | 7.096,0 | 0,1 | 1.380,0 | 5.716,0 | 32,6 |

(*) Estimativa: (**) Previsão

Fonte: Conab, Secex e IBGE

Elaboração: Conab/Digem/Sugof - 28/01/2002.

média mensal apurada no ano passado, o que permitiu a produção de 607.493 toneladas de carne de frango/mês, nos primeiros sete meses do ano. Se essa média for mantida no intervalo setembro/dezembro, teremos, ao final de 2002, um volume de produção para além de 7.280 mil toneladas.

No primeiro semestre do ano, o nível de produção se mostrou muito acima da capacidade de absorção dos mercados interno e externo, com conseqüência negativa para a remuneração dos produtores, visto que os principais insumos da ração avícola, o milho e o farelo de soja estavam, e ainda persistem, em patamares que impactam, negativamente, o custo de produção do frango. Essa situação, persistindo, tornou-se crítica para a sobrevivência na atividade, sobretudo para o segmento independente, mais fragilizado perante as agroindústrias, as quais trabalham com uma logística de produção/comercialização bem mais elaborada e, por isso, capazes de suportar melhor as adversidades conjunturais.

No decorrer dos meses de agosto e setembro, assiste-se a uma recuperação dos preços internos do frango (Gráfico 2), devido, principalmente, aos volumes embarcados ao exterior, no rastro de uma expressiva desvalorização do real perante o dólar americano, bem como aos elevados preços internos da carne bovina, que proporciona ao frango voltar a “caminhar no rabo do boi”, conforme era o jargão, tempos atrás, que identificava a oportunidade para a subida dos preços internos da ave, aproveitando a entressafra do boi, no decorrer do segundo semestre.

O segmento produtor de frango também passou a reduzir a idade de abate das aves, para fugir do elevado custo da ração, o que também contribui para diminuir a disponibilidade interna. Como o frango ganha cerca de 50 gramas diários de peso vivo, se o abate se der com uma antecipação de cinco dias, o peso final será reduzido em 250 gramas, o que não se mostra perceptível ao consumidor final, ao passo que provoca uma subtração no volume de oferta, reduzindo o impacto negativo de um excesso de oferta sobre a remuneração da atividade.

Não obstante as contingências atuais da atividade avícola no País, as perspectivas de médio e longo prazo são bastante alvissareiras, pois temos uma avicultura de custo relativo muito baixo – somos auto-suficientes na produção dos principais insumos das rações (milho e farelo de soja); a atividade é conduzida com tecnologia de ponta; o mercado internacional já desfruta

de nosso frango, que é percebido como uma carne de alta qualidade; e o consumo interno, facilitado pela produção em escala e preços competitivos, deram ao frango a possibilidade de entrar no cardápio diário dos brasileiros.

CARNE SUÍNA

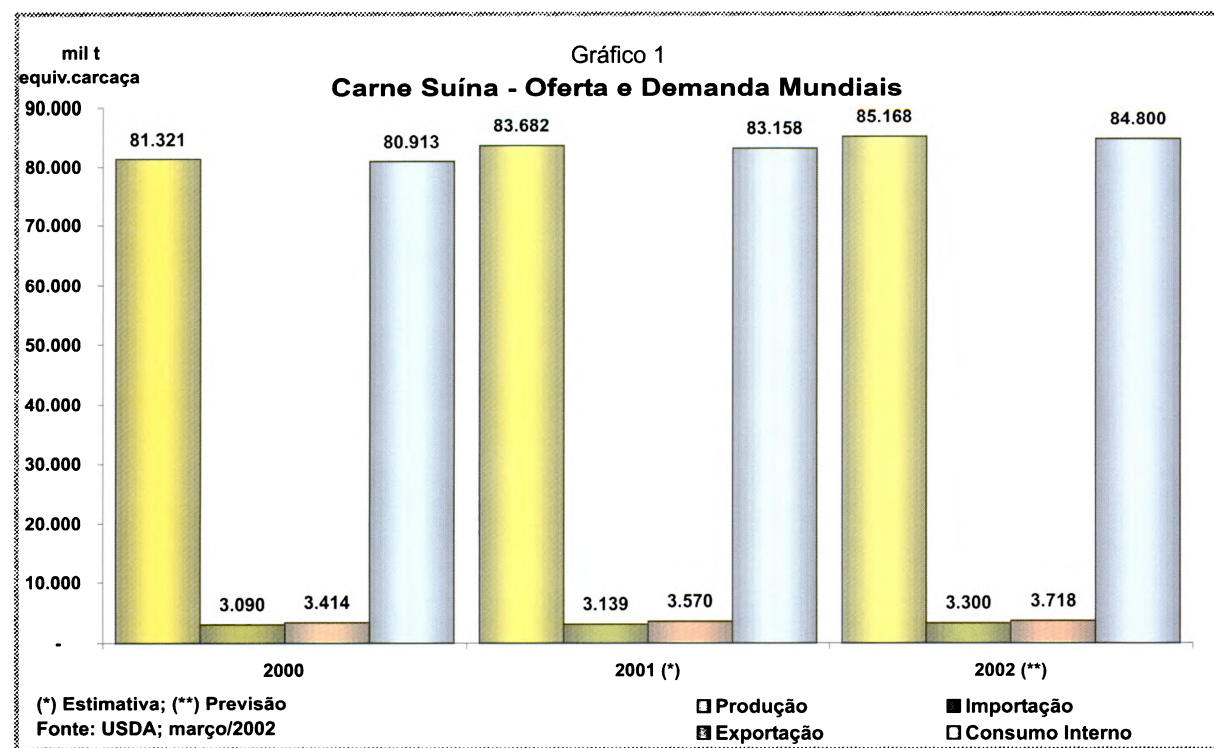
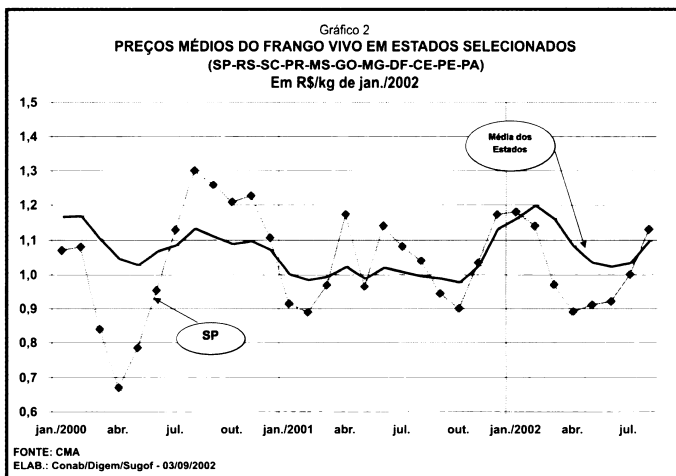
PANORAMA INTERNACIONAL

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em seu relatório de março/2002, a produção mundial de carne suína deste ano foi estimada em 85.168 mil toneladas, cabendo à China 50,72% desse volume, seguida pela União Européia, com 20,9% e os Estados Unidos, com 10,23% (Gráfico 1).

O consumo interno, nos países e regiões destacados pelo USDA, foi estimado em 84.800 mil toneladas, no ano 2002, sendo que 97,36% desse montante, ou 85.559 mil toneladas, estão distribuídos entre os quatorze principais consumidores. A China encabeça a lista, com o volume de 43.145 mil toneladas, vindo a União Européia em seguida, com 16.530 mil toneladas, e os Estados Unidos em terceiro lugar, com o consumo de 8.476 mil toneladas.

O fluxo de comércio internacional da carne suína poderá alcançar 3.718 mil toneladas, no ano 2002, ou 4,37% da produção mundial, a partir das estimativas do USDA.

Se forem consideradas as taxas médias geométricas de crescimento anual do período 1997/2002, para o cálculo dos montantes de produção, consumo interno e fluxo do comércio inter-



nacional, para o ano 2003, a produção mundial será aumentada em 2,93%, alcançando 87.663 mil toneladas; o consumo interno nos principais países e regiões consumidoras crescerá 2,97%, atingindo 87.318 mil toneladas; e o fluxo do comércio internacional será ampliado em 5,66%, perfazendo 3.928 mil toneladas.

A participação brasileira no mercado internacional da carne suína vem crescendo, substancialmente, nos últimos anos. De 1999 a 2001, as exportações brasileiras evoluíram 185%, sendo que em 2001 bateram o recorde: mais 100,8%.

No ano em curso, os embarques rumo ao exterior, no período janeiro/julho, totalizaram 224.701 toneladas em equivalente carcaça e faturamento de US\$ 252 milhões. Do volume dirigido ao mercado internacional, 98,7% foram de carne *in natura* (fresca e congelada) – que totaliza as carnes com osso e sem osso, salgada e miúdos –, cujo preço médio alcançou US\$ 1.130/tonelada, posicionando-se 18,23% abaixo da média praticada em 2001. A carne industrializada representou 1,3% das vendas e teve preço médio de US\$ 524/ tonelada, ou seja, 10,88% inferior à média do ano passado.

Os números referentes às vendas externas, durante o período janeiro/julho, propiciam a projeção de 385 mil toneladas e receita de US\$ 432 milhões, no encerramento deste ano – mantidos os mesmos parâmetros até aqui observados – o que contempla acréscimos de 35,95% nas quantidades e 16,79% no faturamento, relativamente ao desempenho do final do ano passado. Embora positiva, essa premissa traz um certo grau de incerteza, decorrente da extrema concentração dos embarques na direção de cinco destinos: Rússia, Hong Kong, Argentina, Países Baixos e Uruguai.

Em 2001, as vendas para esses cinco destinos totalizaram 94,6% das quantidades líquidas de carne suína enviadas ao exterior, tendo sido responsáveis pela receita cambial de US\$ 348,9 milhões, ou 94% do faturamento total com a exportação dessa carne. A Rússia teve participação significativa nesse contexto: foi responsável por 56,5% das quantidades totais negociadas no exterior, bem como pela receita de US\$ 205,65 milhões, isto é, 55,6% do faturamento total.

Os dados do período janeiro/julho de 2002 mostram que esse mesmo grupo de clientes absorveu 96% do volume líquido de carne suína negociado pelo Brasil no mercado internacional, tendo sido responsável pela receita de US\$ 242,537 milhões (96,22% do total faturado no período), sendo que a Rússia, isoladamente, recebeu 83% do volume, que deram origem a 82,43% do faturamento total do período.

Ressalvada a preocupação quanto à concentração das vendas, o mercado internacional para a carne suína brasileira, nos próximos anos, se mostra bastante auspicioso.

PANORAMA NACIONAL

A estimativa da Conab para a produção brasileira de carne suína, no ano 2002, atualizada em 28/01/2002, atinge 2.350 mil toneladas, significando um acréscimo de 5,98% sobre o quantitativo obtido no ano 2001 (Tabela 1).

No tocante à disponibilidade interna – representada pela produção anual, adicionada das importações e deduzindo-se as exportações –, foi estimada em 2.000,2 mil toneladas, o que possibilita uma disponibilidade “per capita” de 11,4 quilos, ou seja, 1,79% a mais do que a observada no ano passado.

Os abates de suínos na Região Sul, durante o primeiro semestre de 2002, perfizeram a média mensal de 1.357,5 mil cabeças, posicionando-se 9,15% acima da média mensal registrada em 2001. Em São Paulo, a média do primeiro semestre deste ano também ficou além da observada no ano passado (mais 2,82%). Como os abates da Região Sul mais os efetuados no Estado de São Paulo representam cerca de 60% do abate total do País, estimado em 28,5 milhões de cabeças, uma elevação tão significativa nessa parcela tem forte repercussão, mormente porque na Região Sul está localizada a suinocultura de maior nível tecnológico, de onde são feitas as remessas mais expressivas para o exterior.

Tabela 1
Carne Suína
Oferta e Demanda Nacionais
(mil t equivalente carcaça)

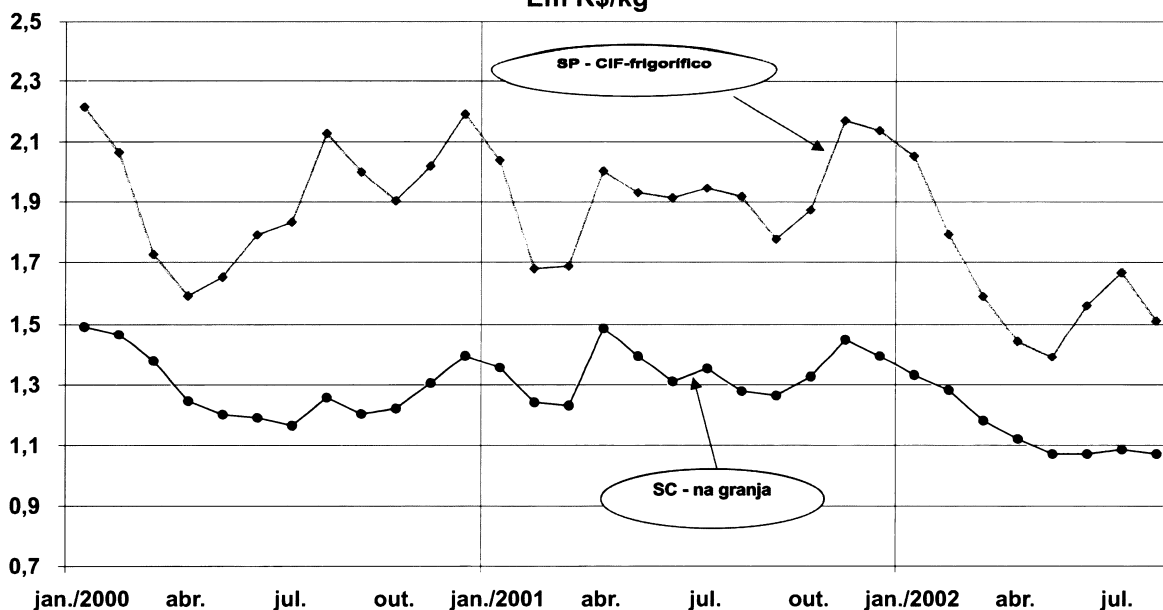
| Ano | Produção | Importação | Exportação | Disponibilidade Interna | Disponibilidade "per capita" |
|--------|----------|------------|------------|-------------------------|------------------------------|
| 2000 | 1.924,8 | 0,5 | 141,1 | 1.748,2 | 10,5 |
| 2001* | 2.217,4 | 0,3 | 283,3 | 1.934,4 | 11,2 |
| 2002** | 2.350,0 | 0,2 | 350,0 | 2.000,2 | 11,4 |

(*) Estimativa; (**) Previsão
 Fonte: Conab, Secex e IBGE
 Elaboração: Conab/Digem/Sugof - 28/01/2002.

Um aumento tão significativo no volume de produção, alavancado pelo extraordinário desempenho do segmento exportador no ano passado, está gerando enormes dissabores para a suinocultura brasileira como um todo. O custo de produção está seriamente impactado pelos elevados preços do milho, o principal ingrediente das rações, enquanto o nível de preços praticado no mercado interno (Gráfico 2) não possibilita uma margem capaz de sustentar grande parte dos produtores de suínos.

A situação dos produtores independentes é mais dramática, visto que eles têm de adquirir os insumos necessários à alimentação dos plantéis em condições bem mais desvantajosas

Gráfico 2
PREÇOS MÉDIOS DO SUÍNO VIVO - São Paulo e Santa Catarina
 Em R\$/kg



FONTE: CMA
 ELAB.: Conab/Digem/Sugof - 03/09/2002

que as agroindústrias, responsáveis, na Região Sul, pelo maior volume da produção, advinda do sistema de parceria denominado integração, em que a empresa integradora se responsabiliza pela entrega aos produtores do material genético; da ração pronta; dos medicamentos; além do acompanhamento veterinário dos plantéis.

Em que pese a conjuntura desfavorável ora atravessada por número significativo de suinocultores brasileiros, a tendência, no médio e longo prazos, é de que a atividade irá manter a trajetória de crescimento observada, principalmente, a partir de 1999.

Muito trabalho ainda tem de ser feito para conquistar, no mercado interno, maior consumo para a carne suína, que ainda sofre de preconceitos quanto a colesterol, índice de gordura etc.

Outro ponto que deve ser focado, num trabalho que procure atrair mais consumidores para a carne suína, prende-se ao fato de que 70% da sua disponibilidade para consumo, no mercado brasileiro, encontra-se na forma industrializada. Isso lhe confere, em geral, preços elevados, relativamente às carnes de frango e bovina, provocando um certo distanciamento do consumidor. Essa é uma das principais razões para que o seu consumo “per capita” evolua tão lentamente, em vista do que ocorre com as demais carnes.

4.7 – PECUÁRIA LEITEIRA (PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE)

Marcelo Costa Martins - CNA

PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL

O sistema agroindustrial do leite é um dos mais importantes no agronegócio brasileiro. A atividade é praticada em todo o território nacional em mais de um milhão de propriedades rurais e, somente na produção primária, gera acima de 3,5 milhões de empregos. O leite ocupa o quarto lugar em valor bruto da produção, com valor superior a R\$ 6 bilhões no ano de 2001, sendo ultrapassado pela carne bovina, soja e milho, mas à frente da carne de frango, do café beneficiado e da cana-de-açúcar (CNA, 2001).

No cenário mundial, o Brasil é o quinto maior produtor de leite do mundo, quando considerados os principais países e blocos econômicos. A Tabela 1 contém informações dos volumes produzidos e dos percentuais de participação.

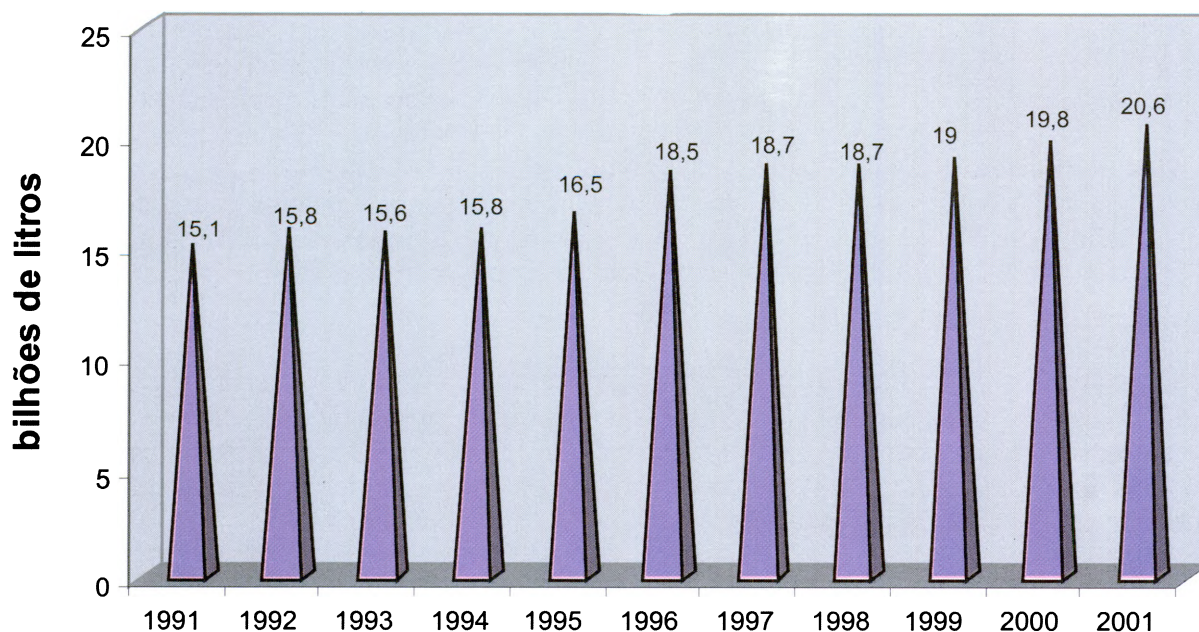
Tabela 1. Principais países produtores de leite, 2001.

| Países | Volume (bilhões de litros) | Participação (%) |
|------------------|-------------------------------|------------------|
| União Européia | 119,4 | 24,8 |
| Estados Unidos | 76,9 | 16,0 |
| Rússia + Ucrânia | 44,0 | 9,1 |
| Índia | 36,5 | 7,6 |
| Brasil | 20,8 | 4,3 |
| Outros | 182,4 | 38,2 |

Fonte: USDA

A taxa média de crescimento anual da produção de leite, na última década, foi da ordem de 4% ao ano, passando de 15,1 bilhões de litros em 1991 para uma produção de 20,6 bilhões de litros no ano de 2001, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1. Produção de leite no Brasil no período de 1991 a 2001.



Esse aumento da produção decorre principalmente do incremento, em alguns sistemas de produção, da escala e da produtividade pela adoção de tecnologias. Aliado a esse fator, tem-se a expansão da produção para a região de cerrado, que possui como vantagem competitiva o menor custo de oportunidade da terra e de mão-de-obra, além de ser região produtora de grãos, o que reduz o custo da alimentação.

O rebanho brasileiro de pecuária leiteira é da ordem de 34,8 milhões de cabeças, apresentando grande heterogeneidade, existindo variação da produção de 1.000 a 5.000 litros de leite/vaca em lactação dependendo do sistema de produção implantado e das características intrínsecas das diversas regiões do país.

A região de maior produção é a Sudeste, com destaque para o estado de Minas Gerais, que, sozinho, representa 28,2% da produção nacional. A soma do volume de leite produzido nos estados de Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Minas Gerais equivale a quase dois terços da produção brasileira (tabela 2).

Tabela 2. Produção de leite no Brasil, em estados selecionados, 2000.

| Estado | Volume (milhões de litros) | Participação (%) |
|-------------------|-------------------------------|------------------|
| Minas Gerais | 5.866 | 28,20 |
| Goiás | 2.194 | 10,54 |
| Rio Grande do Sul | 2.102 | 10,10 |
| São Paulo | 1.861 | 8,94 |
| Paraná | 1.799 | 8,64 |

Fonte: IBGE, Embrapa Gado de Leite, Leite Brasil.

Apesar do consumo per capita de 130 litros (inferior aos 175 litros recomendados pela OMS), a demanda por lácteos no Brasil é de 21,5 bilhões de litros, gerando a necessidade de importações para suprir o mercado interno.

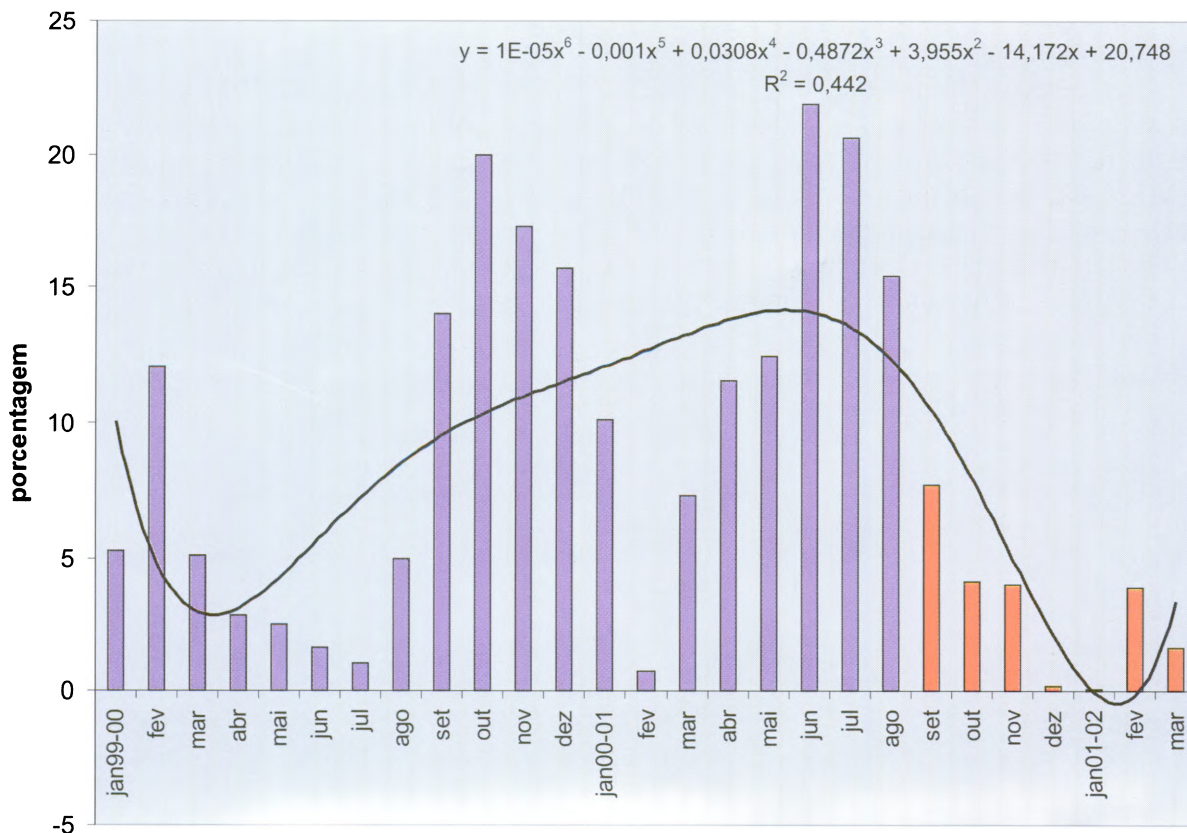
Essa situação leva o setor a enfrentar sérias dificuldades ligadas às importações, que, na grande maioria das vezes, ocorrem em função de práticas desleais e predatórias de comércio – subsídios, *dumping*, triangulação comercial, aquisição de produtos impróprios para o consumo humano, com prazo de validade vencido e com composição físico-química alterada.

Nos últimos anos, o setor leiteiro tem conseguido importantes conquistas, especialmente com a aplicação de direitos *antidumping* sobre as importações provenientes da União Européia, Nova Zelândia, Argentina e Uruguai. As medidas *antidumping*, somadas à Tarifa Externa Comum (TEC) e à desvalorização do real têm dificultado a aquisição de leite em pó e queijos por preços que deprimam as cotações do mercado interno.

Esse cenário estimulou a produção, que no ano de 2001 apresentou um crescimento de 9,6% do leite sob inspeção. Como conseqüência, a partir de julho de 2001, em pleno período de entressafra para o centro-sul do Brasil, os preços recebidos pelos produtores caíram mais de 20%. Em algumas regiões do estado de Goiás e de Santa Catarina, a queda chegou a ser superior a 30%, com produtores recebendo menos de R\$ 0,25 por litro de leite.

Mesmo considerando que o incremento da produção possibilitou substituir a importação em 880 milhões de litros de leite (equivalente), o excedente de oferta estimado em 1,08% foi

Figura 2. Variação na taxa de crescimento da produção de leite de janeiro de 1999 a março de 2002.



suficiente para deprimir os preços pagos ao pecuarista. Além disso, mesmo com a redução da sazonalidade da produção, a tendência é de que a produção no período da safra ainda seja maior do que no período de entressafra, ocasionando instabilidade de preços.

Os prejuízos que os produtores amargaram em 2001 levaram a produção em 2002 a ficar praticamente estagnada, tendo como consequência um novo aumento das importações de leite e derivados. As compras externas no período de janeiro a agosto de 2002 já atingiram o equivalente a 153,1 mil toneladas, representando um crescimento de 35,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Em valor, as importações atingiram US\$174 milhões de janeiro a agosto de 2002, com crescimento de 23% em relação a igual período de 2001.

A alternância de escassez e excesso de oferta de leite no mercado vem gerando sérios problemas para o setor. Essa condição impede a estabilidade e previsibilidade dos preços recebidos pelos produtores, além de interferir na eficiência do setor no mercado externo, pois, quando há excedentes, nem sempre é a melhor época de se exportar, e quando há déficit na produção, além de ficar difícil suprir os mercados externos, estes regulam o mercado interno e influenciam nos preços pagos aos produtores.

Em se tratando de exportações, o Brasil tem avançado muito nos últimos dois anos. A preocupação com a qualidade da matéria-prima tem levado a uma verdadeira revolução, mesmo antes da regulamentação da portaria 56 (regula a qualidade para o leite no Brasil). A maior parte da produção era transportada em latões, sob temperatura ambiente, com grande perda de qualidade até a chegada na indústria. Hoje, mais de 70% do leite sob inspeção é resfriado

na propriedade e transportado a granel, permitindo que o consumidor tenha acesso a um alimento de boa qualidade. Além do mais, agora o setor reúne o binômio da competitividade – preço e qualidade, habilitando-se para competir de forma mais agressiva no mercado internacional.

Apesar de o volume de lácteos exportados em 2001 ser pequeno (19.371 toneladas), com valor de US\$ 25 milhões, o acréscimo foi de 117% em toneladas e de 87,3% em valor, quando comparado a 2000. Em 2002, de janeiro a agosto, o País vendeu US\$ 26,9 milhões, desempenho 142,9% superior ao mesmo período de 2001. Foram embarcadas 24,6 mil toneladas de produtos lácteos ao exterior, um volume 218,4% maior que o mesmo período de 2001, mostrando o potencial exportador existente, que pode contribuir para alavancar o aumento da competitividade do setor leiteiro nacional no mercado interno e externo.

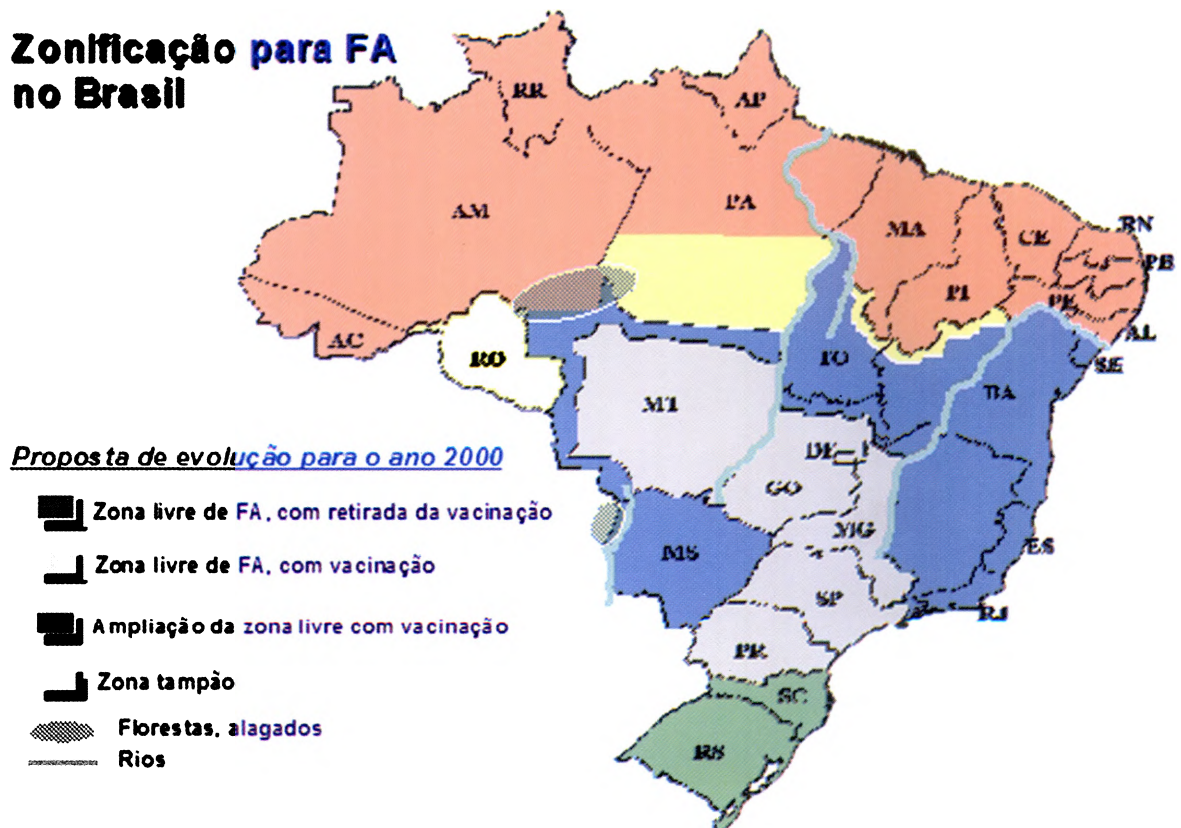
5. SANIDADE AGROPECUÁRIA E INOCUIDADE DE ALIMENTOS

Josélio de Andrade Moura - IICA

Em maio de 1998, por ocasião da 66ª Sessão Geral da OIE, o Brasil logrou o reconhecimento da área correspondente aos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como zona livre de febre aftosa com vacinação, graças a um permanente exercício de monitoramento e controle dos rebanhos. A vacinação naqueles estados do Sul do País foi suspensa, oficialmente, a partir de 1º de maio último, medida que assinala o primeiro passo da etapa subsequente, a qual consistirá no pedido de reconhecimento à OIE daqueles dois estados meridionais do Brasil como zona livre de aftosa sem vacinação em dezembro de 2000.

A partir da aceitação, em 1998, dos dois estados do sul do país como zona livre de aftosa com vacinação, foram intensificados os esforços, no plano interno, para ampliar a zona livre até o Circuito Pecuário Centro-Oeste. Agora, a zona livre abrange os estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e o Distrito Federal.

Zonificação para FA no Brasil



POPULAÇÃO BOVINA POR CIRCUITO PECUÁRIO BRASIL – 1999

| ESTADOS | SUL | CENTRO-OESTE | LESTE | NORDESTE | NORTE | TOTAL |
|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Rio G. do Sul | 11.986.519 | | | | | 11.986.519 |
| Santa Catarina | 2.413.776 | | | | | 2.413.776 |
| Paraná | 2.430.704 | 6.573.858 | | | | 9.004.562 |
| São Paulo | | 13.873.847 | | | | 13.873.847 |
| Minas Gerais | | 9.882.210 | 8.948.597 | | | 18.830.807 |
| Goiás | | 18.233.257 | | | | 18.233.257 |
| Mato G. do Sul | | 20.361.142 | | | | 20.361.142 |
| Mato Grosso | | 17.186.883 | | | | 17.186.883 |
| Tocantins | | 1.729.219 | | | 3.852.903 | 5.582.122 |
| Distrito Federal | | 102.000 | | | | 102.000 |
| Espírito Santo | | | 1.813.267 | | | 1.813.267 |
| Rio de Janeiro | | | 1.788.557 | | | 1.788.557 |
| Bahia | | | 7.722.927 | | | 7.722.927 |
| Sergipe | | | 750.675 | | | 750.675 |
| Alagoas | | | | 893.412 | | 893.412 |
| Ceará | | | | 2.352.000 | | 2.352.000 |
| Maranhão | | | | 4.200.000 | | 4.200.000 |
| Paraíba | | | | 500.000 | | 500.000 |
| Pernambuco | | | | 1.271.114 | | 1.271.114 |
| Piauí | | | | 1.704.348 | | 1.704.348 |
| Rio G. do Norte | | | | 954.347 | | 954.347 |
| Acre | | | | | 1.155.260 | 1.155.260 |
| Amapá | | | | | 154.730 | 154.730 |
| Amazonas | | | | | 1.123.476 | 1.123.476 |
| Pará | | | | | 8.674.222 | 8.674.222 |
| Rondônia | | | | | 6.332.620 | 6.332.620 |
| Roraima | | | | | 361.200 | 361.200 |
| TOTAL | 16.830.999 | 87.942.416 | 21.024.023 | 11.875.221 | 21.654.411 | 159.327.070 |

Fonte: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária - Ministério da Agricultura – Brasil

Após a última etapa desse trabalho, marcada pelo inquérito soroepidemiológico no Circuito Centro-Oeste, que comprovou a ausência de atividade viral na região estudada, o Brasil encaminhou à OIE, em dezembro de 1999, proposta de reconhecimento da ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação. Essa proposta foi examinada e aprovada pela Comissão de Febre Aftosa e Outras Epizootias, na 2ª quinzena de janeiro deste ano e submetida aos Países Membros da OIE para suas observações.

A nova zona livre de febre aftosa com vacinação, que será analisada pelos delegados da OIE, está localizada na parte central e oeste do Brasil, praticamente no centro da América do Sul, ocupando uma área de 1.649.777 km², ou seja, cerca de 20% do território brasileiro, possuindo 62,1 milhões de cabeças de gado bovino distribuídas em 622.000 propriedades rurais. Essa vasta zona possui 266 unidades frigoríficas para o abate e processamento, todas dotadas da necessária inspeção sanitária.

Para a proteção sanitária dessa região foi estabelecida uma zona tampão, abrangendo a totalidade do Estado do Mato Grosso do Sul e parte dos Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Circundando inteiramente a zona livre, a zona tampão estabelecida

tem superfície total de 1.004.992. km², compreendendo uma população bovina de 34,6 milhões de cabeças.

Tendo em vista a dimensão continental do Brasil, a tarefa de erradicação da febre aftosa implica o engajamento permanente de todos os setores interessados, mantendo um exercício contínuo de vigilância e campanhas de vacinação, no contexto da meta ambiciosa de lograr a completa erradicação da febre aftosa no Brasil. Foi iniciado, no presente ano, o trabalho de ampliação da zona livre para o Circuito Pecuário Leste, o qual congrega os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e região leste do Estado de Minas Gerais, bem assim os Estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul.

6. MATÉRIAS ESPECIAIS

Luís Valdés - IICA

6.1 - O ESTADO DO PIAUÍ E A COOPERAÇÃO DO IICA

PERFIL DO ESTADO

O Estado do Piauí se encontra localizado na Região Nordeste do Brasil, com uma área de 251.311 km², ocupa 16,2% da área nordestina e 2,95% do território brasileiro. É o terceiro estado do Nordeste, apenas menor que a Bahia e o Maranhão. Sua população é de 2.840.960 habitantes (censo/2000), representando 6% da população do Nordeste e 1,7% da brasileira. A capital Teresina tem uma população de 714.318 habitantes.

Os solos apresentam excelentes condições para irrigação, sendo estimados em aproximadamente 970.000 hectares os que apresentam esse potencial. O subsolo é também rico em minerais não metálicos, tais como: Água Mineral; Ardósia; Argila de Queima Vermelha e de Queima Branca; Calcário; Granito Ornamental; Mármore; Opala; Sal-Gema; Vermiculita e Atapulguita. Águas subterrâneas e de superfície fazem também parte desse conjunto de recursos naturais que dão ao Piauí um grande potencial para o desenvolvimento, principalmente na região do semi-árido.

Dispõe também de uma rede de açudes e lagoas com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 2 milhões de metros cúbicos; entretanto, com as obras atualmente em construção essa capacidade deverá aumentar para 4 milhões de metros cúbicos. O Piauí também dispõe de diversos rios de regime perene, sendo o Parnaíba, com uma extensão de 1.485 km e vazão de 280 m³/s no mês mais seco, o 2º maior do Nordeste.

O Produto Interno Bruto do Piauí, não obstante apresentar ainda um dos menores PIBs nordestinos, vem mostrando um crescimento maior que o PIB regional. No período 1985-1999, o PIB multiplicou-se por 1,6 vezes, o da região Nordeste por 1,2 e o do Brasil por 1,3 vezes. Em 1985 o PIB piauiense era de 2,89 bilhões de reais (em R\$ 1,00 de 1999), sendo de 4,68 bilhões em 1999. O PIB per capita era de R\$ 1.238 em 1985 passando a R\$ 1.660 em 1999.

Na composição do PIB piauiense, segundo as atividades econômicas, apresenta-se a seguinte participação: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (30,8%), Construção (13,4%), Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados a Empresas (12,4%), Agropecuária (10,3%) e Indústria de Transformação (10,2%), representando outros itens agrupados (22,9%).

Como resultado desse fenômeno de crescimento que vem acontecendo no Piauí, a estrutura demográfica vem mudando de forma importante nesses últimos anos. Até 1940 a evolução demográfica do Piauí ocorreu de forma lenta. A partir desse período passa a crescer de forma mais acelerada, intensificando-se a partir dos anos 60, quando, pela primeira vez, a população dobrou em relação a anos anteriores. Entretanto, a densidade demográfica estadual continua sendo atualmente baixa, alcançando os 11,31 habitantes por km quadrado no estado como um todo.

Nesse processo, a relação demográfica urbano-rural vem se invertendo de forma acelerada. A população rural, que representava 83,7% da população estadual em 1950, passou a representar 58,0% em 1980 e apenas 37% no ano 2000.

Resultado do processo econômico e demográfico que vem acontecendo no Piauí, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH encontra-se também em plena evolução, ainda que baixo se comparado com outras regiões brasileiras. Em 1970 o IDH apresentava um valor de 0,288, em 1980 de 0,416, em 1991 de 0,494 em 1996 de 0,534, integrando-se nesse momento, junto com outros 15 estados brasileiros, ao bloco de estados de médio desenvolvimento humano.

O PIAUÍ RURAL

Na pecuária, o Piauí se destaca como o 2º maior rebanho de caprinos do País e o 3º maior rebanho de ovinos do Nordeste. Destaca-se também como o maior produtor de mel da região e o 5º do Brasil. O Estado do Piauí é um grande exportador de produtos agroindustriais, como ceras vegetais (carnaúba), castanha de caju, couros e peles. Ultimamente têm crescido as exportações de camarões congelados.

O Piauí convive com uma agricultura baseada em dois diferentes sistemas, um é tradicional, disseminado em todo o território estadual, onde os fatores de produção, terra e trabalho humano são intensamente utilizados, e outro que representa uma nova agricultura, moderna, em nível empresarial e em uma nova fronteira (sul do Estado, em processo de desbravamento – cerrados piauienses), orientando a produção comercial de grãos, em particular de soja, associada à produção de arroz, milho e feijão, tendo perspectivas também para a produção de oleaginosas e fibras como mamona, algodão, girassol e gergelim.

Mesmo com utilização de tecnologias tradicionais, a produção agrícola vem aumentando a produtividade, como pode observar-se no quadro a seguir:

| PRODUTOS | RENDIMENTO (kg/ha) | |
|-------------------|---------------------------|-------------|
| | 1995 | 2000 |
| Arroz de sequeiro | 1263 | 1469 |
| Feijão | 278 | 297 |
| Milho | 655 | 841 |
| Mandioca | 5803 | 11419 |
| Algodão herbáceo | 128 | 360 |
| Cana-de-açúcar | 62898 | 54632 |

FONTE: Piauí Visão Global, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – Secretaria do Planejamento do Piauí, Teresina, 2002.

Na atividade agrícola tradicional, as lavouras temporárias constituem o segmento mais representativo, sendo cultivados quatro produtos básicos componentes da dieta alimentar nordestina: arroz, feijão, milho e mandioca, complementadas num nível mais comercial pela cana-de-açúcar e algodão. Na lavoura permanente, as principais culturas são: banana, laranja, manga e coco da baía.

Como atividade pecuária, o sistema tradicional se apóia na produção de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves (galinhas e capotes).

Esses aumentos de rendimento em culturas de subsistência podem ser atribuídos em boa parte à incorporação de sementes melhoradas e ajuste de outras práticas agrícolas.

No que diz respeito à agricultura moderna, o Piauí vem passando por transformações importantes referidas ao “descobrimento” dos cerrados piauienses e a instalação de empresas agrícolas voltadas para a produção comercial de grãos, especialmente arroz e soja.

A produção de soja, “carro chefe” do processo de modernização da agricultura piauiense, vem se expandindo de forma importante, como se mostra no quadro a seguir:

| ANOS | ÁREA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|------|-----------|--------------|--------------------|
| 1990 | 1550 | 906 | 584,5 |
| 1994 | 5170 | 10270 | 1986,4 |
| 1995 | 12784 | 20298 | 1587,7 |
| 1997 | 18784 | 40520 | 2157,6 |
| 1999 | 32217 | 81421 | 2527,2 |
| 2000 | 40004 | 100810 | 2520,0 |

FONTE: Piauí Visão Global, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – Secretaria do Planejamento do Piauí, Teresina, 2002.

O processo de expansão da soja também mostra um crescimento importante do número de empresas instaladas no sul do Estado, passando de 10 em 1994 para 52 em 2000.

A produção de outros produtos importantes para a economia estadual, comercializados fora do Piauí, também vem verificando um importante crescimento, como a castanha de caju, que passou de 6.305 toneladas em 1985 para 32.224 toneladas em 1999, e o mel de abelha, que passou de 1.263 toneladas em 1985 para 2.900 toneladas em 1999.

A distribuição da renda no meio rural piauiense tem mostrado uma melhoria ao longo do tempo, verificando-se um processo de concentração a nível urbano. Em 1990, 77,4% da população que declarava renda recebia até 1 salário mínimo no meio rural, passando a representar esse segmento 66,4% em 1999. A nível urbano, pelo contrário, em 1990, 47,8% declaravam receber um salário mínimo, passando a representar 49,1% do total em 1999.

A implementação de programas de combate à pobreza rural, como também a instalação de empresas modernas de agricultura no sul do Estado podem explicar a melhoria na distribuição da renda no campo. Por outro lado a forte emigração campo-cidade deve ter contribuído para explicar a aparente concentração de renda que vem se verificando a nível urbano.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Durante os últimos anos têm se elaborado no Piauí diversas iniciativas orientadas ao desenvolvimento sustentável do Estado, mediante a preparação de linhas estratégicas para a ação. O Piauí

vem sendo dividido, a esses efeitos, em 4 grandes regiões: **sul/sudeste**, na qual estão compreendidos o vale de Gurguéia e o Cerrado, **o semi-árido** piauiense, que se estende por 135.000 km² e se caracteriza pelas menores médias de chuva do Estado, o **norte**, onde se encontra o litoral, que é uma importante região turística, e **o município de Teresina e seu entorno (Grande Teresina)**, que representa um grande pólo comercial e de serviços na região meio-norte.

Para essas regiões vêm sendo elaborados planos de desenvolvimento que envolvem programas e projetos, bem como diversas iniciativas orientadas ao atendimento das demandas específicas das regiões.

A COOPERAÇÃO DO IICA

O Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, mantém convênio de cooperação técnica com o IICA, através da Cooperação Brasil/IICA, definida no Projeto de Cooperação Técnica – PCT, aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC, em apoio à execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR no Piauí. O referido PCT tem dois componentes: “*Apoio à Unidade Técnica do PCPR*” e “*Apoio à reforma do Estado*”.

A cooperação do IICA junto ao Estado do Piauí vem sendo desenvolvida desde o ano de 1992, quando a entidade conveniente era a SUDENE e o beneficiário o Estado do Piauí, em apoio à execução do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP e posteriormente ao PAPP Reformulado, com fechamento em junho de 1996.

Na atual fase, a cooperação vem sendo executada desde o ano de 1995, sendo iniciada com apoio às atividades preparatórias do Projeto de Combate à Pobreza Rural, através da instalação de uma equipe permanente sediada no Piauí, contando com a supervisão e o apoio permanente da Agência de Cooperação em Brasília e a rede de Agências, Serviços e Programas que o Instituto dispõe nos países da América e mobiliza em apoio às atividades da cooperação.

As atividades realizadas pelo IICA no Piauí têm compreendido atividades preparatórias dos PCPRs I e II, apoio e assessoramento durante o processo de negociação junto ao Governo Federal e ao Banco Mundial dos PCPRs I e II, elaboração de cartas consulta e manuais operacionais, apoio à SEPLAN na elaboração de documentos técnicos relacionados com a reforma do Estado, elaboração de planos de desenvolvimento sustentável para os programas “Grande Piauí e Grande Teresina”, treinamento do pessoal técnico da Unidade Técnica do PCPR e de entidades parceiras, preparação de instrumentos operacionais para execução, avaliação e acompanhamento do PCPR, treinamento de associações comunitárias beneficiárias dos subprojetos, implantação e treinamento de conselhos municipais, cursos, seminários, atividades de intercâmbio técnico com experiências de outros países e outros eventos e apoios técnicos.

6.2 BIOTECNOLOGIA: A FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Heloísa Dias da Silva - Embrapa

Há duas décadas entrou em funcionamento o primeiro laboratório de engenharia genética de plantas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Era o início dos anos 80 e a biotecnologia era então um campo pouco explorado pelos cientistas, que nela viam uma ferramenta indispensável para garantir a competitividade da agropecuária nacional. Mas desenvolver tecnologias na área molecular e celular era uma atividade gigantesca e distante, que exigia a implantação de infra-estrutura adequada e permanente formação de pesquisadores.

“Os investimentos realizados desde aquela época mostraram que valeu a pena”, explica Alberto Duque Portugal, diretor-presidente da Embrapa. Ele explica que os processos de multiplicação de clones de algumas espécies de plantas hoje são rotina no Brasil e, atendendo às mais diferentes demandas do mercado, é possível produzir milhares de mudas saudáveis e de alta qualidade, em curto espaço de tempo. Foi graças a isso que a agroindústria do guaraná tomou forte impulso no Amazonas e a do processamento da castanha do caju se desenvolveu com sucesso no Nordeste e agora se prepara para invadir o Cerrado.

A biotecnologia permitiu ainda transferir para a batata, o feijão, a soja, o mamão e a alface genes de resistência a doenças, gerando plantas resistentes a determinadas viroses, que causam perdas de até 100% na lavoura. Com leis de propriedade intelectual e biossegurança, novas variedades transgênicas de diversas espécies começam a ser produzidas nos laboratórios da Embrapa, em parceria com instituições de pesquisa nacionais e a iniciativa privada.

A área animal também avançou. Técnicas de indução de ovulação e fertilização em laboratório e de manipulação, transferência e clonagem de embriões permitem gerar animais resistentes a doenças e de alta qualidade para a alimentação humana. Em 1994 nasceram os primeiros bezerros zebuínos de proveta do mundo. E existem técnicas, já em uso pelos pecuaristas, que permitem gerar até 36 bezerros por ano, a partir de uma mesma doadora.

Em 2001 nasceu o primeiro bezerro clonado da América Latina. Vitória, da raça Simental, foi gerada nos laboratórios na Fazenda Sucupira, em Brasília, e hoje encontra-se com a idade de um ano e sete meses, sem apresentar nenhum problema grave de saúde e nem características de envelhecimento. Resultado da tecnologia de transferência nuclear e clonagem, Vitória é o primeiro passo para que, em breve, o Brasil domine completamente essa tecnologia e constitua a base da aplicação prática da transferência nuclear nos programas de conservação e melhoramento animal.

Para Alberto Portugal, a biotecnologia é um novo divisor de águas na agricultura, que poderá suprir a humanidade de alimentos no futuro. Ela muda as vantagens competitivas da agricultura: aumenta produtividade e a velocidade de inovação, reduz custos, gera processos mais seguros e produtos com novos atributos.

ENTRANDO NA ERA DOS GENOMAS FUNCIONAIS

Em vez de fazer todo o mapeamento genético do DNA de um produto ou ser vivo (genoma estrutural), como estão fazendo as principais empresas de pesquisa no mundo inteiro, a Embrapa optou por trabalhar com o genoma funcional, ou seja, mapear somente aqueles seqüenciamentos de genes estratégicos para agricultura nacional.

As razões para tal escolha foram muitas, como economia de tempo e recursos. Mas para o pesquisador Luiz Antônio Barreto de Castro, chefe-geral da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília-DF), o principal motivo é a possibilidade de focalizar problemas específicos da agropecuária, facilitando posteriormente a sua aplicação em curto prazo nos programas de melhoramento de plantas, animais e microrganismos.

Nesse sentido, a inauguração do Laboratório de Genoma Funcional, em novembro de 2001, foi um marco histórico para o avanço dessa nova era na Empresa. “Ele era o elo da cadeia que faltava para integrar de uma vez por todas as ações de Recursos Genéticos e de Biotecnologia, desenvolvidas há décadas na Embrapa”, explica Barreto de Castro. Segundo ele, faltava a identificação e seqüenciamento dos genes. “Agora temos um instrumental que pode varrer o Banco de Germoplasma da Embrapa, um dos mais completos do mundo tropical, em busca de soluções e descobertas”, comemora.

Já estão em andamento na Embrapa cinco importantes seqüenciamentos genéticos: o **Genoma Funcional de Raízes** (que busca identificar quais são os genes de resistência de plantas à seca, ao encharcamento, ao alumínio tóxico, fungos etc.), o **Genoma Funcional do Carrapato Bovino** (seqüenciamento de genes existentes na saliva do carrapato, objetivando o desenvolvimento de uma vacina para neutralizar a ação da praga), o **Genoma do fungo da Vassoura de Bruxa** (em parceria com diversos órgãos, como a Ceplac), o **Genoma Funcional da Banana** (por meio de uma rede internacional, da qual participa também a Universidade Católica de Brasília) e o **Genoma Funcional do Café**.

O Laboratório de Genoma Funcional é resultado de um investimento direto de US\$ 1,5 milhão (aplicados em compra de equipamentos e montagem da instalação) e indireto da ordem de US\$ 1 milhão (aquisição de cinco máquinas seqüenciadoras implantadas em outras unidades da Embrapa e que se comunicam com o laboratório via rede).

A equipe do laboratório começou o ano de 2002 mergulhada no seqüenciamento de cem mil genes de café, 60 mil genes de nematóides que infestam a soja e mais de 60 mil seqüências do fungo *Crinipellis perniciosus* (que ataca o cacau, causando a doença conhecida como vassoura-de-bruxa). A previsão é de mais trabalho nos próximos meses, já que a demanda não pára de crescer. “Estamos assumindo também, em parceria com diversas organizações, o seqüenciamento de eucalipto (projeto Genoliptus), de musa (do consórcio internacional de banana) e ainda projetos na área de sanidade animal voltados para a produção de antígenos contra o carrapato que ataca bovinos”, explica o pesquisador Luiz Antônio.

Também estão sendo negociados seqüenciamentos com agências financiadoras estrangeiras, como o de amendoim (a ser feito com recursos da União Européia), o de mutantes de

mandioca e de um fungo que causa grandes prejuízos à agricultura nacional, do gênero *Fusarium*. Outros três projetos que devem ser iniciados ainda este ano) são o do genoma suíno, o genoma do arroz e o seqüenciamento genômico do tomate ligado ao de nematóides – esse dentro do Genoma Raízes, que procura a caracterização funcional de genes de expressão em raiz, relacionados a diversas formas de estresse biótico (como os nematóides) e/ou abiótico (como a seca e toxidez de alumínio).

Projetos de genoma funcional com participação da Embrapa

- Café
- Eucalipto
- Cenoura
- Soja
- Cacau
- Nematóides
- Fungo *Fusarium*
- Fungo *Crinipellis*
- Mandioca (Mutantes)
- Feijão
- Milho
- Carrapato Bovino
- Suíno
- Tomate

EMBRAPA PESQUISA TRANSGÊNICOS DE SEGUNDA GERAÇÃO

A Embrapa encara a biotecnologia como um importante instrumento para a segurança alimentar do futuro e para as exportações. “O Brasil, que tem no agronegócio um de seus pilares econômicos, não pode prescindir dos avanços científicos mundiais, como a moderna biotecnologia”, explica o diretor-presidente Alberto Portugal.

Para ele, a competitividade do agronegócio, particularmente do agronegócio tropical, passa pela aplicação dos conceitos e ferramentas da biotecnologia moderna para superação de limitações dos processos convencionais de geração tecnológica e pela adição de novas funcionalidades à produção agropecuária. A empresa tem defendido publicamente essa visão, mostrando para a sociedade brasileira que a aplicação segura das novas biotecnologias poderá viabilizar um processo de inovação tecnológica, de intensa base científica, capaz de dotar o agronegócio brasileiro de vantagens competitivas e consolidar o País na liderança científica e tecnológica da agropecuária tropical.

Consciente de que a biotecnologia precisa ser desenvolvida em bases seguras, a Embrapa desenvolve um Projeto Estratégico em Biossegurança destinado a elaborar procedimentos para avaliação de segurança alimentar e ambiental de organismos transgênicos e capacitar o Brasil em recursos humanos e físicos para avaliar alimentos derivados de organismos geneticamente modificados.

Pesquisas em andamento

- **Plantas que produzem hormônio e insulina** - Projeto envolvendo Embrapa e Unicamp, visando o desenvolvimento de plantas de soja que sintetizam genes do hormônio de cresci-

mento humano e insulina. Há também outro projeto para desenvolvimento de plantas de milho que sintetizam genes do hormônio do crescimento humano. Essas plantas serão utilizadas como biorreatores na produção de fármacos de interesse socioeconômico, em grande escala. Os dois projetos estão em fase de avaliação dos níveis de produção de proteínas do hormônio de crescimento e da insulina. Não serão utilizadas para consumo humano.

- **Mamão resistente ao vírus da mancha anelar** - Desenvolvimento de variedade resistente ao vírus da mancha anelar, que pode provocar perdas de até 100% na produção. Frutos contaminados não são aceitos em mercados importadores, como os Estados Unidos e Japão. A doença vem comprometendo a qualidade das variedades mais consumidas, como a papaya e a formosa, nas principais regiões produtoras: Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, responsáveis por 80% da produção nacional.

- **Feijão tolerante ao vírus do mosaico dourado** - Projeto visando desenvolver plantas de feijão imunes ao vírus do mosaico dourado. A praga ocorre em quase todas as regiões brasileiras e pode acarretar a perda de toda a produção. Com o desenvolvimento de variedades resistentes ao vírus, menos quantidade de pesticidas será necessária para combater a mosca branca, inseto que é o principal vetor do vírus.

- **Soja transgênica tolerante a herbicidas** - Importante produto da pauta de exportações brasileira, a soja, quando tolerante a herbicidas, terá o seu custo de produção reduzido.

- **Milho com altos teores de metionina** - Na alimentação animal, os transgênicos podem fornecer mais proteínas. Um programa de pesquisa conduzido pela Embrapa estuda a obtenção de cultivares de milho com teores mais elevados de aminoácidos essenciais. Esse material poderá ser utilizado na ração de animais monogástricos, como suínos e aves, pois o milho tradicional possui aproximadamente 10% de proteína no grão, teor inadequado para a ração desses animais.

- **Milho e sorgo resistentes ao alumínio** - Desenvolvimento de cultivares de milho e sorgo adaptadas a condições adversas de plantio. Uma pesquisa vai possibilitar a obtenção de variedades adaptadas aos solos com alto teor de alumínio, como o dos Cerrados. A importância econômica desse projeto encontra respaldo nos números relativos ao plantio de grãos nesse ecossistema: dos 205 milhões de hectares dos Cerrados, 112 milhões são agricultáveis e 12 milhões respondem por 25% da safra brasileira de milho, arroz e soja. Ou seja, mesmo em condições adversas, é possível conseguir alta produtividade. (Dados retirados de matéria feita pela ACS para a Folha do Meio Ambiente.)

- **Batata resistente ao vírus Y (PVY)** - Cultivar batata resistente ao PVY vem sendo testada pela Embrapa. Estudos recentes do impacto das batatas transgênicas com resistência ao vírus mostraram que a tecnologia reduz em 13% os custos de produção, em grandes plantios, e em 32% para pequenos produtores.

ANEXOS

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA - BRASIL

Em 1.000.000 toneladas

| PRODUTO | SAFRA | ESTOQUE INICIAL | PRODUÇÃO | IMPOR- TAÇÃO | SUPRI- MENTO | CONSUMO | EXPOR- TAÇÃO | ESTOQUE FINAL |
|---------------------------|---------|-----------------|----------|-----------------|-----------------|---------|-----------------|---------------|
| ALGODÃO EM PLUMA (1000 t) | 1996/97 | 186,90 | 305,70 | 438,50 | 931,10 | 798,70 | 0,30 | 132,10 |
| | 1997/98 | 132,10 | 411,00 | 334,40 | 877,50 | 782,90 | 3,10 | 91,50 |
| | 1998/99 | 91,50 | 520,10 | 280,30 | 891,90 | 806,50 | 3,90 | 81,50 |
| | 1999/00 | 81,50 | 700,30 | 299,90 | 1.081,70 | 885,00 | 28,50 | 168,20 |
| | 2000/01 | 176,00 | 763,70 | 110,50 | 1.050,20 | 830,00 | 100,00 | 120,20 |
| ARROZ EM CASCA | 1996/97 | 2,16 | 9,52 | 1,22 | 12,91 | 11,66 | 0,01 | 1,23 |
| | 1997/98 | 1,23 | 8,46 | 2,07 | 11,77 | 11,66 | 0,01 | 0,10 |
| | 1998/99 | 0,10 | 11,58 | 1,39 | 13,07 | 11,70 | 0,07 | 1,30 |
| | 1999/00 | 1,30 | 11,42 | 1,00 | 13,72 | 11,70 | 0,04 | 1,98 |
| | 2000/01 | 1,70 | 10,66 | 0,85 | 13,20 | 11,70 | 0,20 | 1,30 |
| FEIJÃO | 1996/97 | 0,35 | 2,91 | 0,16 | 3,42 | 3,20 | 0,00 | 0,22 |
| | 1997/98 | 0,22 | 2,21 | 0,19 | 2,61 | 2,50 | 0,00 | 0,11 |
| | 1998/99 | 0,11 | 2,90 | 0,09 | 3,10 | 2,95 | 0,00 | 0,15 |
| | 1999/00 | 0,15 | 3,10 | 0,08 | 3,32 | 2,90 | 0,00 | 0,42 |
| | 2000/01 | 0,33 | 3,18 | 0,10 | 3,61 | 2,90 | 0,00 | 0,71 |
| MILHO | 1996/97 | 8,82 | 35,72 | 0,60 | 45,14 | 35,40 | 0,19 | 9,55 |
| | 1997/98 | 9,55 | 30,19 | 1,77 | 41,50 | 35,00 | 0,01 | 6,49 |
| | 1998/99 | 6,49 | 32,39 | 0,80 | 39,68 | 35,00 | 0,01 | 4,68 |
| | 1999/00 | 4,68 | 31,64 | 1,76 | 38,08 | 34,48 | 0,06 | 3,53 |
| | 2000/01 | 4,22 | 35,74 | 0,60 | 40,56 | 36,00 | 1,50 | 3,06 |
| SOJA EM GRÃOS | 1996/97 | 3,17 | 26,16 | 1,02 | 30,35 | 19,88 | 8,34 | 2,13 |
| | 1997/98 | 2,13 | 31,37 | 0,41 | 33,91 | 22,40 | 9,29 | 2,22 |
| | 1998/99 | 2,22 | 30,77 | 0,58 | 33,56 | 22,30 | 8,92 | 2,35 |
| | 1999/00 | 2,35 | 32,34 | 0,81 | 35,50 | 21,42 | 11,52 | 2,56 |
| | 2000/01 | 1,86 | 41,91 | 0,65 | 44,42 | 25,00 | 17,20 | 2,22 |
| FARELO DE SOJA | 1996/97 | 0,85 | 14,62 | 0,31 | 15,77 | 5,35 | 10,01 | 0,40 |
| | 1997/98 | 0,40 | 16,59 | 0,16 | 17,15 | 5,90 | 10,45 | 0,81 |
| | 1998/99 | 0,81 | 16,51 | 0,08 | 17,40 | 6,30 | 10,43 | 0,66 |
| | 1999/00 | 0,66 | 15,80 | 0,10 | 16,56 | 6,80 | 9,38 | 0,39 |
| | 2000/01 | 0,31 | 18,57 | 0,20 | 19,07 | 7,60 | 11,00 | 0,47 |
| ÓLEO DE SOJA BRUTO | 1996/97 | 0,42 | 3,52 | 0,15 | 4,08 | 2,68 | 1,12 | 0,27 |
| | 1997/98 | 0,27 | 3,99 | 0,21 | 4,47 | 2,74 | 1,37 | 0,37 |
| | 1998/99 | 0,37 | 3,97 | 0,16 | 4,50 | 2,78 | 1,43 | 0,28 |
| | 1999/00 | 0,28 | 3,80 | 0,11 | 4,19 | 2,86 | 0,93 | 0,40 |
| | 2000/01 | 0,24 | 4,47 | 0,05 | 4,75 | 3,02 | 1,55 | 0,18 |
| TRIGO | 1997/98 | 0,82 | 2,40 | 6,19 | 9,41 | 8,65 | - | 0,77 |
| | 1998/99 | 0,77 | 2,19 | 7,07 | 10,03 | 9,18 | - | 0,85 |
| | 1999/00 | 0,85 | 2,40 | 7,73 | 10,98 | 10,05 | - | 0,93 |
| | 2000/01 | 0,93 | 1,66 | 7,61 | 10,20 | 10,07 | - | 0,13 |

FONTE: CONAB

| OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS | | | | | | |
|---------------------------|---------------------|----------|------------|---------|------------|-------------------|
| (Em milhões de t) | | | | | | |
| PRODUTO / SAFRA | ESTOQUE INICIAL (1) | PRODUÇÃO | IMPORTAÇÃO | CONSUMO | EXPORTAÇÃO | ESTOQUE FINAL (1) |
| ALGODÃO EM PLUMA | | | | | | |
| 1997/98 | 8,7 | 19,9 | 5,7 | 19 | 5,7 | 9,6 |
| 1998/99 | 9,6 | 19,5 | 5,5 | 19,6 | 5,2 | 9,8 |
| 1999/00 | 9,8 | 19 | 6,2 | 20 | 5,9 | 9,1 |
| 2000/01 | 9,1 | 19,3 | 5,8 | 20 | 5,8 | 8,4 |
| 2001/02 (*) | 8,4 | 21,3 | 6,3 | 20,4 | 6,3 | 9,3 |
| 2002/03 (**) | 9,3 | 19,6 | 6,7 | 20,9 | 6,6 | 8,1 |
| ARROZ | | | | | | |
| 1997/98 | 119,1 | 386,8 | 24,3 | 377,2 | 26,5 | 126,5 |
| 1998/99 | 126,5 | 394,1 | 25,3 | 386,8 | 25,8 | 133,3 |
| 1999/00 | 133,3 | 408,8 | 20,3 | 395,3 | 22,9 | 144,2 |
| 2000/01 | 144,2 | 397,4 | 21,5 | 396,4 | 24,1 | 142,6 |
| 2001/02 (*) | 142,6 | 396,6 | 24,4 | 403,9 | 24,9 | 134,8 |
| 2002/03 (**) | 134,8 | 384,4 | 24,5 | 408,7 | 25,2 | 109,8 |
| MILHO | | | | | | |
| 1997/98 | 149,4 | 575,2 | 62,9 | 578,4 | 62,9 | 146,2 |
| 1998/99 | 146,2 | 605,6 | 68,7 | 582,7 | 68,7 | 169,1 |
| 1999/00 | 169,1 | 606,8 | 73,1 | 604,8 | 73,2 | 171 |
| 2000/01 | 171 | 586,1 | 76,3 | 606,4 | 76,3 | 150,7 |
| 2001/02 (*) | 150,7 | 593,5 | 74,8 | 617,7 | 74,8 | 126,5 |
| 2002/03 (**) | 126,5 | 586,5 | 73 | 621,2 | 73 | 91,8 |
| SOJA EM GRÃOS | | | | | | |
| 1997/98 | 14 | 158 | 39,4 | 147 | 39,2 | 24,7 |
| 1998/99 | 24,7 | 159,9 | 40 | 159,9 | 38,5 | 26,2 |
| 1999/00 | 26,2 | 160,4 | 48,5 | 160,5 | 46,7 | 27,9 |
| 2000/01 | 27,9 | 175,1 | 55 | 172,2 | 55,1 | 30,8 |
| 2001/02 (*) | 30,8 | 183,7 | 57 | 184,2 | 57,1 | 30,2 |
| 2002/03 (**) | 30,2 | 183,2 | 61 | 190,6 | 60,9 | 22,9 |
| FARELO DE SOJA | | | | | | |
| 1997/98 | 3,7 | 99,1 | 37 | 99,2 | 37 | 3,6 |
| 1998/99 | 3,6 | 107,7 | 39,1 | 106,4 | 39,1 | 4,9 |
| 1999/00 | 4,9 | 108 | 39,6 | 108,8 | 39,6 | 4,1 |
| 2000/01 | 4,1 | 116,9 | 41,4 | 117,3 | 41,1 | 4 |
| 2001/02 (*) | 4 | 125,2 | 44,2 | 124,5 | 44,7 | 4,2 |
| 2002/03 (**) | 4,2 | 129,6 | 46 | 129,1 | 46,1 | 4,6 |
| ÓLEO DE SOJA | | | | | | |
| 1997/98 | 2,4 | 22,5 | 6,8 | 22,3 | 7,2 | 2,2 |
| 1998/99 | 2,2 | 24,7 | 7,9 | 24,5 | 8,2 | 2,2 |
| 1999/00 | 2,2 | 24,8 | 7,1 | 24,3 | 7,3 | 2,5 |
| 2000/01 | 2,5 | 26,9 | 7,8 | 26,5 | 7,9 | 2,7 |
| 2001/02 (*) | 2,7 | 28,6 | 8,9 | 28,8 | 9 | 2,5 |
| 2002/03 (**) | 2,5 | 29,9 | 10 | 30,2 | 10 | 2,2 |

| TRIGO | | | | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-----------|
| 1997/98 | 145,9 | 610,1 | 103,6 | 582,4 | 104,4 | 172,8 |
| 1998/99 | 172,8 | 589,7 | 99,8 | 581,3 | 101,3 | 179,7 |
| 1999/00 | 179,7 | 586,2 | 110,5 | 585,1 | 114,2 | 177,1 |
| 2000/01 | 177,1 | 583,9 | 101,5 | 590,6 | 102,8 | 169,1 |
| 2001/02 (*) | 169,1 | 579,6 | 106,9 | 586,9 | 106,5 | 162,2 |
| 2002/03 (**) | 162,2 | 572,3 | 101 | 594,9 | 102,7 | 137,9 |
| Fonte: World Agricultural Supply and Demand Estimates - USDA. | | | | | | 12-ago-02 |
| Elaboração: CONAB/DIGEM/SUINF/GEINT | | | | | | |
| (*) Estimativa | | | | | | |
| (**) Projeção | | | | | | |
| (1) Os estoques iniciais de um ano/safra não são necessariamente coincidentes aos estoques finais do ano/safra anterior e refletem as informações contidas na base de dados do USDA. | | | | | | |

FONTE: CONAB

As opiniões expressas nos artigos incluídos neste documento, não refletem, necessariamente, as opiniões das entidades promotoras do Boletim, sendo de inteira responsabilidade dos autores

